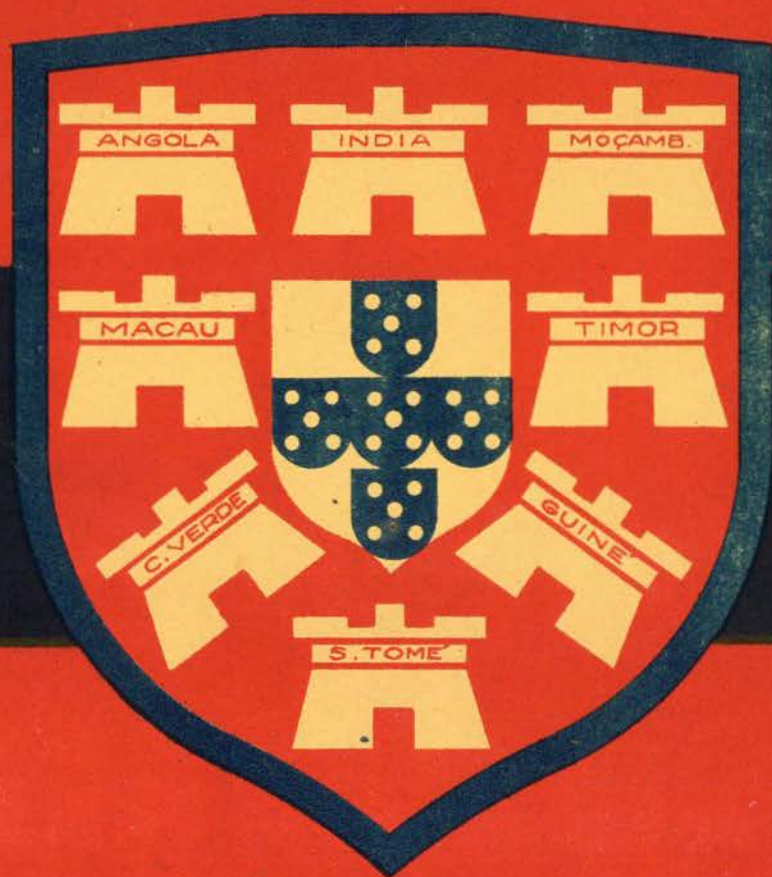


PELA RAÇA PELA LÍNGUA



Nº 14

BOLETIM DA SOCIEDADE
LUSO-AFRICANA
DO RIO DE JANEIRO

SERRARIA GONZALEZ

ESPECIALIDADE EM PINHO DO PARANÁ

CAIXAS DESARMADAS

Fernandes Gonzalez & C.º

Rua Francisco Eugenio, 81

Tel. 28-5469 + + End. Tel. FERGONLEZ

RIO DE JANEIRO

TINTAS PARA IMPRESSÃO

DA AFAMADA FÁBRICA

MICHAEL HUBER

de MUNICH (Alemanha)

Depositários

CAPPUCCINI & C.

R. ALFANDEGA, 172—RIO DE JANEIRO

Esta revista é sempre impressa com as tintas de

MICHAEL HUBER

Roupas RENNER

TRAJES E TERNOS

CAPAS E SOBRETUDOS
COBERTORES E PIJAMAS PURA LÃ

Vendas a CRÉDITO

Casa JOSÉ SILVA

R. OURIVES, 3

Tel. 22 - 9702



Distribuidores: QUINTINO PINHEIRO
& CIA. - RUA DA CARIOCA, 33

Compra

Rev. J FH

21. ABR. 1919



BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

Rua 13 de Maio n.º 33 - 5.º andar

RIO DE JANEIRO -- BRASIL

"As idéas não se vendem, dão-se" — TRÉFILO BRAGA

Distribuído gratuitamente

N.º 14
Terceira Série

COMISSÃO DIRECTIVA
António de Sousa Amorim (Redactor) — Alamiro Andrade
e Francisco das Dóres Gonçalves

Julho a Setembro
1 9 3 5

COM A PRATA DA CASA

"O Governo! O país esperava d'ele aquilo que devia tirar de si mesmo, pedindo ao Governo que fizesse tudo o que lhe competia a elle mesmo fazer!... Queria que o Governo lhe arroteasse as terras, que o Governo criasse a sua industria, que o Governo escrevesse os seus livros, que o Governo alimentasse os seus filhos, que o Governo erguêsse os seus edificios, que o Governo lhe desse a idéa do seu Deus!

"Sempre o Governo! O Governo devia ser o agricultor, o industrial, o commerciante, o filósofo, o sacerdote, o pintor, o architecto — tudo! Quando um País abdica assim nas mãos de um Governo toda a sua iniciativa, e cruza os braços, esperando que a civilização lhe caia feita das secretarias, como a luz lhe vem do sol, esse País está mal: as almas perdem o vigor, os braços perdem o hábito do trabalho, a consciência perde a regra, o cérebro perde a acção. E como o Governo lá está para fazer tudo — o País estira-se ao sol e acomoda-se para dormir".

EÇA DE QUEIROZ



FASTANDO de si aquella ironia golpeante mas depuradora, que transforma por milagre de subtileza a sua prosa em manjar de deuses que não farta e que em qualquer altura se devora com appetite matinal, o grande romancista advertiu com lampejos proféticos in-*A Catástrofe*, velhos e novos, do perigo a que se arriscam todos aquêles que se esquecem dos direitos e mórmente dos graves devêres que impendem sôbre os cidadãos livres de uma

pátria independente e altiva, para se lembrarem unicamente de auferir e colher os benefícios que tal condição lhes propina. Ora, *mutatis mutandis*, essa doutrina, — que é uma espécie de antidoto contra o mal de se ver no Estado uma *Santa Casa*, e com o Governo se há-de contar para tudo, esperando o país, dêste, o que deve tirar de si próprio, isto é, "que lhe arroteie as terras, crie a sua industria, escreva os seus livros, alimente os seus filhos, êrga os seus

edifícios e lhe dê a idéa do seu Deus!" — não tem idade nem envelhece: é eterno por sua transcendência no tempo e no espaço.

De facto — ¿ para que esconder ou negar a verdade? — a maioria dos nossos compatriotas conserva uma esperança obstinada, uma crença cega no Estado-Providência, como se o Estado e o Govêrno não tivessem funções distintas a executar e cumprir. Isto representa e constitue aos olhos de quantos querem ver e analisar, um pernicioso e maléfico mas de nenhum modo incurável defeito, porque não é congênito nem inato, não ultrapassando os limites dessa prolongada viciação educacional, que há vários séculos vem combatendo em nós outros o *eu* que levou ao triunfo, que foi a verdadeira fôrça motriz dos inventivos, denodados e magníficos homens dos descobrimentos e das bandeiras.

— ¿ Que é mistér fazer-se, por tanto, para extinguir êsse mal, pondo-se côbro a tal viciação deformadora?

— Remodelar os métodos educativos, que são os compressores já seculares de nossas faculdades inventivas, respondem os altos espíritos que em Portugal se preocupam com o futuro.

Pois, então, meta quem pode mãos à obra, de forma a permitir a ressurreição por essas vias das peregrinas virtudes de galhardia, vontade intrépida, espírito enérgico e decidido dos egrégios varões da largada quinhentista, — homens de rusticidade indómita e bravia, ambiciosos mas sonhadores. E aquêles, como nós, que podem dar o exemplo, modesto embora, daquilo que é capaz a iniciativa e o esfôrço particulares, dêem-no sem reser-

vas, sem vaidade mas também sem acanhamento nem modéstia hipócrita.

Nós assim o fazemos e procedemos com a convicção absoluta de que nos não falece autoridade para afirmar que o Govêrno pelos recursos de que dispõe é uma fôrça de primeira grandeza, mas de aï a ser a fôrça única e capaz de sustentar tôdas as iniciativas, vai uma distância infinita.

Jamais pedimos ou solicitamos favores em espécie: primeiro, porque desejamos provar que não agimos por patriotismo remunerado, que temos o coração bem no peito e não no estômago; que somos capazes de manter normalmente êste BOLETIM e outros serviços gratuitos de propaganda do Ultramar Português tão perfeitos como outros de várias espécies que mesmo nesta época de *vacas magras* são règeiramente esportulados; segundo, porque temos como ponto de honra manter altivamente aquela ponisição de firme independência que defimos no pretérito número desta publicação. E a despeito dos limites dos nossos meios, a obra da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO ainda se não deixou de realizar, não parou nunca nem se abastardou, e assim prossegue na sua incessante colheita, — um eterno São Miguel! —, de aplausos os mais espontâneos e sinceros.

Nota:— Em nosso último artigo, sob a epígrafe "Atitude" — Boletim n.º 13, página 63, coluna 1, linha 17 — à revisão escapou "inquinlar-se" em vez de inclinar-se. Aqui fica registada a rectificação; não vá o diabo aparecer por aï metido a professor de ortografia, com ares doutorais e fécula nas unhas...

FRANCISCO DAS DÔRES GONÇALVES

SUBSIDIÁRIO

ÈTNOGRÁFICO

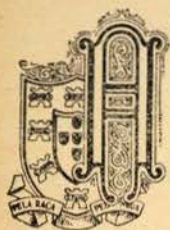
DA

PROVÍNCIA DE ANGOLA

POR D. JOÃO EVANGELISTA DE LIMA VIDAL

(ESPECIAL)

ARCEBISPO DE OSSIRINÇO



quem escreve estas linhas disse um dia, em Luanda, o Dr. José Eduardo de Sousa Monteiro, que era então Juiz da Relação na cidade:

“Os administradores das circunscrições civis da Província vão dora-avante ser submetidos a um exame de proficiência, no intuito de se prepararem devidamente para o exercício do seu importantíssimo cargo. Trata-se de uma medida forte e profunda, como sem dificuldade calculará. Porém, se para os outros ramos das suas indispensáveis habilitações, êles poderão encontrar directórios e livros que os orientem nos seus estudos, pelo que diz respeito aos conhecimentos ètnográficos de Angola, de importância capital aliás, o que há por aï é coisa tão casual e fragmentada que mal se poderia recolher num conjunto de certa utilidade para o efeito. A Diocese é que estaria em condições de se encarregar dum trabalho no género, curto, metódico, à maneira de um guia de exames, capaz de facilitar de um dia para o outro, por assim dizer, a preparação dos candidatos. Dispondo da abundante informação dos missionários e da experiência pessoal da visita, na secretaria episcopal, melhor talvez do que noutra parte, se conseguiria organizar prontamente, como convem, o subsidiário de que estou a falar-lhe. Bom serviço fariam”.

O plano foi logo ali concebido e traçado. O manual constaria de duas partes: a primeira de carácter geral, abrangendo

numa visão colectiva as manifestações e modalidades essenciais da vida dos povos bantús, em qualquer dos seus diferentes e curiosos aspectos; a segunda de feição restrita, à maneira de especificação ou de exemplo do panorâma geral, estudo pormenorizado de alguma sub-raça em particular. Os administradores já poderiam ter assim como que um ponto de partida para as suas observações e trabalhos *in loco*.

Ninguém mais competente do que o Sr. Dr. Manuel Alves da Cunha, Vigário Geral da Diocese, para se ocupar da primeira, a mais difícil e complexa. Com os seus olhos de águia, com a imensa livraria que êle tem na cabeça, com o seu génio maravilhoso de sábio, não lhe custaria muito prender nas suas mãos os fios dispersos do quadro, ligá-los harmoniosamente, e dar-nos afinal, como se fôsse a de um só, a imagem dos povos todos que habitam o nosso ocidente africano.

Enquanto à descrição de exemplo, que se conteria na segunda parte, como acabava de regressar de uma longa visita às gentes Vandimbas, do sul da Província, poderia porventura, com maior dificuldade e muito menor êxito, pôr em ordem para o efeito os elementos colhidos.

Depressa começaram os trabalhos de edição na Imprensa Nacional. A's vezes, quando eu me erguia da cama, ainda o Sr. Dr. Cunha estava colado aos manuscritos do seu arquivo a ver, por exemplo, se o nome de um soba se devia escrever com um N ou com um M. Mapas interessantíssimos de indumentária, de transportes, de alimentação, de culturas, de costumes, de tôda a espécie de manifestações da vida indígena, foram cuidadosamente organizados e saíam das magnificas oficinas do Estado, intercalados no texto.

Creio que se chegou a imprimir a última folha; não o direi com absoluta certeza porque, infelizmente, o exemplar que eu guardei, constituído pelas provas de tipografia que me vinham à correcção, não sei que caminho levou nestas últimas mudanças do meu destino.

Mas como foi que, estando já amadurecido um fruto tão proveitoso, ninguém o chegou a colhêr, poucos mesmo souberam da sua existência?

Não sei, ou não é caso para aqui

COLONOS PORTUGUESES,

COLONOS DE ANGOLA

(ESPECIAL)

POR MÁRIO GONÇALVES VIANA

LICENCIADO EM DIREITO, ADVOGADO, ESCRITOR E JORNALISTA



SÔBRE o problema colonial português, muito se tem escrito; mas pouco se dissera ainda acêrca dos colonos nacionais. A epopeia obscura daquêles que, desajudados de todos, vivem

nos nossos domínios ultramarinos uma vida canserosa de trabalho insano e inglório, é quâsi desconhecida do grande público. Não há ninguém que não saiba de côr o nome dos nossos exploradores, dos nossos colonialistas, de todos os chefes militares que, gloriosamente, se bateram em África, pela honra e prestígio da Pátria. Mas, em compensação, a maior parte da gente supõe que só êsses é que são os heróis e os obreiros da grandeza da Nação. Semelhante idéa carece de correctivo. Ao lado dos grandes paladinos da política colonial, há a colocar os que contribuem com o seu esforço ignorado para a consolidação e fortalecimento da economia ultramarina. Sem êles, todos os rasgos de audácia e todos os heroísmos, tôdas as vitórias e tôdas as aventuras épicas, redundariam em puro fracasso. Quem são? Não se sabe. Multidão heterogénea e amorfa — os colonos não deixam atrás de si fama nem glória. Vivem

humildemente e humildemente morrem. Vão, muitas vezes, pobres de bens e ricos de esperanças, para as colónias. Poucos atingem a fortuna. A maioria, ali gasta a vida, lutando, sem desanimar, contra o clima ou contra os acasos da sorte.

Há cêrca de cinqüenta anos, um governador geral afirmava: « Vai-se a África e não para a África »

Hoje já não se pode dizer outro tanto. O português adapta-se admiravelmente à vida colonial. As suas qualidades de trabalho e de patriotismo refinam. A princípio, talvez contra vontade, depois por necessidade e, finalmente, por hábito, o colono fixa-se à terra onde vive, onde consumiu o melhor da sua mocidade, para onde arrojou os seus entusiasmos e onde inverteu o próprio capital ou até as suas economias.

¿ Quem é que pode avaliar, justamente, a soma de abnegação, de desprendimento, de sacrifícios, do colono anónimo, sempre saudável da Mãe-Pátria e da Família, mas sempre activo, corajoso e decidido? Na indústria, na agricultura, no comércio e na pescaria, os colonos esquecidos, e para os quais ninguém atenta, realizam uma obra de patrio-

E se houvesse alguém que libertasse do limbo da Imprensa Nacional de Luanda, se é que ainda por lá se amontôa a qualquer canto, essa edição que custou tanto trabalho, tanto dinheiro, e que, pela preciosa colaboração de um dos autores, poderia derramar tanta luz sôbre as incertezas e mistérios do sertão angolano ?!

Tomar, 14 de Maio de 1935.

+ João Evangelista, Arcebispo de oxirincos

tismo tam fecundo como aquêles que do alto das cadeiras do poder governam a coisa pública.

Eles tudo dão à Pátria — e nada pedem para si. Sacrificam a saúde e as comodidades. Enquanto os outros discutem, êles trabalham e lutam, ganhando, a cada revés, novas fôrças; empapando em suor frutuoso as terras de além-mar. Não têm cultura? Mas são práti-

Febre Biliosa Hemoglobinúrica

PELO DR. ANTÓNIO PACHECO

Poderíamos repetir aqui o que em outra página dêste *Boletim* escrevemos a propósito do livro *Paludismo Pernicioso*, também da autoria do jovem mas já ilustre clinico, Dr. António Pacheco, que em terras moçambicanas honrou com galhardia a tradição de saber e humanidade da medicina lusitana. Poderíamos reafirmar que os esculápios portugueses contemporâneos são bem os lídimos representantes daquela ciência que o famoso Garcia da Orta tão alto elevou em seu tempo; que realizam em nossos dias, no Ultramar, uma obra extraordinaria pelo heroísmo e pela dedicação, no combate sem tréguas às endemias e aos males que afligem e flagelam as desprevenidas e desprotegidas populações indígenas.

Preferimos, porém, como mais acertado, transcrever a apresentação e as razões do trabalho, feitas pelo próprio autor. Os leitores desta *nota* com certeza que nos ficarão gratos por esta preferência.

“Depois de estudar as minhas observações de Febre Biliosa Hemoglobinúrica e reunir as notas espalhadas, que sobre estas mesmas observações escrevis pensei que a êste trabalho deveria acrescentar um novo capítulo: — Laboratório.

“Mas...

“Na cidade, onde há laboratórios bem montados, tendo de tudo, aparelhos raros e aparelhos caros, tôdas as análises podem ser confiadas a êstes laboratórios.

“Longe da cidade, tudo é diferente. Um laboratório custa rios de dinheiro e são poucos os que se possam abalançar ao luxo de comprar tôda a aparelhagem necessária.

“Ora, as análises podem ser feitas e obterem-se números e resultados vizinhos, ou idênticos, aos dados pelos bons laboratórios, com a ajuda de alguns aparelhos de aquisição fácil e de preço ao alcãnce de tôdas as bolsas.

“Nêste capítulo — Laboratório — eu fazia a descrição dêsses aparelhos; dos reagentes e da maneira de os usar; da comparação com os números dados pelos bons aparelhos e das correções a fazer.

“Mas, êste capítulo viria a ocupar um espaço seis vezes maior do que êste trabalho em que tento estudar a sintomatologia, etiologia e patogenia, profilaxia e tratamento da febre biliosa hemoglobinúrica.

“Farei, portanto, um outro trabalho, que publicarei mais tarde, cuidando, assim, poder ser de alguma utilidade aos colegas que, como eu, vivem longe dos grandes meios e têm de resolver todos os seus casos, às vezes com urgência, sem auxílios de qualquer espécie.

cos. A experiência da vida deu-lhes rara intuição. E se fôssem lembrados e ajudados, muito mais produziriam. Moraes e Castro afirma, por isso mesmo, que « o colono português é uma boa matéria prima ». Faltam-lhe apenas o estímulo, o auxílio e a lição salutar. Quási todo o seu trabalho é obra do instinto e do amor à Pátria. Por isso mesmo, mais valioso se torna ainda. O citado colonialista acrescenta, a propósito: « Mas se, por acaso, o estimulam, é capaz de se aperfeiçoar como qualquer outro, a sua inabilidade galvaniza-se de aptidões sérias e transforma-se noutra, capaz de competir com o parceiro estrangeiro... »

O colono de Angola — que nos serve de padrão — constitue o testemunho vivo e a melhor afirmação do potencial da raça lusitana. Apesar da crise temerosa e dos flagelos da sêca e dos acrídios, êle nunca desanima: trabalha sempre. Não é só movido pela ambição material, mas também pelo desejo de ser útil à Nação e de contribuir para o seu ressurgimento. Dá o que pode e o que sabe. Nunca desanima, confia sempre nos destinos superiores da Pátria e no seu próprio esforço. No interessantíssimo Relatório da Associação do Comércio e Indústria, de Luanda, referente ao biénio de 1932-1934, lêem-se estas palavras verdadeiramente significativas:

“Ninguém, mais do que os colonos de Angola, crê no seu futuro e no seu valor. Todos compreendem, à luz da sua inteligência ou mesmo do seu instinto, as responsabilidades e os sacrifícios necessários, indispensáveis, para a obra da renovação. Têm-no provado com o seu trabalho insano e persistente, através de tôdas as exigências e vicissitudes, de tôdas as contrariedades do tempo e da fortuna.»

Isto revela muito bom-senso e muito patriotismo. Mas corresponde a factos palpáveis.

“Êste trabalho é o resultado do estudo de 84 casos de febre biliosa hemoglobinúrica. Êstes 84 doentes foram observados hora a hora; foram feitas análises, freqüentes, de urina e sangue; tentei estudar o doente, a doença e o meio; e, em cada caso a profilaxia e tratamento correspondente.

“Do trabalho que tive em seguir os doentes, hora a hora, e das análises feitas com tanta freqüência, estou recompensado: — EM 84 CASOS DE FEBRE BILIOSA HEMOGLOBINÚRICA, SÓ TIVE DOIS DECESSOS”.

Isto só, diz claramente dos méritos e propósitos do substancioso trabalho do Sr. Dr. António Pacheco.

Apesar de todos os flagelos, incluindo a baixa das cotações, Angola exportou, em 1933, mais 6.986 contos do que no ano anterior, ao passo que Portugal apenas aumentou, naquêlê ano, a exportação, em 5.345 contos. E êste triunfo do trabalho angolano ainda mais saliente é, se consideramos que tal aumento foi obtido, em Angola, num movimento de 219.877 contos, ao passo que na Metrópole êle foi obtido em relação a 791.780 contos.

Tudo isto prova, à saciedade, que os colonos portugueses, que moirejam e labutam nas colónias, são bem dignos de estímulo e protecção.

Êles sabem ser dignos em tôdas as emergências, colocando acima dos seus interesses pessoais, os interesses da Nação. São ainda do aludido relatório estas palavras que mostram o critério e o espírito nacionalista que informa a sua mentalidade de homens de acção e de trabalho, que nada mais pretendem a não ser a defesa e protecção eficaz do seu esforço:

« Depois da dura lição dos factos, para que sempre devemos olhar antes de nos deixarmos enlevar por soluções aparentemente fáceis dentro da lei do menor esforço, mas sem possibilidade de realização, — não pode Angola nem os que nela trabalham, desejar um novo apêlo ao crédito para obras de problemática utilidade, sem influência imediata na sua economia ou para fins que se confundam com uma obra de assistência pública ».

De facto, o problema colonial merece ser resolvido com ponderação, hoje mais do que nunca. Os planos grandiosos devem ser postos de parte, para dar lugar às realidades tangíveis. O colono e o indígena são dois valores que é preciso disciplinar e aproveitar ao máximo, pois “no país em que o conquistador, estiver em ínfima minoria, — escreve Leopold de Saussure — a questão primordial *sine*

qua non para o bom êxito é a da política em relação aos indígenas. »

Nada disto se deve fazer por simples sentimentalismo, mas sim por utilidade económica. Domingos da Cruz acentua algures que « nos anos difíceis da guerra fôrão as colónias que acudiram à Metrópole para a sua alimentação e mesmo para algumas matérias primas. » Não é justo esquecer isto, passado o perigo, tanto mais quanto é certo que as colónias são os pilares da economia nacional nas horas difficilimas da paz!

Com oportunidade, podemos ainda citar o Relatório da Associação do Comércio e Indústria, de Luanda: « O rendimento que Angola dá à Metrópole, fazendo viver muitas dezenas de milhar de pessoas e muitas actividades comerciais, industriais e até várias profissões liberais, podia e devia ser ainda maior, desde que se impulsionasse o seu comércio e a sua produção dentro do excelente princípio da unidade económica imperial. »

Orientar e proteger quem trabalha honestamente para o engradecimento da Nacionalidade é obra, sob todos os aspectos, meritória e útil.

O próprio Dr. Armindo Monteiro, é o primeiro a fazer justiça ao nosso colono: « Não tem o colono português encontrado quem dignamente proclame as suas virtudes. E contudo elas podiam ser apresentadas ao mundo inteiro como exemplo de audácia fria, de desprezo pelo perigo, de indiferença pelo sofrimento, de sobriedade, de persistência no trabalho, de amor à terra ».

Que se passe das palavras aos factos — e teremos dado um grande passo para a solução do problema nacional!

Mário Gonçalves Lima

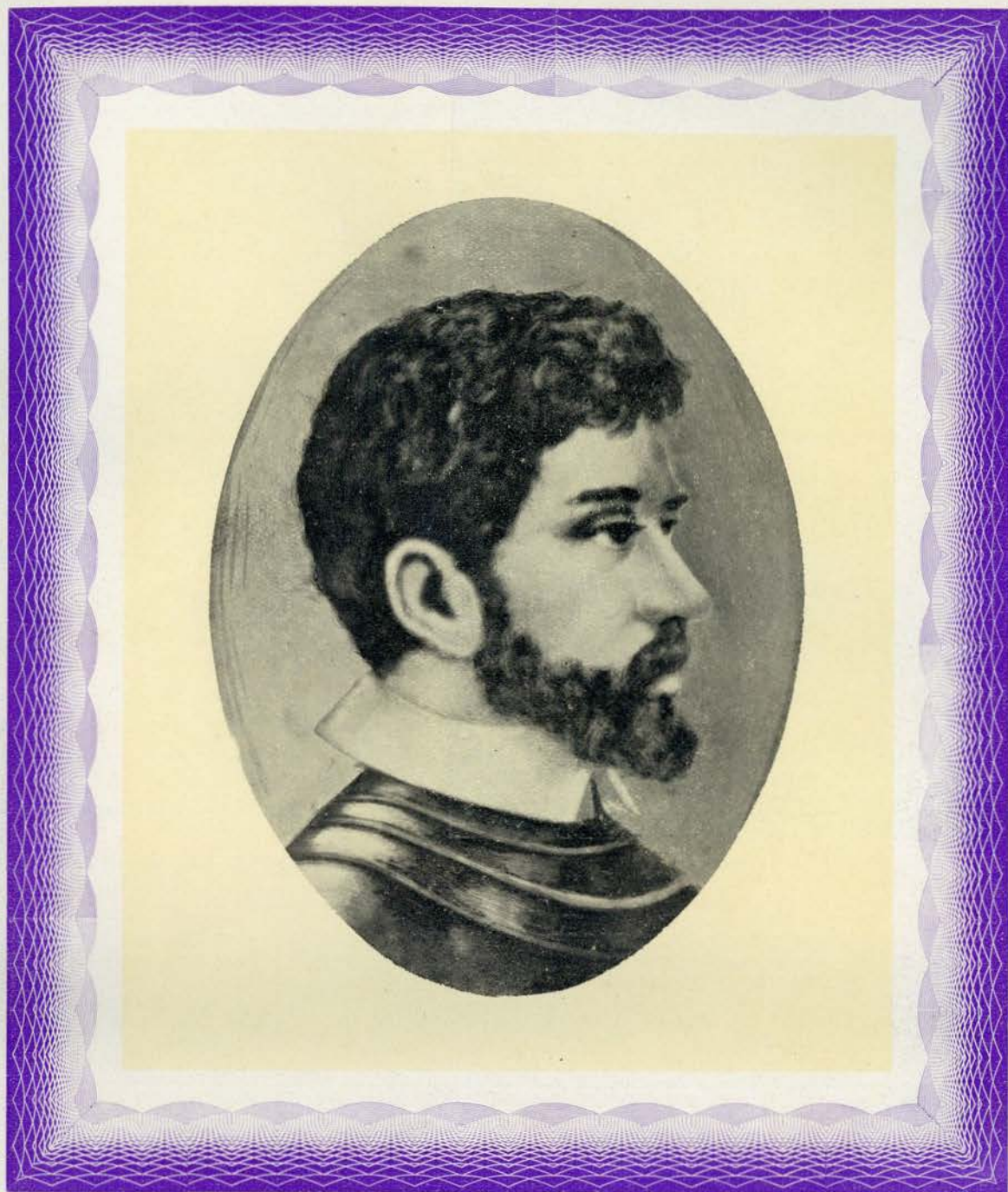




O mar está bravo,
Joga contra o cais.
Os corações jogam, como o mar,
Contra os peitos negros
Dos estivadores do pôrto de Capetown.

Dentro de seus peitos,
Mais fortes que o mar,
São palavras de revolta:
— Não queremos ver nossos irmãos negros
Morrerem numa guerra injusta.

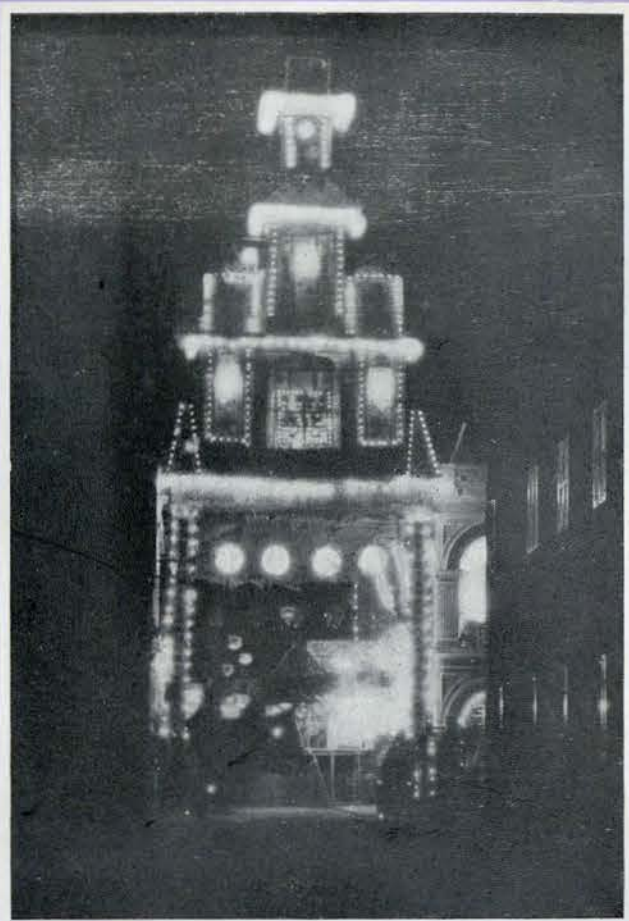
Os estivadores do pôrto de Capetown,
Levantam os braços rudes,
Punhos fechados,
Corações gritando:
FRATERNIDADE!



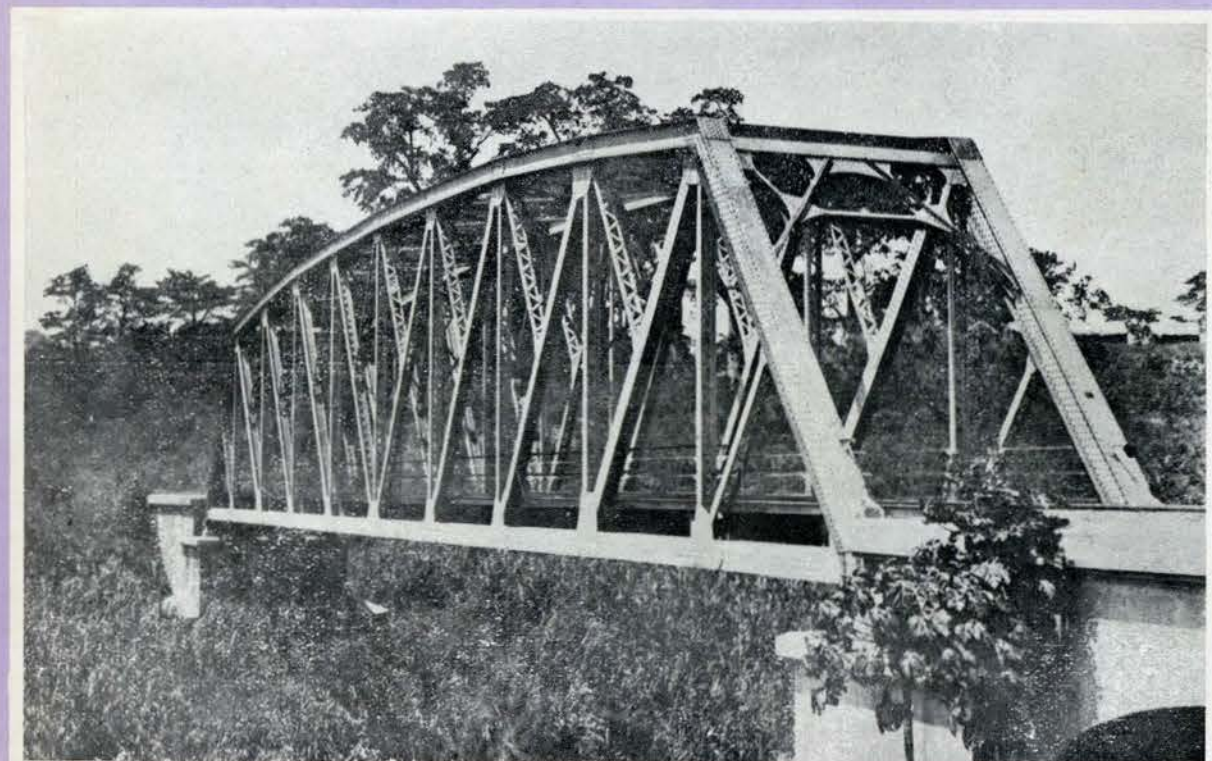
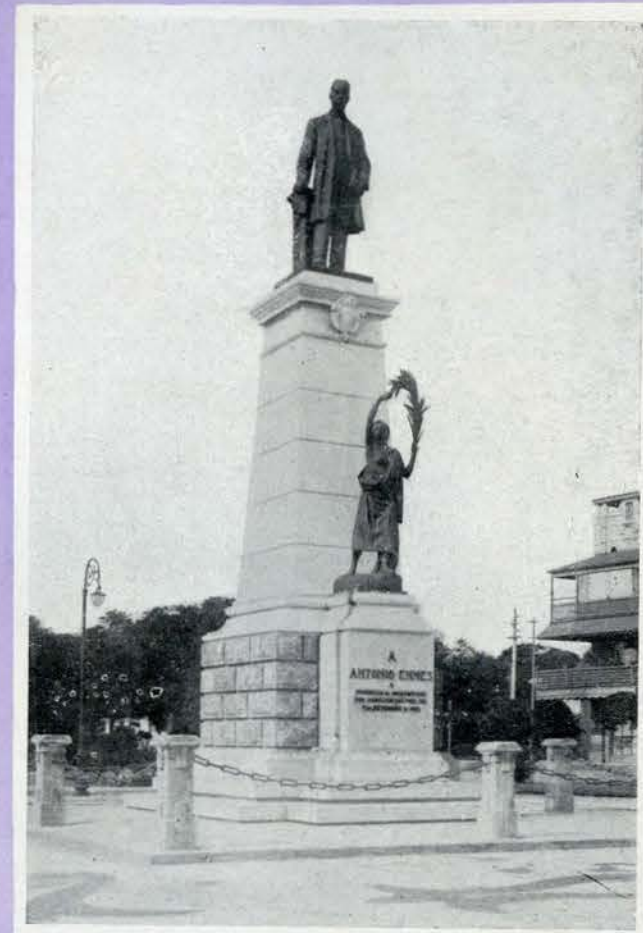
PAULO DIAS DE NOVAIS

GOVERNADOR E CAPITÃO-MÓR
CONQUISTADOR E POVOADOR DO REINO DE SEBASTA
NA ETÍOPIA OU GUINÉ INFERIOR
FUNDADOR DA CIDADE DE SÃO PAULO DA ASSUNÇÃO DE LUANDA

Português de têmpera indômita e combativa, a quem Angola deve um monumento que lhe perpetúe a memória e recorde com imponência os altos méritos políticos e militares de seu primeiro conquistador.



M A C A U—Casa chinesa, iluminada em dia de procissão
N O V A G O A—Encantadores de serpentes
LOURENÇO MARQUES—Monumento ao Conselheiro António Enes
ILHA DO PRINCÍPE—Paços do Concelho
CAMINHO DE FERRO DE LUANDA—Ponte sôbre o rio Luinha



T E T E

- 1) — VISTA PARCIAL
- 2) — A M A T R I Z
- 3) — ASPECTO PARCIAL
- 4) — RESIDÊNCIA DO INTENDENTE
- 5) — CÂMARA MUNICIPAL



1



2



3



5

4





O Terceiro Império Português; o esforço colonizador do Liberalismo e da República

POR ARMANDO MARQUES GUEDES

ADVOGADO E PROFESSOR CATEDRÁTICO DO INSTITUTO
SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS
DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA.
ANTIGO MINISTRO DAS FINANÇAS
DIRECTOR DE "O PRIMEIRO DE JANEIRO"

(ESPECIAL)



DEPOIS do Congresso de Viena (1815), que pôs termo às lutas da Revolução e do Império, dois factos, um político e o outro económico, dominam a vida do mundo:— o princípio das nacionalidades e o aparecimento e difusão da grande indústria.

Aquela reivindicação do direito de as nacionalidades se erigirem e organizarem em Estados soberanos, teve repercussão nas colónias latinas e anglo-saxónicas da América, levando-as à independência. Assim se libertaram a América do Norte, as colónias espanholas e o Brasil. Sempre que as novas comunidades atingiam êsse grau apreciável de expansão

económica e de cultura, não podia mais subsistir o velho "pacto colonial", regime de sujeição, em que as metrópoles exploravam as colónias, importando de lá as matérias primas e impondo-lhes, em exclusivo, o consumo dos produtos manufacturados. E quando a Santa Aliança na sua política reaccionária de intervencionismo, pretende imiscuir-se e dominar no México, proclama-se (1823) a doutrina de Monrœ, que declara o Novo Continente já insusceptível de colonização europeia e a América reservada aos americanos. O outro fenómeno dominante na vida social depois do Congresso de Viena, a difusão da grande indústria, cria, com todos os graves problemas internos e internacionais do êxodo rural,

urbanismo, proletarização das massas e sua conseqüente organização política e revolucionária, guerra aduaneira e conquista de mercados, o problema da *expansão colonial*.

A Restauração e a Terceira República Francesas começam a organizar e vão estendendo o seu império colonial pelo Norte da África (Argélia, Tunisia e Marrocos), Sudão, Senegal, Madagáscar, Indo-China; e a Inglaterra, desenvolvendo o seu hábil sistema de assimilação e autonomia, inspirado com prudência na lição da independência *Yankee*, organiza o seu maravilhoso Império, e vai dominando tôdas as rotas e tôdas as passagens marítimas. Na África, concebe e realiza, com a sua tenacidade fria, o plano

do império do Cabo ao Cairo. Nada a detem — nem o conflito conhecido no Niassa, nem o choque com a França em Fachoda, nem a luta e a absorção das repúblicas boers da África do Sul...

A própria Alemanha, reclama o seu lugar ao sol chegando tarde, contende com a França em Marrocos, e vai conseguindo estabelecer-se no Togo, Camarões, no Congo Francês, na África Oriental e Ocidental Alemãs.

Celebrára-se a Conferência de Berlim (1884-85) e por ela se procurára um estatuto para a partilha do Continente Negro. Saíra dela mal ferida a nossa soberania no Congo, Angola e seu *hinterland*, pela criação da bacia internacional do Zaire e pela constituição de um *reino livre*, atribuído ao rei da Bélgica, que era um embaraço à nossa expansão até à Contra-Costa e a renúncia à exploração das minas da Katanga. A irrupção da Inglaterra pelo Niassa foi depois o golpe de morte nos sonhos do nosso *mapa côr de rosa*.

Mas, aquela Conferência, ao mesmo tempo que estabelecia a liberdade comercial na bacia convencional do Congo e a liberdade de navegação nos rios Niger e Zaire, definia o princípio da necessidade da ocupação efectiva como fundamento da soberania dos países colonizadores.

Todo o esforço do Liberalismo e da República foi e tem sido o de salvar e consolidar o nosso Terceiro Império, pela sua ocupação efectiva — já pelas expedições dos

novos *bandeirantes* do sertão africano, irmãos de raça e espírito dos do sertão brasileiro, já pelas lutas contra as tribus remissas ou rebeldes ao nosso estabelecimento e soberania. Nenhum país colonial conta uma página, ao mesmo tempo tão bela e tão dura, de esforço colonizador.

Fomos os primeiros, contudo, a proclamar a liberdade e a dignidade do Negro, abolindo a escravatura e o seu tráfico nos nossos domínios. Agora em vez de a exportar, fixamos a população indígena no seu *habitat*, utilizando *in loco* a sua mão de obra para a valorização das riquezas naturais.

O dever de colonizar, missão sagrada de civilização.

A colonização deixou de ser uma aventura de grande especulação financeira. Passou breve o regime das Companhias Coloniais, a que debalde se quis dar, nos fins do Século 19, vida nova com a constituição das companhias majestáticas ou de costa. As colónias não puderam mais ser consideradas campo ou simples prospecto de empreendimentos de um capitalismo usurário. Calaram-se as vozes dos que prêgavam, em nome dum humanitarismo, que revivia a antiga lenda do *bom selvagem*, o direito à preguiça,

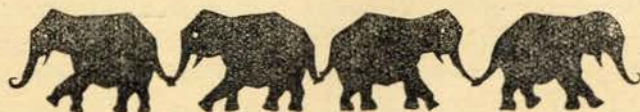
à estagnação improgressiva, à barbarie e ao canibalismo das populações indígenas entregues a si mesmas. Se não se queria o sistema de povoamento e colonização de certas nações fortes, que se fixavam no solo colonial sobre a exterminação dos indígenas, também se não aceitavam os exagêros dos perigos atribuídos ao contacto de brancos e negros, à infelicidade destes e do desvario sem exemplo do *civilizado*, que, em terras bárbaras, enriquecia sem inibições morais, num ambiente de *criminalismo colonial*, que gerava os maiores embaraços para a separação e definição de civilizados e de selvagens.

E ao invés de toda a filosofia anti-colonizadora, reconheceu-se e proclamou-se, até mesmo em congressos socialistas, o *dever de colonizar*.

Quando em Versailles, se sonhava com as bases da estrutura dum mundo novo, reconheceu-se no Pacto da Sociedade das Nações (Art.º 22) que "o bem estar e o desenvolvimento dos povos ainda não capazes de se governarem por si, formam *uma missão sagrada de civilização*"

Ora, é útil, evidentemente, acentuar que o intercâmbio comercial é o maior veículo e o mais poderoso instrumento dessa missão civilizadora.

Amendo ha sus frede



“HISTÓRIA MILITAR E POLÍTICA

DOS

PORTUGUESES

EM

MOÇAMBIQUE,

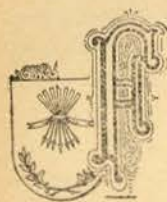
DA

DESCOBERTA A 1833”

PELO CORONEL EDUARDO DE AZAMBUJA MARTINS

OFICIAL DO ESTADO MAIOR

(ESPECIAL)



ELIZ, e muito, se pode considerar a Colónia de Moçambique por lhe ter sido dedicada esta valiosa obra registando tóda a sua evolução histórica, estudo basilar e elucidativo, que as nossas outras colónias ainda não possuem. Esta vantagem é de tóda a conveniência por ser Moçambique o nosso território mais cobiçado e sujeito a conflitos de interesses estrangeiros.

O Autor fôra convidado a escrever esta obra durante o período da Grande Guerra, pelo Presidente do Conselho e Ministro das Colónias, António José de Almeida com o fim de fundamentar a propaganda nacional sôbre a Colónia da África Oriental, que então estava em luta com a antiga colónia alemã, sua vizinha, ao norte do rio Rovuma, o qual delimitava as duas colónias.

O ilustre e consagrado Autor já escrevêra a história popular das nossas campanhas peninsulares contra os franceses, tendo obtido o primeiro prémio num concurso oficial realizado pela Academia de Ciências de Lisboa, na qual o Autor, em breve, teve ingresso, sendo hoje ali considerado um sócio de elevada categoria. O aparecimento do recente volume,

por ocasião da sua oferta à Academia, foi festejado nos termos mais lisonjeiros, pelo seu presidente, numa das últimas sessões, e foi saúdo com o entusiasmo e louvor com que, presentemente, se vão galardoando os trabalhos de propaganda colonial.

O primeiro volume aparecido em 1927, referente ao período de 1833 até à mudança das instituições em Portugal, encontra-se esgotado, tendo sido um valioso elemento de consulta para os estudiosos, fixando doutrina sôbre muitas incertezas da História de Moçambique.

O novo volume, agora aparecido, contém 637 páginas, impressas pelo Centro Tipográfico Colonial, sob o patrocínio do Governo Geral de Moçambique.

Podemos assim considerar completa, com êstes dois volumes, a obra que o autor foi convidado a escrever, visto o último volume publicado corresponder ao período de tempo, dêsde a descoberta da Colónia pelos portugueses até 1833.

Chamar para esta obra a grata atenção dos africanistas e fazer dela a maior propaganda, será um serviço prestado ao Império Colonial Português, cuja ressurgimento se está impulsionando reconhecidamente.

A leitura do trabalho do ilustre escritor é sempre agradável e desperta um interesse crescente. O espírito de continuidade na acção dos portugueses em Moçambique é conclusão que ressalta dos sucessivos períodos de luta durante séculos na longínqua colónia, desde os tempos em que a navegação da metrópole para Moçambique levava meses e era atribulada pelos sofrimentos contados na História Trágico-Marítima.

A clareza e simplicidade da narração dos factos seduz o leitor qualquer que seja o grau da sua cultura, despertando o sentimento de amor pátrio e a meditação pelo esforço feito, muito acima da capacidade que se podia atribuir aos limitados recursos de que os portugueses ali dispuseram, desde a conquista até aos nossos dias.

Creio que a sinceridade do Autor é a sua principal faculdade para ganhar o coração dos leitores.

É esta sinceridade, sem dúvida, o melhor mérito da obra, que além de satisfazer completamente ao raciocínio do leitor também lhe satisfaz o patriótico sentimento, despertando a

GENTIO DE TIMOR

por ARMANDO PINTO CORRÊA

O autor do presente trabalho, premiado no recente concurso de literatura colonial promovido anualmente pela Agência Geral das Colónias, além de oficial do Exército foi administrador durante cinco anos e dois meses de Laucau, — a mais populosa das circunscrições timorenses. Não se limitou, porém, — e por isso é digno dos mais vivos louvores — às tarefas burocráticas do cargo: aproveitou-se do seu relativamente longo contacto com os aborígenes da terra mais distante do nosso Ultramar, perdida lá nos confins do arquipélago de Sonda, para lhes estudar os costumes, a estrutura da sua organização social e das suas forças económicas, a cintura de seus ritos e religiões.

Ele assim o confessa no prefácio da obra que temos presente, dedicado ao *benemérito nacionalismo da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO*.

“Lógico consigo próprio, coerente com os ideais nacionalistas pelos quais se bateu e sacrificou, e sempre fiel à sua mística vibrante de orgulho pátrio, — cumpriu o seu dever o melhor que soube e pôde, esforçando-se por se não tornar inferior à missão civilizadora que aos pioneiros de Portugal coube realizar na mais remota, pitoresca, sugestiva e enfeitiçante das suas províncias ultramarinas.

“Fôram cinco anos de vida intensa, de vida moça e pródiga, ansiosa de realizações, em que o espírito se queimava numa combustão de tôdas as horas, ardido por uma chama calorosa de fé — fé nos destinos da Nação, fé nas possibilidades de Timor.

“Construíu, organizou, renovou, mas não se esqueceu também de observar as instituições timorenses, de estudar suas usanças, de penetrar a alma do indígena, de abarcar a sua mentalidade, de respirar a sua atmosfera psicológica, — de compreender as gentes nativas, para melhor as conduzir, modelar e valorizar.”

Não se pode negar ao autor de *Gentio de Timor*, as necessárias faculdades de observação, tais as provas que delas nos dá através das 350 páginas dêste livro em que a *alma* e o clima psicológico dos timorenses, suas tradições milenárias, seus numes, suas superstições, seus frêmitos guerreiros, suas velhas usanças são desvendadas com a indispensável clareza e numa linguagem em que há o manifesto propósito de dizer apenas o preciso, de grafar o pensamento com as palavras contadas, sem arrebiques literários nem com a pretensão de escrever bonito.

É um livro áparte na bibliografia colonial portuguesa, em que a observação, o estudo e o desejo de concorrer para difundir conhecimentos e espancar as derradeiras sombras que ainda envolvem Timor aos olhos de muitos metropolitanos, entram com partes iguais. Nada de fantasia e pouco de literatura, um livro *up-to-date*, afinal, e excelente.

meditação sôbre uma parcela das mais interessantes da história portuguesa.

Mantendo uma reconhecida imparcialidade deduzida dos factos, todos justificados numa equilibrada apreciação dos documentos existentes, após uma análise profunda, o Autor apresenta com natural coêrência uma síntese dêsses factos, expressando com desassombro os comentários sempre harmónicos em relação ao tempo, ao lugar e às múltiplas circunstâncias a que êsses factos estão ligados. Aponta exagêros, notando deficiências e culpas, mas a soma dos esforços na colonização de Moçambique é um título de glória para aquelas gerações que tanto elevaram o nome português fundamentando os versos de Camões:

“Não vos hão de faltar, gente famosa,

“Honra, valor e fama gloriosa”.

Canto X, Est. 74.^a

O espírito de sacrificio, que tanto ennobrecce os primeiros tempos das conquistas portuguesas no Oriente, é considerado pelo Autor como a grande alavanca que levantou a um nível digno de epopeia, os portugueses daquela época, que venciam os sofrimentos indescritíveis do martírio religioso, das trágicas tempestades onde naufragavam os seus frágeis navios, como venciam os inúmeros inimigos que lhes surgiam desde a costa oriental da África.

Quando se lê, a páginas 167, o episódio do padre Gonçalo da Silveira atacado de noite, morrendo com a maior resignação, abraçado a um crucifixo e revestido dos seus hábitos talares, que nunca abandonava a fim de estar sempre pronto para receber a morte, é um trecho bem emotivo. Verdadeiros heróis os missionários quinhentistas, a quem a causa da civilização tanto deve, confirma o ilustre historiôgrafo.

Nos “Lusíadas”, a par do missionário Silveira encontramos o capitão-mór de Sofala, vendo-se que os ideais da Fé e do Império orientavam semelhantemente os nossos homens daquê tempo.

O plano do trabalho é exposto pelo Autor num conciso prólogo, onde êle explica a necessidade de tratar dos assuntos ligados à costa oriental africana e ramificados por todo o Mar das Índias, porquanto, no Oriente, as conquistas portuguesas tiveram a sua administração centralizada em Gôa e só em meados do

século XVIII, Moçambique inicia a independência da sua vida administrativa.

Os escritores árabes fornecem algumas informações da África Oriental, mas foi só com a chegada dos portugueses, que essa vasta região começou a ter interesse na história da civilização mundial, a qual na sua essência trata dos povos colonizadores da Terra.

Conforme a boa doutrina, que tantos desgostos causou a Herculano, ao estabelecer a verdade documentada sobre o início da nacionalidade portuguesa, também o Autor julgou preferível pôr de parte algumas tradições duvidosas, cultivando a verdade sempre com desassombro, embora ela nos seja desagradável, evitando termos de ouvi-la cruamente a estrangeiros. Não fica minguada a história colonial portuguesa com a exclusão do que seja julgado lendário ou duvidoso em presença duma ponderada análise documental e da mentalidade da época em que os factos decorreram.

Recordando Alexandre Herculano, encontramos a páginas 21 da sua História de Portugal, 7.^a edição: "É, sem dúvida, custoso ver desfazerem-se em fumo crenças arreigadas por séculos, a cuja inspiração nossos avós deveram, em parte, o esforço e a confiança na providência em meio dos grandes riscos da Pátria; crenças inventadas, talvez, para espantar os ânimos abatidos em circunstâncias difíceis. Sei isto, mas também sei, que a ciência da história caminha na Europa com passos ao mesmo tempo firmes e rápidos, e que se não tivermos o generoso ânimo de dizermos a verdade, os estranhos no-la virão dizer com mais cruel franqueza".

Numa erudita e criteriosa introdução o Autor analisa os campos da actividade dos portugueses em Moçambique elaborando um plano que contém o essencial delineamento architectónico de toda a sua monumental obra, em que a harmonia das proporções, com que desenvolve os referidos campos de actividade, é um dos notáveis característicos da excelência do seu trabalho.

O primeiro período abrange a descoberta e conquista, até 1752, data em que a colónia se torna independente da administração da Índia, estudando nesse período os objectivos immediatos da acção portuguesa em Moçambique.

Além da expansão da Fé e do Império, o esforço perseverante para encontrar as minas

de ouro — "o metal porque mais a gente sua" — no dizer de Camões (canto X, est.^a 93.^a), foi um dos objectivos mais recomendados pelo governo da metrópole, com o fim de obter recursos para as dispendiosas navegações e conquistas.

As minas de ouro, do Monomotapa, deram origem a grandes esperanças; as minas de prata, de Chicôa, nunca foram encontradas, e por muito tempo se consideraram tesouros cujo rasto se perdeu. A ganância das riquezas escurece o brilho da epopeia, mas não pode deixar de ser considerada uma condição humana. Referindo as violências da guerra e do saque, e observando que o terror das armas portuguesas era um factor para manter o domínio de poucos guerreiros europeus sobre as multidões asiáticas inimigas, o Autor verbera a "cobiça e crueldade imperdoáveis, mesmo em tempos de costumes rudes".

Dobrado o Cabo da Boa Esperança os portugueses entraram no Mar das Índias, onde tornaram a encontrar o inimigo tradicional, os mouros, designação geral dos muçulmanos, que já tinham combatido e expulsado do Algarve, prossequindo a luta em Marrocos e prolongando o combate até ao Oriente. Sofala, era o limite austral das navegações dos povos árabes e logo que se estabeleceu o contacto entre os adversários figadais, a luta de concorrência tornou-se de morte. A acção militar apresenta-se por isso preponderante, sendo o Autor especialmente competente, como escritor militar, para apreciar a evolução do esforço português neste campo, considerando que Moçambique foi sempre uma colónia essencialmente de aspecto militar.

A luta religiosa, em concorrência com os mouros, foi de grande intensidade. Os mouros tinham mais facilidade de propaganda entre os indígenas, não só por mais fácil assimilação de costumes e linguagem, como ainda a doutrina muçulmana cativa a sensualidade dos indígenas. A propaganda cristã tinha a seu favor mais forte organização, e a dedicação dos missionários, além do apoio das armas e das nossas autoridades, aspecto de concorrência religiosa que ainda nos nossos tempos se mantém.

As primícias da cristandade na África Oriental foram promovidas pelos portugueses, sendo notável o seu desenvolvimento documentado nos cadernos de desobriga das confissões, criação da prelazia local e levantamento de

numerosas igrejas que, por serem de madeira, levada do reino, desapareceram sem deixar vestígios, que seriam tão úteis para a história. Contudo, os alicerces de toda a cristandade no Oriente constitue uma glória portuguesa que ainda está longe de ser valorizada em relação aos frutos produzidos e mais ainda avultará se imaginarmos aquêles que já é razoável antever.

A íntima ligação entre o campo de actividade militar e o religioso é superiormente tratada pelo Autor na descrição pormenorizada da expedição ao Monomotapa comandada por Francisco Barreto, acompanhada pelo padre Monclaros, conselheiro e cronista dessa trágica campanha para o interior de África, ainda com os expedicionários fidalgos vestidos de ferro como na idade média. Imagine-se e resistência física e moral destes homens para assim marcharem numa região tropical sem recursos.

A evolução do comércio e agricultura da colónia merecem ao Autor capítulos especiais e elucidativos, de que a colonização portuguesa não foi inerte, mas sim progressiva; assim afirma à página 260 que, nos fins do século XVI, as normas da administração pública e da exploração comercial estavam já assentes por experiência.

As tentativas de holandeses, austríacos, franceses e ingleses para se instalarem na colónia são um testemunho de que ela já estava desbravada pelos pioneiros portugueses. Atravessou Moçambique depois, um largo período em que os recursos morais e materiais falharam, sendo manifesta a decadência em relação ao impulso dos primeiros tempos.

As conquistas exigiam forças desproporcionadas à pequena população e aos fracos recursos de Portugal. A busca de ouro no Monomotapa não correspondera às esperanças da metrópole e acarretou aos portugueses grandes desastres. A luta contra os elementos e contra os inimigos atingiu o alto nível heróico da tragédia antiga. Com efeito, nos "Lusíadas" tem mais grandeza épica o episódio de Adamastor, do que a apoteóse dos heróis na Ilha dos Amores.

O esforço principal dos portugueses em Moçambique incidiu primeiramente na região central e criou profundas raízes nacionalizadoras na Zambezia; a instituição dos prazos na Zambezia é interessantíssima para a ciência colonial, elles já não existem hoje, mas

foram um elemento nacionalizador; os abusos que se deram podem considerar-se casos isolados, insignificantes perante os benefícios daquêles organismos colonizadores tendo por base a assimilação da população indígena, orientação que sempre dominou a administração portuguesa.

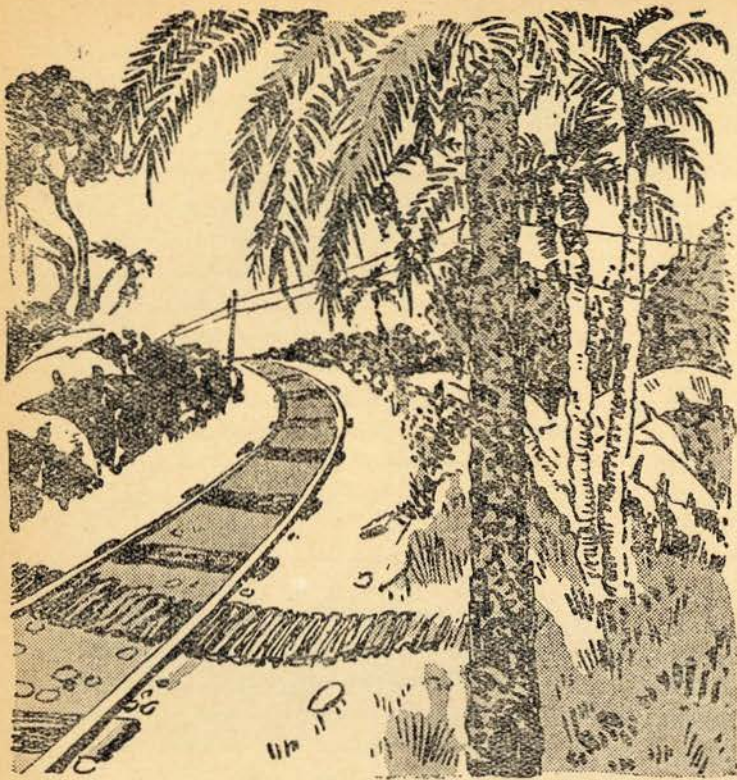
É muito interessante o parágrafo em que o Autor refere a influência que o Brasil teve, e ficou registada na sua imprensa, com o fim de se promover uma federação com Angola e Moçambique, tendo em vista o comércio da escravatura. Foi a conspiração contrariada pelas autoridades portuguesas, mas ainda hoje tem interesse o seu estudo sob o ponto de vista económico das relações comerciais entre o Brasil e as nossas duas grandes colónias africanas.

Oxalá o Autor possa, brevemente, elaborar uma segunda edição da sua obra, prolongando o seu trabalho até ao progressivo período actual, ligando o nosso passado com os campos de actividade moderna na benemérita acção educativa do indígena de Moçambique.

Curioso se torna observar, por fim, que o primeiro volume subsidiado pela metrópole e o segundo pela colónia são testemunho de solidariedade nacional que pode servir de exemplo ao Império Colonial Português.

Caronel Ed. Azambuja Martins

NOTA:— A Comissão Directiva do BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO subscreve e aplaude a apreciação mercedamente elogiosa que o brilhante colaborador desta revista, Sr. Caronel Eduardo de Azambuja Martins, teceu no presente artigo ao excelente trabalho da autoria do Sr. General José Justino Teixeira Botelho, ilustre escritor e venerando Vice-Presidente da Academia de Ciências de Lisboa: "HISTÓRIA MILITAR E POLÍTICA DOS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE".



COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

POR GASTÃO SOUSA DIAS

OFICIAL DO EXÉRCITO
PROFESSOR DO LICEU NACIONAL DA HUILA
ESCRITOR E COLONIALISTA

(Palestra radiofónica)



UEM meditar um pouco sôbre as razões por que a colonização portuguesa criou tão fundas raízes sôbre a terra, logo descobrirá que a sua força residiu no largo sentimento de humanidade que sempre e tão profundamente a inspirou. De facto, aliada aos impulsos normais do aumento das relações humanas, a colonização portuguesa teve a orientá-la e a definí-la uma força puramente cristã, que derramava na alma dos seus homens um poderoso anseio de proselitismo. Em todos os

documentos coevos de sua acção ultramarina, em tôda a maravilhosa literatura da sua expansão mundial, nos cronistas, em Duarte Pacheco, em Barros, Castanheda e finalmente na grandiosa epopeia que a resume e consubstancia — na formidável catedral manuelina dos *Lusíadas*, está bem patente e palpitante êsse anseio de levar a crença, a moral e a fé aos mais afastados confins do planeta. E não por ódio ou desejo de destruição, como fizeram tantos outros povos: os portugueses souberam aceitar como bom tudo quanto saíra do seio da natureza; e simplesmente quiseram desviar os homens ainda não iniciados para um crédo mais alto, para uma doutrina de mais elevada moral e a dentro da qual julgavam achar-se a verdadeira *salvação*.

Hoje, após tantos anos, afrouxado o entusiasmo doutrinário que gerou êsse movimento, não compreendemos a natureza da força e do arranco que lhe transmitiu a febre duma verdadeira cruzada.

Mas podemos avaliá-la pelos seus resultados actuais, mórmente quando, numa rápida vista de olhos sôbre o panorâma do mundo, compararmos a obra realizada pelos portugueses com a mesma obra saída do esforço de outros povos. E, para melhor acentuarmos o génio da colonização portuguesa, lembremos desde já que os portugueses fôram para essa empresa guiados apenas pelo seu próprio instinto, caminhando “por mares nunca dantes navegados” e servindo-se sômente dos ensinamentos que êles próprios iam dia a dia recolhendo.

As grandes nações coloniais, que seguiram a gloriosa esteira dos portugueses, parece que não souberam derramar na sua obra êsse sentimento, que tão fortemente soldou e irmanou com Portugal, não só a grande e nobre nação dêle gerada, como tôdas as Colónias

que, quais filhos ainda não apartados, continuam pendentes do seu seio criador.

E é por isso que, enquanto por todo o mundo o problema colonial constitue para essas mesmas nações um angustioso problema de ordem, de que não podem afastar-se as possibilidades da violência e do derramamento de sangue, nas Colónias Portuguezas reina uma paz natural e fácil, para ocorrer à qual basta somente a manutenção das leis sábias, generosas e humanas, que trouxeram povos de várias raças, de várias línguas e de várias religiões ao seu domínio acolhedor e fraterno.

Enquanto a Inglaterra sente desagregar dia a dia o seu grande império, ameaçada de ficar com um inimigo em cada nação que georou; enquanto a França sente elevar contra si em tôda a parte graves impulsos de descontraçados nativismos — os portuguezes colhem pacificamente o prémio da sua acção, sem sobressaltos e sem necessidade de actuações violentas. Enquanto na União Sul-Africana e nas Rodésias continua a desenvolver-se àspidamente um entranhado rancôr entre o branco e o negro, enquanto a Itália se prepara para deshumanamente talhar a canhão os domínios necessários à sua expansão demográfica — as relações portuguezas com o negro em tôda a África oferecem ao mundo convulsionado um impressionante e soberbo espectáculo de harmonia, de paz, de trabalho e de ordem.

Por outro lado as relações de Portugal com o Brasil são e serão, para glória de todos nós, carinhosas e afectivas. Apartado do seu seio, mas fortemente impregnado de espírito lusíada, o Brasil dia a dia estreita as suas ligações económicas e culturais com o coração materno. E, enquanto nos Estados Unidos da América campeia feroz o ódio entre o anglo-saxão e o negro, no Brasil érguem-se estátuas à *Mãe-Negra* e, a cada hora, se presta justiça ao sacrificio inicial do braço angolano, sem o qual nunca teria sido possível o milagre progressivo que hoje representa no mundo a grande nação brasileira!

Qual o segredo dêsse maravilhoso fenómeno?

A chave dêsse sêgrêdo encontra-se bem expressa na carta de D. João II ao caid de Safim; encontra-se nos humanitários *regimentos* passados aos governadores de Angola; nas *cartas régias* que tenazmente recomendavam a colaboração das autoridades gentílicas na governação ultramarina; nas medidas de defesa e

amparo ao gentio brasileiro; no sentimento que, dêse Albuquerque, vem ininterruptamente impregnando, espiritualizando a política de Portugal para com os povos entrados na esfera da sua protecção. No resgate, nos tratos, nas avenças, nas feitorias, nas doações e nos presídios, nos mil processos inventados pelo génio portuguez para fixar à terra o sangue portuguez, nem um momento sequer êsse sentimento lúcido se deixou desvairar ou perder.

E êsse sentimento — ninguém o duvide — é o título mais nobre da sua acção no mundo, é ainda hoje, e com justiça, a razão mais forte do seu prestígio colonial, digamos até, a mais forte segurança do seu vasto Império Ultramarino!

* * *

Desta terra edénica da Huíla, jardim maravilhoso de Angola, onde o sangue portuguez, primeiramente derramado pelos mártires da occupação, renasce hoje e se multiplica em gerações formosas e robustas, contemplo por vezes, nas noites esplendorosas do céu austral, a constelação do *Cruzeiro*, a "*nova estrela não vista de outra gente*", de que mestre João, na carta escrita de Vera Cruz, a 1 de Maio de 1500, enviava o desenho a D. Manuel, e cujo *regimento* o piloto portuguez João de Lisboa estudou em Cochim no ano de 1514. Às primeiras horas da noite a cruz levanta-se no horizonte, do lado do nascente, e descreve no céu, em torno do Polo, um círculo fulgurante de luz e fraternidade. Quando alcança a culminação, apresenta o tronco aprumado e os braços abertos, bem abertos sôbre o mundo; e depois desce devagar para as bandas do occidente.

E à minha imaginação afigura-se que o *Cruzeiro* simbólico, depois de ascender gloriosamente no nosso céu austral, vai, no seu giro esplendoroso, levar aos portuguezes da além-Atlântico, o fraternal abraço do nosso espírito, a mensagem íntima da nossa esperança de que o Brasil saberá continuar, perpétuar no Novo Mundo a tradição magnífica dêsse mesmo espírito, a alma, o anseio, a vida superior que sempre tem animado a colonização portuguesa!

Justo Sousa

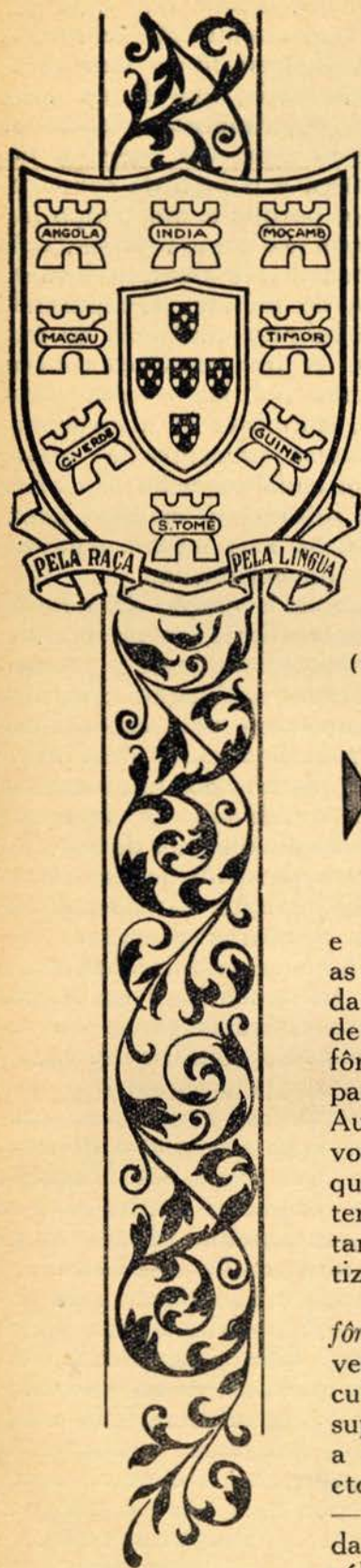
IMAGEM - FÔRÇA

CONCEITO

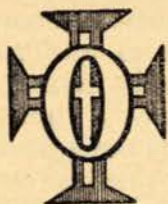
PARA A FILOSOFIA

DA EDUCAÇÃO

PELO DR. FIDELINO DE FIGUEIREDO
HOMEM DE LETRAS



(Continuação)



RA, isto que é verdadeiro, segundo a psicofisiologia, para as *idéas-fôrças*, elementos da vida representativa, verdadeiro será também, segundo a história, para as *imagens-fôrças*, complexos sistemas de idéas elementares. Sômente, o impulso dinâmico da idéa-fôrça é imediato e individual, e o da imagem-fôrça é mediato e, porque unifica as consciências, pode ser colectivo; paira na zona superior da personalidade e segue na sua trajectória uma parábola de maior parâmetro. Este impulso promotor da imagem-fôrça tem de se transformar, ao passar do escol mental para a multidão, em fórmula imperativa e irreflectida. Automatismo? Sem dúvida; mas há automatismos passivos, que amortecem a vontade, e há automatismos activos que lhe facilitam o exercício. Lembrêmo-nos da fôrça determinante, sôbre a multidão, do catecismo católico; era também, a seu modo, uma imagem do mundo automatizada e autoritária..

E está achada a definição, que se procurava. *Imagem-fôrça* é isto que orientou Colombo: uma visão do mundo, verosímil ou errada, mas com uma aliciativa actualidade cultural, da qual se extrá um plano de acção ou para lhe suprir lacunas ou para a desdobrar em corolário ou para a assaltar em crítica. E — desprendendo-nos já do aspecto geográfico inseparável do pensamento do almirante — uma descrição e avaliação filosófica do mundo, seguida dum cortejo de corolários éticos e políticos, e dum escolio pedagógico: um plano de vida individual e colectiva, e um sistema de educação para transmitir aos recém-che-

O BODE EXPIATÓRIO

Para a paz da Europa houve quem se lembrasse de Portugal para vítima.

A colónia de Moçambique seria dada à Itália e a de Angola à Alemanha.

E, em certa reunião diplomática, vindo o caso à baila, o ministro inglês Simon protestou tirando-o da discussão.

Isso não impediu que surgesse de novo.

Os lusos responderam na altura:—não conheciam melhores colonizadores do que os portugueses, nem necessitavam de dinheiro.

Honrosa e digna resposta, acrescida da notícia de que defenderiam seus domínios com as próprias vidas.

O facto é que nisso não há basófia:—perdendo embora cinco oitavos de seu império colonial, Portugal foi e ainda é o povo mais tenaz, mais inteligente e mais humano que a Europa criou.

Somos o exemplo disso:—nenhum povo se compara ao brasileiro no hemisfério sul. Somos a Nação lider de uma das metades do globo.

Hoje, quando comparamos a Amazonia com qualquer das Guianas, temos a certeza de nada havermos perdido com a expulsão dos holandeses e dos franceses nem por não termos sido colónia inglesa.

A justiça a Portugal já não é somente nossa.

As leis coloniais portuguesas, afonsinas e manuelinas, foram havidas modernamente nos Estados Unidos como paradigmas de uma cultura avançada e de uma civilização que somente Portugal possuiu na Europa e levou a todos os seus domínios de ultramar: A Inglaterra nada fez por lá senão usufruir o trabalho dos naturais.

Colonizadores, e dos melhores, são de facto os portugueses. O regime imposto às suas colónias de Moçambique e de Angola é honroso para elas.

Portugal ainda é uma nação.

E nós, os brasileiros devemos nos orgulhar disso.

In-“Jornal do Brasil”

gados à vida, essa imagem e o dinamismo que nela palpita, para os assimilar, porque em assimilação se resolve todo o trabalho educativo. A imagem-fôrça tem como alicerce a lei de relação da consciência, que dá ao nosso conhecimento uma tendência organizadora, cíclica ou unitária. O homem, recordêmo-lo uma vez mais, é um animal metafísico. A imagem-fôrça é o laço de solidariedade do homem com o universo, porque a um tempo humaniza o mundo, que só existe para nós como representação do espírito, e universaliza o homem, que assim se levanta a peça activa do vasto sistema do mundo, incorporando o seu esforço individual a êsse infinito complexo de movimentos, relações e realizações. A imagem-fôrça contém uma metafísica, uma moral, uma política e uma pedagogia, é uma unidade sinérgica, composta de altos adejos de especulação pura e de práticas preocupações quotidianas em cada acto nosso e em cada sugestão educativa os quais se vitalizam por uma infatigável exegése, como a do Quichote, que filiava todos os seus actos e palavras na sua concepção cavalheiresca da existência.

A história da filosofia, enquanto evolução do arroubo metafísico, é um cosmorama dessas imagens do mundo, das mais ingénuas às mais aperfeiçoadas, desde a grosseira observação empírica à laboriosa explicação científica das aparências fenomenais, completada pela especulação sôbre o imenso mistério que rumoreja para além dêsse pequeno sector explicado. Mas a história dos fundamentos filosóficos da educação é um suceder-se de imagens-fôrças, uma permanente radiação de dinamismos de sentidos vários dessas visões prévias—imagens-fôrças na esfera superior da individualidade e da direcção, catecismos automatizadores na zona inferior da turba dirigida.

E não foram muitas até hoje essas imagens-fôrças, não considerando os retoques, aditamentos e correcções que não afectavam grandemente as linhas gerais da arquitectura da imagem dominante. Eu contaria na linhagem da nossa civilização ocidental apenas quatro.

A primeira foi a imagem-fôrça da cosmogonia mítica, o reinado da ingénuo observação sensorial e da imaginação plástica e simbolizadora, que durou até Sócrates, Platão e Aristóteles. O grego primitivo encontrava-se perante o espectáculo da natureza, numa plena virgindade de espírito crítico. Recolhia os dados imediatos dos sentidos e constituía com êsse todo uma rêde de vida paralela à sua; a quanto se lhe deparava atribuía uma alma, um espírito animador e director. Sem o sentimento do infinito, sem a consciência dum passado, povo essencialmente ahistórico, na palavra de Spengler, mantinha nessa sistematização plástica o carácter inorgânico e dispersivo da sua mente. Destas quatro tendências se compõe a sua cosmogonia: o animismo, que supõe uma alma oculta por detrás de todo o fenómeno; o antropomorfismo, que corporiza em seres inteiramente análogos ao observador êses espíritos animadores da natureza; o particularismo, que

mantem a estonteante variedade fenomenista que os seus olhos recolhem sôbre a terra e sôbre o céu; e o finitismo, que se abstem de ampliar o campo dêesses sentidos para além do horizonte dêes e do tempo recordado pela sua experiência pessoal. Daqui provem a pleiade de deuses, semi-deuses e heróis, belos e fortes segundo um ideal de beleza humana, vivendo ali a dois passos uma vida precária de ciumes, ambições e necessidades, misturando-se ao bulício dos mortais. Dezenas de milhares de deuses povoavam a terra e a imaginação helénica, cada qual com seus atributos e sua vida agitada. Cada mito era para um grego primitivo um conceito ou categoria filosófica em forma plástica; um dicionário mitológico pode equivaler de certo modo a um léxico filosófico moderno. A esta visão do mundo, tôda de espontânea contemplação e de realização artística, havia de corresponder uma pedagogia eminentemente artística. Se o mundo era forma, côr e som, como emanções divinas, o educando devia ser preparado, tanto na aprendizagem escolar como no convívio imitativo, para amar e servir essas formas, essas côres e êesses sons, para acatar e celebrar as efemérides biográficas e os caprichos dos deuses e dos heróis. E a música e o canto, a recitação dos poetas, as práticas cultuais e a ginástica, a par dos rudimentos aritméticos e geométricos em que se tinham surpreendido já alguns aspectos das relações dêesse mundo formal e policromado, constituíam a lógica educação dessa primeira imagem-fôrça, a da cosmogonia mítica.

Com a escola dos físicos de Mileto principia a luta da reflexão filosófica com a mitologia. O espírito público julga as idéas filosóficas, que vão surgindo, pelo carácter das suas relações com a mitologia tradicional. Quando há desacôrdo, surge a acusação de impiedade. Por êsse delicto foram perseguidos vários pensadores da época: Anaxágoras de Clazomenos, refugiou-se em Lampgaco para salvar a vida; Protágoras foi banido; Pródicos foi condenado à morte; Pitágoras teve de disfarçar a sua escola filosófica em associação religiosa; e Sócrates foi para a memória dos homens a primeira vítima gloriosa da liberdade de pensamento. Dêeste transfuga da sofística recebem os créditos da primeira imagem-fôrça rude golpe.

Aristóteles desenha a segunda imagem-fôrça, que pela sua amplitude, pela sua congruência, pelos seus fundamentos experienciais, dura longos séculos, resiste a porfiadas críticas, preside a gradações culturais variadas, absorve uma religião e intelectualiza-a, e só é dissolvida pela crítica do Renascimento e pela intensa renovação científica dos séculos modernos. E quando na crise contemporânea a imagem-fôrça do Renascimento ou de Newton perde a sua eficiência condutora, é à de Aristóteles que certos sectores políticos e religiosos pretendem regressar, descoroçoando da experiência e da ciência, e renunciando a uma das mais dignificadoras funções do homem, que é criar história nova. Aristóteles e os pensado-

Se nas empresas particulares, se nas repartições do Estado, se no próprio Exército se introduz essa resistência passiva dos que têm ouvidos e não querem ouvir, dos que têm olhos e não querem ver, dos que fazem que marcham e não marcham, dos que fazem que trabalham e não trabalham, ou produzem em quatro ou cinco horas o que se pode produzir numa hora, não há castigos nem repressões que valham, a nação marca passo, não progride, vai-se abaixando.

Tenho uma grande fé na vitória final da razão e da justiça. Sem essa fé, sem essa esperança, sem o optimismo que ressalta de tôdas as linhas que eu escrevo, não seria possível êste combate fero que venho mantendo há cinquenta e três annos.

Não deixo crachás, nem títulos de nobreza, nem bens de fortuna à família. Mas deixo, pela morte, a todos, velhos e novos do meu país, inútil para os velhos, mas talvez útil ainda para os novos, uma lição: a de que é possível manter durante mais de meio século um jornal *absolutamente independente*, em luta bravia, não raro arrostando a má vontade de todos, contra o partidarismo no seu sentido mau, contra o caciquismo, contra todos os opressores da liberdade e da consciência.

HOMEM CRISTO

Quando, em 1912, iniciiei o meu primeiro governo de Angola, os funcionários que então se chamavam administradores de conceelho, ganhavam trinta mil réis por mês. Viviam, na sua quasi totalidade, em casas de pau a pique, casas térreas cobertas de capim, que apenas se diferenciavam da palhota do preto em serem de maiores dimensões e em permitirem portanto duas ou três divisões.

Êstes funcionários tinham sob a sua alçada administrativa territórios com área aproximadamente igual à de Portugal e habitados por muitas dezenas de milhares de habitantes. A exiguidade de vencimentos e a falta de habitação fornecida pelo Estado, colocavam-os numa situação de desprestígio perante os indígenas e de dependência perante os comerciantes do conceelho, que impedia o exercício de qualquer actividade civilizadora nas regiões que administravam. Além disto, obrigados a obedecer às disposições do Código Administrativo Português de 1842, êstes funcionários que, pela sua vastidão, pelo número dos seus habitantes e pela sua atrasada civilização, careciam dos prefeitos civis, moldados na reforma administrativa de Diocleciano.

Tudo isto se transformou com a publicação do regulamento das circunscrições administrativas da provincia de Angola, de 17 de Abril de 1913. Já lá vão vinte anos. Um dia direi em que consistiu essa transformação. São contos largos.

NÓRTON DE MATOS

res, que completaram as lacunas da sua concepção nos aspectos físico e astronómico, Eratóstenes, Arquimedes e Ptolomeu principalmente, proporcionaram o pano de fundo para uma actuação moral e para um sistema pedagógico de cêrca de dezanove séculos. A maior soberania espiritual que ainda houve no mundo. Essa imagem do universo presidiu à expansão do helenismo para o Oriente, à organização do cristianismo em catolicismo e à expansão da civilização européa para Ocidente.

Todos os historiadores da filosofia desenharam com minúcia a concepção do universo, de Aristóteles: Deus, motor imóvel; a esfêra celeste ou movel imperecível; a terra, centro imóvel do mundo; as quatro categorias do ser, e os seus quatro movimentos; os quatro elementos naturais; o dualismo de corpo e alma; a hièrarquia de potências e actos — todo êsse vasto sistema enciclopédico, ao mesmo tempo realista e dedutivo, a que S. Tomás de Aquino deu um sentido de convergência para a essência pura de Deus e applicou uma terminologia nova e sumamente expressiva. Mas se quisérmos completar essa concepção aristotélica em imagem-fôrça, contendo um plano de acção humana e uma base filosófica para a educação, já teremos nós mesmos de estabelecer dependências nunca postas em relêvo e construir sínteses nunca delineadas, recapitulando o longo trabalho de exegése dessa imagem aristotélica, feito durante os séculos da experiência humana, sob o aguilhão da necessidade e da reacção circunstancial ante os factos. Mas assim a história da educação ganharia uma forte travacção orgânica e simplificar-se-ia em glosa sucessiva de poucas imagens do mundo.

Também a realidade da história mostra que a imagem-fôrça e os seus variados matizes, peculiares de cada época, nem sempre se formam exclusivamente por deducção, isto é, por espontânea emanação da magia voluntarista implícita na vigente imagem do universo, como o gás iluminante se desprende da hulha; também se forma por juxtaposição do que a sondagem social e as reacções emocionais nos sugerem. Mêsmo naquêle exemplo mnemónico de Colombo, as deducções extraídas do livro de Pierre d'Ailly estavam de acôrdo com as tendências profundas do tempo, de que o navegante era como um poderoso fóco condensador. Também, sob a longa vigência da imagem-fôrça de Aristóteles, houve uma porfiada tarefa de exegése e de glosa; daqui provem a riqueza e variedade do conteúdo a dentro de fronteiras fixas, que são os vários estílos de cultura que floresceram sob o seu signo.

A terceira imagem-fôrça é a do Renascimento ou de Newton — porque Newton a perfez e consolidou com a sua mecânica, de que a lei da gravitação é como que o zimbório coroador. Princípia com a reforma de Copérnico e prossegue com Francis Bacon, Galileu, Kepler, Descartes, Lavoisier e Kant — “zodíaco imortal da consciência humana”, no verbo gradiloquente de Junqueiro. E’

uma laboriosa construção, que levou três séculos a er-
guer e reinou pouco mais de um, que foi o século de ouro
da humanidade; o século da razão, da liberdade e da abun-
dância, dos rumos claros, dos ideais confiados.

Depois o destino fez-nos dolorosos espectadores e
vítimas da dissolução da imagem-fôrça de Newton em
crítica e desânimo, com o retôrno espectral da imagem-
fôrça de Aristóteles-Tomás de Aquino, automatizada
em catecismo autoritário, e fez-nos ainda testemunhas per-
plexas ou duvidosas do lançamento dos alicerces duma
quarta imagem-fôrça, a que um dia se construirá sôbre a
imagem do mundo, segundo a relatividade e a mecânica
ondulatória, que se chamará talvez de Einstein e que há-de
conduzir a humanidade durante uma nova fase da sua pe-
regrinação.

Não sendo possível prorrogar além da sua hora a vi-
gência da física *newtoneana*; como se hão-de adaptar à
média geral da mente humana os corolários da física re-
lativista e da mecânica ondulatória, como visão nova do
universo e base de uma filosofia política, moral e pe-
dagógica nova? ; Não serão os conceitos de espaço abso-
luto e de tempo absoluto inseparáveis da composição ló-
gica dessa mente? Houve tempo em que eu pensei que
êles deveriam ser compreendidos entre os primeiros prin-
cípios da metafísica, condições primordiais do pensamen-
to humano. Quando li Schopenhauer, alegrei-me de veri-
ficar que o pensador de Francfort considerava a relação
de espaço e de tempo como uma das quatro raízes do prin-
cípio de razão suficiente. E meditando agora sôbre a vi-
são *einsteineana* do universo, pergunto-me se ela não
será uma inviável desumanização do pensamento, que
leva muito longe o alcãnce da experiência e da hipótese,
excedendo a genial imaginação científica de Newton, mas
de ricochete invadindo de relativismo, de flutuação e con-
tingência tôda a vida moral e social. Não me refiro ao al-
cãnce prático, de aplicação técnica e utilitária da nova
imagem relativista do mundo; êsse não será menor que o
do sistema *newtoneano*, que nunca ninguém aplicou à
arquitectura, mas que produziu tão profundas repercussões
sôbre o espírito dos homens sensíveis, como Giordano Bru-
no, e logo sôbre a turba, que fareja certamente a oportu-
nidade de um novo estílo de cultura e a recebe e pro-
paga com prontidão epidémica.

A física relativista ainda não é um valor de cultura
— *cultura* no sentido, que defendi ou propus na *Menori-
dade da Inteligência*, é bom recordar. Longo tempo e nu-
merosos intermediários serão precisos para a tornar va-
lor humano, muito mais tempo que aquêles escassos trinta
anos, que Ferdinand Fried (1) diz que foram indispen-
sáveis para aperfeiçoar e utilizar praticamente cada gran-

(1) — Pseudónimo colectivo de alguns redactores da revista *Die That*, segundo
crê o tradutor francês da obra sôbre a agonia do capitalismo, assignada por tal
pseudónimo.

“O mundo não o sabe
— e parece às vezes não
o querer saber — mas
Portugal está hoje apetre-
chado a cumprir a sua
missão histórica nesta
étapa do presente, com
uma mocidade conqui-
stada para a causa da
expansão Além-Mar sem-
pre viva na alma portu-
guesa, uma organiza-
ção eficiente, uma ciên-
cia em plena produção.
Fizemos a ocupação mo-
derna das nossas provín-
cias africanas, em
condições únicas de es-
fôrço e de falta de recur-
sos, desbravámo-las em
todos os sentidos, organi-
zamos a preparação de
novos coloniais, promove-
mos a evolução das ciên-
cias, temos uma bi-
bliografia colonial nota-
bilíssima, estabelecemos
a paz, aperfeiçoámos os
métodos de protecção ao
indígena, tornámos as col-
ónias transitáveis, desen-
volvemos as comunica-
ções e os meios de trans-
porte, fixamos popula-
ções brancas — reinte-
grámo-las, enfim, na fase
de crescimento regular
e metódico que corres-
ponde à sua idade e a
aos nossos recursos.

“Percorram-se as nos-
sas colónias: estão in-
teiramente ocupadas não
só nas posições estra-
tégico - económicas mas
em tôda a sua extensão.
Pregunte-se ao negro de
Moçambique ou de An-
gola, ao índio, ao
macaísta, ao timorense,
homens de tôdas as ra-
ças, de tôdas as religiões,
diferentes na antropolo-
gia, na psicologia e na
organização social, qual
é a sua pátria.

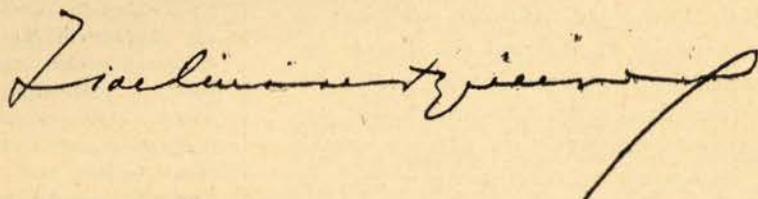
“Nenhum vos dirá se-
não o que vos digo,
senhoras e senhores fa-
lando de mim próprio.

— SOMOS PORTUGUESES !

General João de Almeida

de invenção do século passado. De resto, outra vez o lembro, o nosso senso realista deve advertir-nos de que a cristalização de uma imagem-fôrça pode fazer-se por dois processos: descendivo ou dedutivo, quando se extráem corolários da imagem cosmológica; ascensivo ou indutivo, quando se lhe juxtapõem as ilações duma sondagem, em profundidade, do espírito humano nos seus aspectos mais peculiares e mais novos em cada época. E' êsse segundo método o feudo próprio de uma crítica profética, farejadora, que em Spengler e Keyserling tem superiores espécimenes como enraizados na sensibilidade mais profunda do seu tempo.

(Concluirá no próximo número)



Um grande orador via em Portugal um país oprimido pela Espanha e que só podia respirar desoprimindo-se no Atlântico. Habitando um território pequeno demais para a sua ambição e para a sua audácia, o luso, que até certa época só lavrara a terra com o ferro da charrua, passou a lavar o mar com a prôa das caravelas, e o mar, ingrato e sáfaro para tantos outros povos, deu-lhe mais que as mais fartas seáras ou os vinhedos mais viçosos. Como no verso de Shakespeare, o oceano infundiu à alma dos portugueses "qualquer coisa de rico e estranho".

AGRIPPINO GRIECO

GENERAL ADALBERTO GASTÃO DE SOUSA DIAS



G.^{AL} SOUSA DIAS

VENCIDO, — mais pelas amarguras de ordem moral que suportou nos últimos tempos, e que lhe foram pouco a pouco combalindo o organismo e abatendo a resistência física —, faleceu no dia 28 do mês de Julho findo, no Hotel Mindelo, da cidade do mesmo nome, na ilha de São Vicente, o ilustre militar e venerando cidadão, Sr. General Adalberto Gastão de Sousa Dias.

Da estima, admiração e simpatias gerais que, pela fidalguia de suas atitudes, afabilidade e cultura de espírito, o prestigioso chefe militar conquistara, fazendo-se amar pela bondosíssima população das *ilhas creoulas*, fala claramente o seguinte necroló-

gio que, *data vênia*, transcrevemos do "Notícias de Cabo Verde".

"O desaparecimento do distinto português, que viveu alguns anos em Cabo Verde, em S. Nicolau, Santo Antão e S. Vicente, como exilado político, causou geral consternação.

Pela correcção e delicadeza do seu procedimento, pelo interesse que votava ao progresso material e educativo do Arquipélago, entretendo-se até a leccionar alguns alunos do Liceu, mostrando a maior solicitude no seu desenvolvimento, — mereceu o apreço, o respeito e a simpatia do público do Mindelo.

Assim, os seus amigos do infortúnio e os proprietários do Hotel Mindelo lhe prestaram, durante a sua enfermidade, os mais desvelados e carinhosos cuidados.

O Sr. Almirante João Manuel de Carvalho foi o mais extremoso dos seus íntimos. Não o deixava um momento, velava-o todo o dia e noite, até o instante do passamento.

Tôdas as pessoas do conhecimento do ilustre extinto se interessaram, diligentemente, pelo seu estado. Depois da sua morte e no trajeto fúnebre para o cemitério onde foram depositados os seus despojos, era manifesta a dôr de todos por tão triste e deplorável acontecimento. Grandemente concorrido o funeral, constituiu uma prova frisante do sentimento dos presentes.

O *Notícias de Cabo Verde*, que se fez representar por alguns dos seus redactores, sentindo a perda do brioso compatriota e indefectível republicano, envia as suas profundas condolências à distinta Família do malogrado instrutor de filhos de Cabo Verde!"

*

A SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO apresenta à ilustre Família dolorida os mais sinceros votos de pesar e abraça com o maior compungimento o seu brilhante colaborador e devotado amigo, Sr. Capitão Gastão Sousa Dias, por tão triste e amargo transe.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA ECONÓMICA D _____ O IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

**Da Secretaria Geral da Conferência Económica,
anexa ao Ministério das Colónias, recebemos o
seguinte, que gostosamente publicamos:**

Senhor Director do Boletim da Sociedade Luso-Africana.

Uma passagem do artigo "Pró-Colónias" de autoria do Sr. Dr. Ferreira Diniz, publicado no n.º 13 do excelente Boletim dirigido tão brilhantemente por V. refere-se à necessidade de reunir um Congresso Colónial para melhor se conseguir um maior estreitamento de relações entre a Metrópole e as Colónias.

Para alcançar êste objectivo e com uma latitude e meios de acção que um simples Congresso não possui, foi convocada para reunir em Março do próximo ano a 1.ª Conferência Económica do Império Colonial Português.

Trabalha-se activamente na sua preparação e não é temerário dizer já que dela resultará muito de útil para Portugal e Colónias.

Dada a autoridade do Sr. Dr. Ferreira Diniz em assuntos coloniais e a larga expansão dessa revista, não pode a Secretaria Geral da Conferência Económica deixar na sombra êste tão proveitoso empreendimento, decerto ainda ignorado pelo ilustre articulista.

Por êste motivo pedimos a V. a publicação da nota junta, para o que antecipadamente contamos com o elevado patriotismo da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro.

Com os nossos agradecimentos, apresentamos a V. os protestos da nossa maior consideração.

Lisboa, 20 de Setembro de 1935.

A Bem da Nação

O SECRETÁRIO GERAL ANTÓNIO JOSE' CARIA

A Carta Orgânica do Império ao dispôr, no artigo 17.º, que as Conferências Económicas do Império se reunissem em Lisboa, de cinco em cinco anos, para discussão dos assuntos que mais interessassem à vida económica do Império, sob o aspecto do estreitamento das relações entre os vários elementos que o compõem e do desenvolvimento comercial, industrial e agrícola de cada Colónia, logo determinou que, em portaria, o Ministro das Colónias estabelecesse a forma da constituição e as condições de funcionamento de cada Conferência Económica.

Abre com estas palavras a portaria n.º 7.955 de 26 de Dezembro de 1934 que convoca a reunião da 1.ª Conferência Económica do Império Colonial Português. Em obediência ao estabelecido neste diploma deu-se algum

tempo depois início aos trabalhos preparatórios para a realização da Conferência.

A complexidade dos assuntos a tratar, as grandes distâncias que separam a Metrópole das Colónias tornam essa preparação difícil e morosa e obrigam naturalmente a uma lenta organização. Por estas justas razões aguardávamos uma fase mais adiantada para alguma coisa dizermos sobre a constituição e fins da Conferência.

Porém o artigo do Snr. Dr. Ferreira Diniz, publicado no n.º 13 deste magnífico Boletim, impõe um ligeiro desvio neste propósito. Nesse artigo era preconizada a reunião de um Congresso Colonial, tendente a conseguir um maior desenvolvimento das relações entre todos os territórios portugueses.

De acôrdo com as circunstâncias vamos, portanto, expôr muito resumidamente como será

constituída esta Conferência, os seus objectivos e funcionamento.

Convocada primeiramente para reunir em Dezembro do corrente ano, a mudança para aquela época dos trabalhos da Assembleia Nacional tornou indispensável um adiamento e por isso só se efectuará a sua reunião em Março de 1936, sob a presidência do Senhor Ministro das Colónias.

A preparação e organização da Conferência compete a uma Comissão Executiva e à Secretaria Geral. Esta Comissão é formada pelo Vice-Presidente da Conferência, o Sr. Dr. Francisco José Vieira Machado, Deputado da Nação e ex-Secretário do Estado das Colónias, pelos presidentes de duas das Comissões em que a Conferência se divide, os Snrs. Coronel de Engenharia António Vicente Ferreira, Procurador à Câmara Corporativa, antigo Ministro das Finanças e antigo Alto Comissário da República em Angola, e Engenheiro António Trigo de Moraes, Presidente da Junta Autónoma de Hidráulica Agrícola.

Delegações nomeadas pelos Governos Coloniais, ouvidos os respectivos Conselhos de Governo, representarão cada Colónia. Os delegados coloniais são funcionários ultramarinos, ou colonos portugueses que na Colónia empreguem a sua actividade no comércio, agricultura ou indústria.

Uma delegação do Ministério das Colónias e outra Metropolitana composta por sete individualidades indicadas pelos Ministérios das Finanças, Marinha, Negócios Estrangeiros, Comércio e Agricultura completam a sua constituição.

A Conferência será dividida em Comissões para o estudo dos problemas relativos a política comercial, crédito, agricultura, portos, obras de irrigação, etc; as conclusões sobre cada problema deverão ser apresentadas sob uma forma precisa e concreta.

Presentemente procede-se na Metrópole e nas Colónias à coordenação de informações para instrução suficiente dos assuntos a tratar e já alguns trabalhos, elaborados aqui e no ultramar, se encontram na Secretaria da Conferência.

Estas linhas parecem-nos bastantes para precisar e definir o alvo a atingir e para desde já garantir que da reunião da 1.ª Conferência Económica do Império Colonial Português um grande bem deve resultar para o progresso e desenvolvimento do País.

M O Ç A M B I Q U E

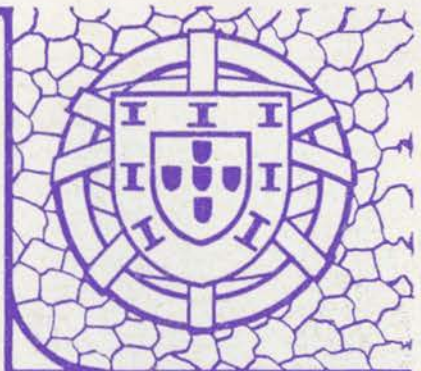
Ainda hoje se ouve entre nós outros, aqui e ali, com irritante freqüência, que os portugueses de Moçambique se deixam levar facilmente por influências estranhas. Falemos claro: que se desnacionalizam.

Essa a opinião de julgadores apressados e sem reflexão, que não conhecem aquela história, referida por Spencer, do francês que “depois de passar três semanas na Grã-Bretanha propôs-se escrever um livro sobre John Bull; depois de três meses, porém, achou que não estava preparado; e ao fim de três anos concluiu que nada sabia da Inglaterra”. Se conhecessem tal história e não fossem tão afobados em seus juízos perfuntórios, sem grande esforço verificariam que a verdade é muito outra; que é precisamente o contrário daquilo que sentenciam em estilo bandarrista.

Os nossos irmãos da África Oriental — moçambicanos dos quatro costados todos êles, tanto os natos e como os adventícios — são portugueses de cima abaixo como aquêles que melhor o são e sabem ser. E se alguma força estranha sobre êles exerce qualquer influência, bendita ela seja, porque é um estimulante que os impele a brindar-nos com uma publicação sem dúvida preciosa e admirável como é o documentário trimensal “MOÇAMBIQUE”, editado pelo Governo Geral da referida Colónia:

“Para servir ao espírito novo que reanima a velha mística colonial da Raça, e accorda para rejuvenescidos entusiasmos a adormecida consciência da grandeza e da missão de Portugal nas terras e entre as gentes de aquém-mar; para que nos corações dos Portugueses se dilate a Fé e no seu pensamento se dilate o Império; para orgulho e incentivo de todos quantos, em terras de Moçambique, vivem e trabalham, e pelo esforço de seu espírito e seu braço levantam o padrão da Civilização; e também como tributo de Lembrança aos que antanho batalharam as rudes batalhas do mar ignoto, dos sertões inexplorados, da cafraria bárbara e revolta; se faz e pública esta obra que a Portugal Oferece, Dedicava e Consagra MOÇAMBIQUE”.

Podemos afirmar que pelo aspecto gráfico e excelência do papel e do texto, esta publicação é qualquer coisa de invulgar e notável. O Governo Geral de Moçambique, tornando-a possível com seus recursos, merece todos os aplausos, e seus dirigentes, nas pessoas dos Srs. Capitão António dos Santos Figueiredo e Tenente Carvalho Montez, as mais rasgadas felicitações.



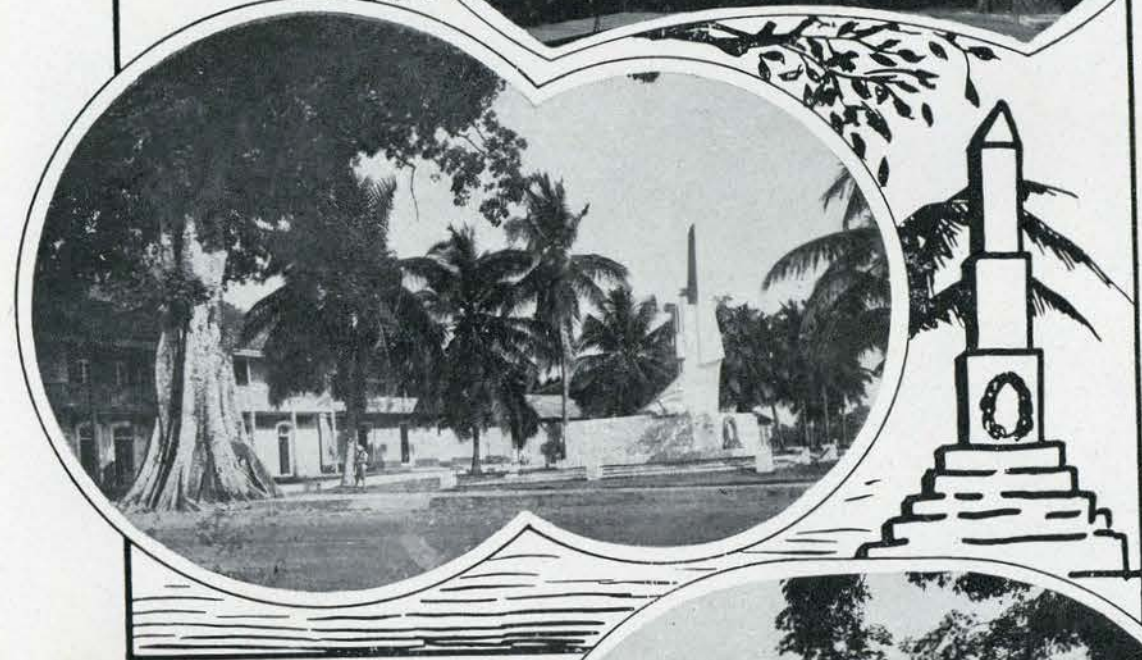
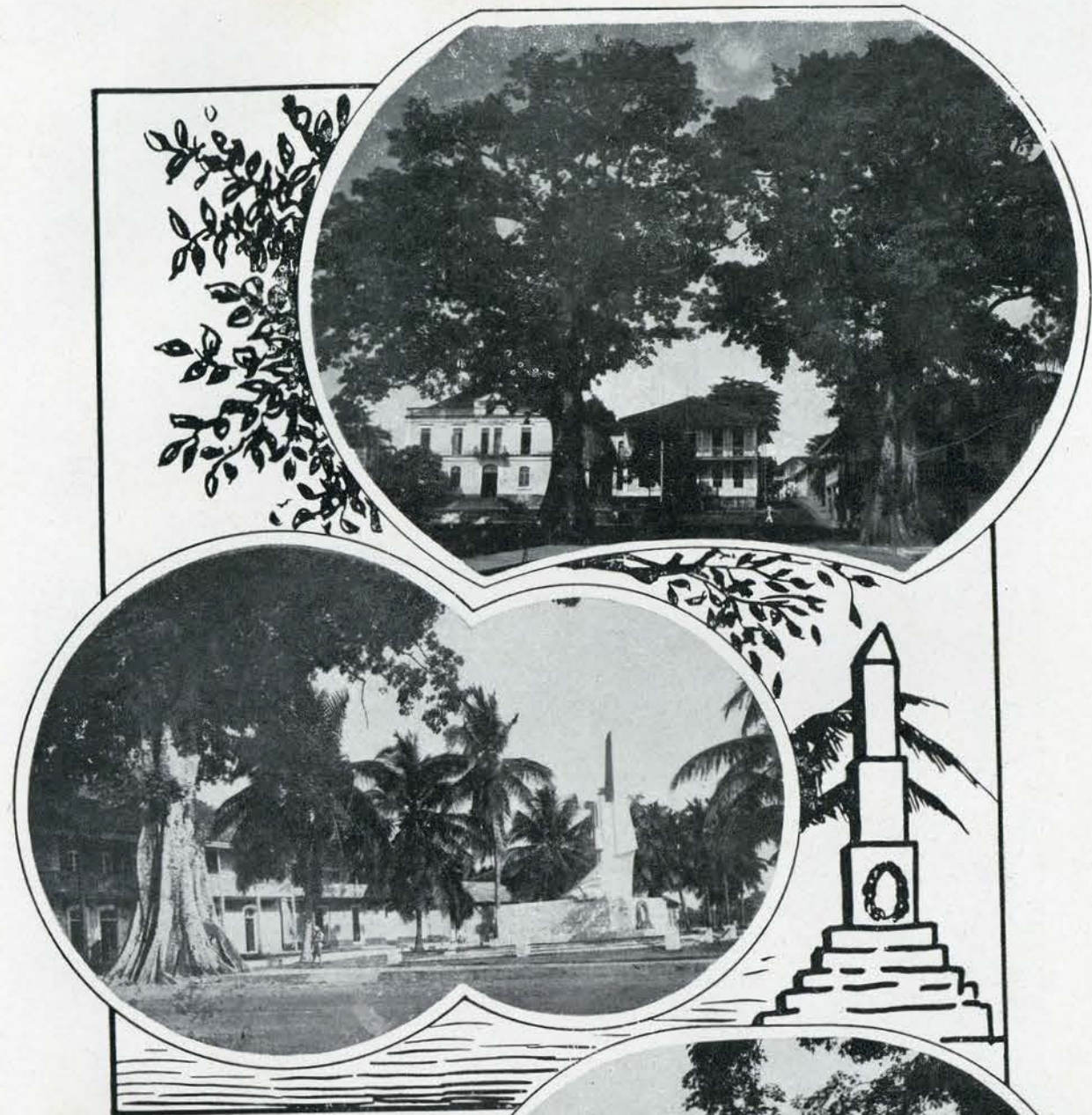
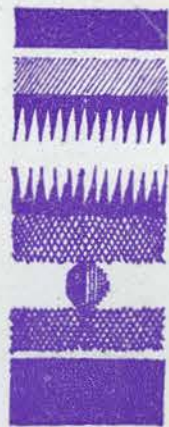
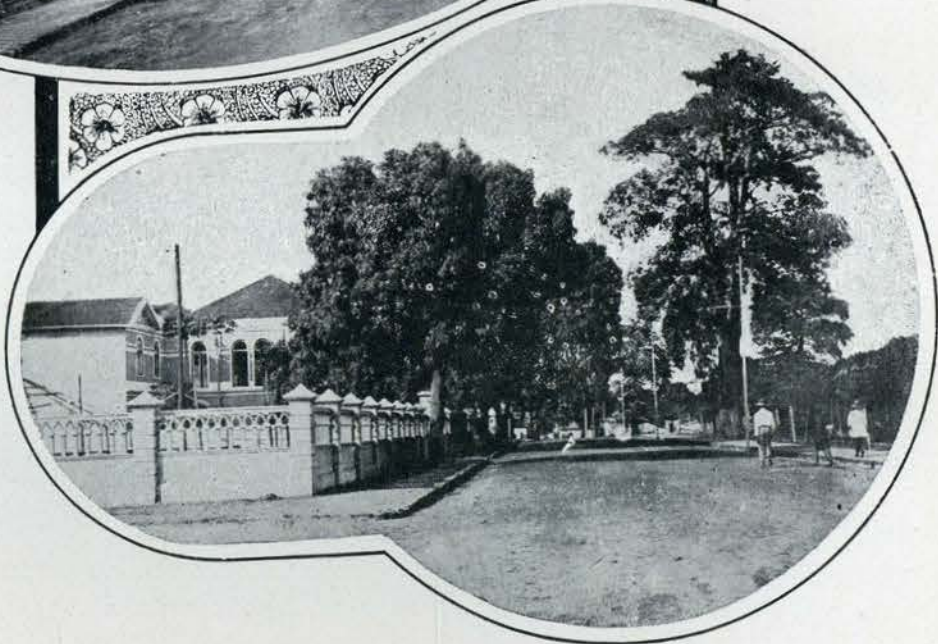
Ao centro—D. João Evangelista
ARCEBISPO DE OSSIRINCO
A Esquerda—Dr. Mario Gonçalves Viana
A Direita—Tenente António Oliveira



ASPECTO DA MESA, PRESIDIDA PELO EX.^{MO} SENHOR DOUTOR EVARISTO DE MORAIS, POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 287.º ANIVERSÁRIO DA "RESTAURAÇÃO DE ANGOLA". NA TRIBUNA, O EX.^{MO} SENHOR GENERAL MOREIRA GUIMARÃES, PROFERINDO A SUA ELOQUENTE ORAÇÃO.



BOLAMA



PAÇOS DO CONCELHO
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
AVENIDA DA REPÚBLICA
AVENIDA MARQUÊS DE ÁVILA E BOLAMA
MONUMENTO AOS AVIADORES ITALIANOS
RESIDÊNCIA DO GOVERNADOR



BOLAMA

ASPECTOS DO "HORTO MUNICIPAL
GOVERNADOR CARVALHO VIEGA",
NO DIA DA SUA INAUGURAÇÃO,
EM 4 DE MARÇO DE 1935.

TERRA PORTUGUESA

BOLAMA

**O seu passado, o presente,
o futuro, realizações e projectos**

PELO TENENTE ANTÓNIO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO MUNICIPIO DE BOLAMA

(ESPECIAL)



Ó quem, como nós, nas Colónias tenha vivido, dando-lhe o melhor do seu esforço para o seu desenvolvimento, pode falar com conhecimento de causa, estando apto a saber e a discutir, os problemas que mais lhe interessam.

A "LUSO-AFRICANA" núcleo de propaganda dos valores morais, sociais e históricos das províncias ultramarinas portuguesas, que tão nobremente está a cumprir o patriótico programa que traçou, deseja que lhe fale da Guiné Portuguesa e especialmente, da sua capital, Bolama.

Porque não satisfazer o pedido?

Porque não tornar conhecida esta valiosa parcela do Império Português?

É o que vamos fazer, escrevendo, acêrca de Bolama:— do passado, do presente, do futuro, das suas realizações e projectos.

BOLAMA,— DO PASSADO

Não são muitos os elementos de que dispomos para detalhar a sua história. A Ilha de Bolama, que tem como capital a cidade do mesmo nome, devia ter sido descoberta no século XV, quando o foi, o arquipélago dos Bijagós, pois dêle fazia parte integrante, sendo considerada a sua maior Ilha.

A história nas páginas brilhantes e imorredouras dos nossos descobrimentos, diz-nos "que a Ilha foi desde logo freqüentada e explorada pelos portugueses", sem a menor relutância por parte dos Bijagós que, longe

de nos contrariarem, favoreciam a sua posse pacífica assistindo com aprazimento geral, à nossa fixação aqui.

Flutúa, pois, ufana ao vento em terras de Bolama—segundo os melhores cálculos— a nossa Bandeira Nacional desde meados do século XV.

Em 4 de Abril de 1753, o Governador de Cacheu, tomou a sua posse solene; e, em 1830 foi ocupada militarmente, abrindo-se em 9 de Maio desse ano, os alicerces da Fortaleza com a assistência dos régulos de Canhabaque e Rio Grande, e suas respectivas comitivas.

Um ano depois, o Governador inglês da Serra Leoa, sem bases em que se pudesse alicerçar, protesta contra a sua ocupação militar.

Três anos depois, o Ministro Britânico em Lisboa, pede para Portugal deduzir os títulos de soberania que tinha sobre a Ilha.

E, enquanto as notas iam e voltavam, o tenente inglês Kellet, com gente armada, saltando em terra, arreia o pavilhão português e declara a Ilha possessão inglesa!

Este gesto que não foi imediatamente repellido, deu lugar a que o mesmo oficial voltasse em 1839 e, ao Governo Português, de Bissau, fez sentir que, desde aquela data, Bolama, era pertença da Gran-Bretanha.

A situação era intolerável e impunha-se a sua resolução; notas e mais notas e a diplomacia agindo morosamente, conservava de pé a bravata de Kellet.

O nome português tinha sido menosprezado por quem, não podendo com razões

convincentes impôr-se, transformára a “fôrça do direito” no “direito da fôrça”.

Foi, então, a pendência em jogo, submetida à arbitragem e sentença do presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Ulisses Grant, o qual resolveria finalmente, a questão sem apelação o que fez em 21 de Abril de 1870, reconhecendo Portugal como legítimo possuidor da Ilha.

Derruíram, desde então, as pretensões descabidas da Inglaterra!

Triunfou o Direito e a Justiça, que Ulisses Grant com a sua sentença, bem alto proclamou!

* *
*

Em Março de 1879, foi a cidade de Bolama elevada a Capital da Colónia e ainda hoje conserva e conservará essa dignidade, para o que muito contribuem as suas boas condições climáticas — das melhores da Colónia — que a recomendam e impõem como Capital.

É certo que, no momento que escrevemos, a hipótese da mudança da capital para a cidade de Bissau, está posta em equação; uma disposição inserta na Carta Orgânica do Império Colonial Português, aventa a idéa da sua transferência. O caso está sendo discutido e, como em tudo, aparece quem louve e quem contrarie.

“RELAÇÕES DE ANGOLA”

Ao ilustre e laureado autor de “África Portentosa”, o nosso querido consócio Sr. Gastão Sousa Dias, que tanto nos honra com as suas palavras generosas e excelente colaboração, apresentamos o testemunho do mais incondicional protesto de solidariedade contra as ofensas gratuitas e aleivosas bolsadas sobre o seu brio de escritor impoluto, por um dos membros do juri do Concurso de Literatura Colonial de 1934, a propósito do livro — por sinal admiravelmente concatenado e melhor comentado — “Relações de Angola”.

O nosso ilustre colaborador, — e os nossos prezados leitores também — não-de perdoar-nos que passemos por cima do nome do caluniador contumaz. Agimos destarte, por precaução higiénica. Se êsse indivíduo é capaz de pôr nódoas na lama, como diria Rivarol, também o seu nome enxovalhado poluiria para sempre as páginas honradas e limpas desta publicação.

As suas fôrças económicas, por intermédio da Associação Comercial, já fizeram sentir a quem de direito, o quanto o facto desagradaria; e, em representação bem elaborada, levaram a sua petição até ao seio da representação nacional, aduzindo razões bem convincentes: “Bolama, — diz a representação — com a sua atmosfera de trabalho, calma e sádia, sem aquêle febricitante marulhar de movimento que distraí e cansa aquêles que, pelo cérebro, têm de produzir; onde o Estado possui boas instalações valorizadas em alguns milhares de escudos, e a vida dos seus servidores decorre graduada pelo sossêgo espiritual e por um ambiente materialmente saudável que com pouco mais se completará; Bolama, em nada merece para que deva ser abandonada ao triste destino das inutilidades, a uma ruína completa que arrastará a uma vida de necessidades dezenas de contribuintes do Estado, que são hoje detentores de muitos milhares de contos que valorizam o património nacional, precipitando outros — a maior parte — na mais negra miséria, sem que benefício algum compensador dessa *débaclé* surja da adopção da hipótese Bissau!”

O futuro o dirá; mas, estamos certos de que com uma simples penada, traduzida num parágrafo (o 3.º do art.º 96) não se subverte uma cidade cuja posse foi outróra discutidíssima.

O tempo o dirá, repito!

BOLAMA, — DO PRESENTE

Bolama, na sua simplicidade, na sua modéstia de cidade africana, é bem uma cidade portuguesa. Por ela tenho trabalhado, pugnando pelo seu engrandecimento como se aqui tivesse nascido; e, confesso, vejo que são os estranhos, os que cá não têm interêsses, os que por aqui passam por dever do cargo, que mais a acalentam e que por o seu desenvolvimento se batem até ao sacrifício.

É necessário reagir!

Pelo que me diz respeito, como Presidente do Município, tenho realizado — com certa vaidade o afirmo — uma “OBRA” metódica e persistente no sentido de assegurar o melhor aproveitamento das suas receitas para o desenvolvimento desta cidade, reduzida parcela, mas enfim parcela, do Império Colonial Português.

Não me conduz o exagêro ao deixar escrita a afirmação que faço. Não.

Em proporção dos réditos municipais, eu não receio o confrônto do que se tem feito nesta cidade nos últimos dois anos, com os grandes empreendimentos que se anunciam por outras terras.

Seria trabalho longo, extenso em demasia, abordar tudo quanto se tem feito; e, por isso, só focaremos alguns dos melhoramentos que mais interessam conhecer àquêles que, além-Atlântico, nos conhecem apenas de fotografia.

* * *

Bolama, possui um Palácio Municipal magnífico, em qualquer parte do mundo. Foi delineado pelo meu antecessor Tenente Daniel Guimarães e hoje está a ser concluído sob a minha gerência administrativa para instalar numa das suas alas, a Administração do Concelho.

Possue um hospital, que com ligeiras modificações poderá servir de modelo a estabelecimentos similares coloniais. Construído na parte mais alta da cidade, é muito bem ventilado e apesar de ser o mais antigo da Colónia, é, ainda hoje, um dos melhores da África Occidental.

Penso, de acôrdo com o seu distinto Corpo Clínico, instalar dentro dêle — paga pelo Município — uma obra de protecção à grávida e defesa da criança, protegendo as futuras mães, colocando-as nas melhores condições materiais e morais, para a realização integral e completa da sua função materna.

A Central Electrica, é um edificio digno de ser referido, satisfazendo em absoluto às condições hodiernas de estabelecimentos similares.

Os seus maquinismos, são dos mais modernos e foram adquiridos na casa suissa Sulzer, sendo seu poder iluminante de molde a poder-se afirmar, que Bolama, é uma das cidades mais bem iluminadas da África Occidental.

A sua rêde de distribuição está sendo remodelada de modo a torná-la mais eficaz e mais eficiente à iluminação pública.

Longas artérias, hoje perfeitamente regularizadas de bom piso, ladeadas de bem lançados passeios, revelam o interêsse palpável do Município em operar a transformação dos seus arruamentos.

Praças que se dilineam e outras que se transformam, criam a convicção aos que nos visitam, de que a actividade municipal não esquece o que deve ao bom nome português em terras de África.

Com efeito, o Município, não esquecendo a estética cidadina, procurando rodear a cidade de comodidades as mais modernas, implantou por assim dizer, ainda há pouco no seu seio, um parque maravilhoso que convencionou, chamar, "Horto e Parque Municipal Governador Carvalho Viegas" em honra ao seu Governador que, pela cidade, tem mostrado dedicação e interêsse.

A África apontada, ainda, como terra de degredados, é já hoje — afirmámo-lo — um cantinho privilegiado de raras emoções e belezas.

BOLAMA, — DO FUTURO

O desenvolvimento sempre crescente de Bolama, que justifica o seu presente, melhor será justificado no futuro, quando se concluir uma série de medidas que importam grandemente ao seu progresso comercial.

A conclusão da sua Ponte-Cais, está em projecto, para a atracagem de embarcações de grande tonelagem. E, quando isso feito, o seu "pôrto" será o entrepôsto da produção das ricas regiões do Quinara, Cubisque e Tombali.

Acresce que essa necessidade é imposta pela posição estratégica desta magnífica bacia de amaragem, desde há muito escolhida para base da navegação aérea transatlântica. A sua espaçosa bacia, pode dar guarida a muitos milhares de hidro-aviões, permitindo-lhes tôdas as manobras.

Foi daqui que descolaram o Marquês de Pinedo e De Prieta, para a sua viagem de circumnavegação às Américas; Sarmiento Beires, no "Árgus" para a sua viagem transatlântica; a esquadilha de Balbo, para a primeira viagem, também transatlântica.

Não houve até hoje quem não bendiscesse de Bolama e das condições naturais que oferece à navegação aérea, por ser o pôrto de África mais próximo da América do Sul.

Recentemente foi feito um acôrdo luso-francês para carreiras aéreas regulares de avião, ficando ligada esta Colónia à linha Toulouse-Dakar.

É mais um melhoramento que temos de registar, porque passamos, quando mais não seja, a receber o correio muito mais cedo, além de outras vantagens que é óbvio referir.

O Capitão aviador francês, Monsieur Georges Dendoid, que é um amigo desta cidade, que visita com frequência, a primeira vez que

visitou o seu campo de aterragem, teceu-lhe os maiores elogios não só pela sua extensão mas pela situação que permite uma aterragem esplendida.

DR. BRITO CAMACHO

Passou no dia 19 de Setembro o primeiro aniversário da morte do impoluto homem público e grande jornalista, Dr. Manuel de Brito Camacho.

Numerosos amigos e admiradores do prosador másculo e cintilante de *Quadros Alentejanos*, animados do firme e louvável propósito de recordar a memória do insigne cidadão falecido, instituíram dois prémios anuais a distribuir pelos alunos mais distintos dos Institutos Superiores Técnico e de Agronomia, para cuja criação e desenvolvimento concorreu extraordinariamente a intervenção vitoriosa do saudável Ministro do Fomento do Governo Provisório da República Portuguesa.



DR. BRITO CAMACHO

Provas insuspeitas de gratidão, como a presente, são raríssimas nêstes tempos de memórias leves e cubiças grandes, e como tal é mister que se apontem e proclamem, para exemplo.

A SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO, que teve a honra de contar o Dr. Brito Camacho na lista dos seus colaboradores mais ilustres e eminentes, evocando a sua memória e lembrando o alto e nobre exemplo de sua vida, espelho de honestidade e correcção, a par de grande amor pela coisa pública, louva sem reservas e com calor a mui digna iniciativa dos dedicados amigos do inolvidável director de *A Luta*.

Vão a bom termo nêste momento as negociações para que as carreiras se iniciem no mais curto lapso de tempo.

Outro empreendimento essencial há muito almejado é a construção do Bairro Indígena, afastado da cidade, não fazendo parte dela como presentemente se encontra.

O Município, concebendo-o, conseguiu dar-lhe forma, estando a caminho de realização essa medida de grande alcãnce pelas condições de mais comodidade e confôrto em que vão ser colocados os indígenas. Afastado da cidade possivelmente um quilómetro, ficará um Bairro moderno, elegante, servido de água em abundância e de luz a jorros.

Também preocupa o Município o aproveitamento da Praia do Preço Leve, não só para proporcionar aos bolamenses uma distracção de espírito, mas para retemperamento do organismo nos casos em que a terapêutica aconselha banhos do mar.

Ali encontrará a população uma série de diversões que estão sendo estudadas e a numerosa colónia infantil, ao ar livre, retemperará o seu organismo na expressão exacta de Firsén: — “os raios solares são a origem da vida e da energia”.

Nêsse propósito desenvolve a Comissão Municipal uma acção intensíssima.

* * *

De tôdas as medidas até agora enunciadas e que prendem a atenção do Município, duas delas ainda não foram referidas, porque muito propositadamente as relegamos para final.

Referímo-nos à construção da rêde de esgotos da cidade e à canalização de água potável, melhoramento importantíssimo e que a cidade urgentemente reclama.

Os estudos estão feitos, é só dar-lhe execução. É o que vamos fazer dentro do próximo ano económico.

De tudo quanto deixo escrito ficará a alguém a dúvida de que Bolama pode, num futuro muito próximo, ser uma opulenta cidade da África Ocidental?

AS SUAS REALIZAÇÕES E PROJECTOS

Ao contrário do que muitos julgam, o desenvolvimento comercial de Bolama, em nada vai prejudicar Bissau. Em nada, afirmámo-lo.

Bissau será no futuro, o que já hoje é: — a artéria máxima da economia da Colónia, febricitante de actividade, no dizer da exposição da Associação Comercial desta cidade, com que concordamos, enviada à Câmara dos Senhores Deputados.

A execução de medidas que valorizem mais e mais, Bolama, capital, devem ser enfrentadas e neste ponto tem a palavra o Governo da Metrópole que, conhecendo das suas largas possibilidades, deve com mais amor e carinho, ampará-la e socorrê-la.

Aqui há o espírito de trabalho, o desejo ardente de vencer, a esperança de melhores dias, mas... muitas vezes luta-se um tanto com o desinteresse do Terreiro do Paço, em Lisboa.

Não pode ser, não deve ser!

Apesar de todas as dificuldades, apesar de todos os pesares, temos a felicidade de à frente dos seus destinos se encontrar um HO-

Concurso de Literatura Colonial

O apuramento do juri do Concurso de Literatura Colonial, relativo ao corrente ano, deu o seguinte resultado:

1.ª CATEGORIA — 1.º prémio não foi distribuído; 2.º prémio, Escudos 3:500\$00, obra sem título, de D. Guilhermina de Azevedo; 3.º prémio, Escudos 988\$23, *Aventuras de caça*, de António de Aguiar.

2.ª CATEGORIA — 1.º prémio, Escudos 7:000\$00, *Gentio de Timor*, de Armando Pinto Correia; 2.º prémio, Escudos 3:500\$00, *Viagens maravilhosas*, de Quirino da Fonseca.

3.ª CATEGORIA — 1.º prémio, Escudos 7:000\$00, *Angola intangível*, de Almeida Teixeira; 2.º prémio, Escudos 3:500\$00, *Gramática Portuguesa de Kindarbo*, de José Luís Quintão.

MEM de pulso rijo, de antes quebrar que torcer, que com a sua larga experiência, supre em muitos casos as deficiências, as providências tardias que emanam do Ministério.

A obra do nosso Governador, nos dois anos da sua administração, é uma obra seguida com pertinácia, lutando com imensas dificuldades, uma obra que vinca o nosso espírito colonizador.

É, "OBRA" de um chefe!

E, com chefes assim, é de supor que, os que o rodeiam, procurem ter pelos seus departamentos de serviços, também a sua "OBRA".

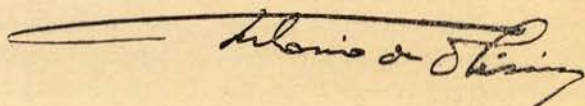
À frente do Município, bem entendido, com o auxílio dos meus Colegas, tenho feito o que tenho podido, o que me leva a afirmar que, Bolama, de cor e luz, vencerá inteiramente, caminhando num progresso sempre crescente, ingente, cheio de beleza.

O grande *desideratum* a alcançar para vencer inteiramente, é o das facilidades das comunicações, quer por via marítima, quer terrestre.

A conclusão da Ponte-Cais, completará o *desideratum*.

Feito isto, com uma administração estável, honesta e inteligente, — como inteligente e honestíssima a tem feito o nosso Governador — Bolama em especial e a Colónia em geral, criarão um espírito novo, confiante, que lhes permitirá trabalhar com os olhos postos no nosso Portugal distante.

Guiné Portuguesa, Bolama, Agosto de 1935



Se V. S. Pensa no Futuro... Procure o LAR BRASILEIRO

Associação de crédito Hipotecário — Empréstimos — Depósito a prazo fixo ou não

LAR BRASILEIRO

Vos ajudará porque é uma gigantesca potência económica, formidável potência moral de trabalho e de virtudes.

Séde: Rua do Ouvidor, 90 — Fone 23-1825 — RIO DE JANEIRO

COLONIZAR

I

PELO MAJOR JACINTO JOSÉ DO NASCIMENTO MOURA

DIPLOMADO PELA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL
DIRECTOR DA REVISTA MILITAR

(ESPECIAL)



UAS são as principais causas que originam o êxodo dos homens: as necessidades materiais, ou de ordem económica e os motivos psicológicos, ou de ordem moral.

A colonização é tão antiga como o Mundo. Dizendo que ela está na ordem do dia erraríamos, porque ela é tão velha como o amor, como o orgulho, como o ódio, como o homem e a própria vida.

A colonização é o movimento filho do instinto da humanidade. Quando esta se tornasse imóvel dava-se a morte.

Como à superfície da água estagnada nascem os gérmenes destruidores da vida, assim os povos que cessam o seu movimento de expansão, quer económico, quer espiritual ou moral, dão origem às forças destruidoras da sua própria existência. E' então na hora da decadência que se evocam as distantes glórias do Passado, em estéreis lamentações ou exaltadas e sonoras declamações de patriotismo. Se examinarmos a História veremos que a necessidade ou ambição ignoram a lei do sentimento humano.

Desde as mais recuadas épocas a humanidade utilizou a política de expansão. As emigrações sucedendo-se no seu encadeado de revoluções e conquistas, mais ou menos brutais, foram submetendo sempre os mais fracos. Mas como a erva abatida sob a nossa passagem reverdece um dia, assim os povos submetidos ao jugo dos seus dominadores erguem-se e podem passar a colonizar por seu turno.

A colonização moderna inicia-se com as descobertas dos Portugueses.

O seu móbil inicial seria a dilatação da Fé e do Império. Não faltaram, também, as razões de ordem económica e de política interna. Dúvida alguma nos pode deixar a Lei de *Almotacaria de 1371* e o livro *V das Ordenações Afonsinas*. Naquela é desenhado o estado de pobreza da moeda e a carestia dos géneros, fenómenos êstes que são filiados nas lutas internas e externas, que assinalaram os últimos anos dos reinados de D. Fernando e os primeiros do Mestre de Aviz. Da *Ordenação que el-rei D. João fez acerca dos que foram na Armada de Ceuta e ali ficaram por seu mandado*, conclui-se que havia grande número de pessoas de tôdas as

classes sociais que tinham contatado a liquidar com a justiça ou que andavam homisiadas por Castela e que assim eram indultadas. Tal movimento expansionista arrastou para Ceuta a escumalha, os que nada tinham a perder, assim como os que eram vítimas das suas idéas contrárias às dos dirigentes, a ponto de se ter de prover de remédio para atenuar os perniciosos efeitos de um tal sistema.

Três vezes fizemos política imperial: no Norte da África, na India e no Brasil. Tudo sossobrou, mercê de circunstâncias várias, mas a que não faltou a descontinuidade governativa, a inábil política metropolitana e local, a caprichosa inadvertência com que na orientação do país se cumpriam os votos da Nação e era dado seguimento a tão extraordinária empresa. Os ideais foram suplantados pelo egoísmo. A virtude escarneada pelos desonestos. A competência uma irrisão para os aventureiros e necessitados

Os empregos eram feitos para os homens e não os homens para os empregos.

Os prémios não eram reservados ou concedidos em proporção aos merecimentos e os castigos às prevaricações.

Bastava ser-se cristão novo ou descendente de judeu para que as fogueiras nem poupassem os ossos que há muito se encontravam entre os gusanos da cova!

Assim sucedeu a Garcia da Orta, o sábio e grande naturalista.

Os títulos eram mais sinónimos de riquezas materiais, do que reais merecimentos. Na India tudo se negociava, desde os empregos à própria

artilharia e munições que guardavam as fortalezas e armadas.

Vice-Reis e Governadores houve porque tinham muitos filhos. Outros iam mais a chatinar e enriquecer do que a governar, pôsto que os cruzados do ordenado mal chegassem para a sua sustentação. Estávamos na idade do cravo e da pimenta, a que se seguiu a do ouro.

Por isso se dava a Índia por acabada. (1).

O ímpio maquiavelismo manobrava o alfange da ignorância, a facha da intriga e a hipócrisia da superstição. O baixo império das paixões nada mais era que ceptro de ferro erguido como símbolo de despotismo, de iniquidade ou de insatisfeita conquista.

Mas é só isto o que nos diz a História da Colonização, que conhecemos?

Entre as trevas da ignorância houve, também, brilhantíssimos lampejos de luz fecunda. No pântano de misérias, de prepotências e iniquidades, no báratro da desonestidade e intolerância, houve quem fôsse justo, sábio, humano, sério, honrado e bom.

Portugal também foi grande pela tolerância para com os aborígenes e pela espiritualidade de que alguns modestos e desinteressados missionários impregnaram a nossa colonização, pela caridade que praticaram, pela generosidade, civilização e humanidade que proclamamos. Tudo isso de bom que se fez foi obra de um punhado de seus filhos, estuantes de energias varonís, apaixonados do incógnito, abrasando no fervor místico de alargar a terra portuguesa e de a er-

guer no mais nobre conceito mundial.

Tão alto que Portugal ainda existe, Portugal é grande, porque é independente e livre.

Entre aquêles, que fôram grandes e poderosos, houve muitos humildes, também, que exaltaram a sua raça, a sua terra e a colonização. Mendigando às portas dos hospitais, maltratados ou repelidos pela vaidosa aristocracia, esquecidos ou humilhados, houve também alguns que cultivando o saber, as letras ou a história, fôram alcançando o galardão do nosso póstumo reconhecimento. Mas se sempre foi difícil fazer a história contemporânea, mais o seria nessa época de poder pessoal e arbitrário, em que só se premiavam as empinadas e voláteis adulações, como esquecidas da advertência de Tácito: *id que apud imperites humanitas vocatur cum pars servitutis sit.*

Na formosa alvorada do Renascimento, Portugal caminha na vanguarda dos povos cultos e deixa-lhes um infinito número de conhecimentos, hoje pertença da humanidade. Estuda-se a fôrça dinâmica dos ventos e as correntes oceânicas. Trilham-se os impérvios caminhos do sertão. Reconhecem-se os povos e distinguem-se por nações e raças. Levantam-se padrões imorredivos onde hoje há cidades. Abrem-se as fronteiras às correntes do comércio moderno. Escúlpem-se na pedra as épicas legendas e implantam-se na face da terra os bastiões das fortalezas inexpugnáveis, com as pedras arrancadas à conformação geológica metropolitana, para que os continentes sejam penetrados numa estreita comunhão, assim como

os povos se fundem numa só raça com a mesma língua, a mesma fé e o mesmo sentimento lusitano.

Pequeno e pobre já então era o nosso território. Fraca a sua população. E Portugal fez isso tudo que ainda hoje nos assombra!

Segue-se àquêlê período do Oiro, a fadiga, quiçá filha de uma acção dispersiva, da luta com rivais e inimigos. Surgiu, porém, no fim do século último a ávida procura de territórios e esferas de influência, que activamente se queriam valorizar. Pode-se dizer que na época presente já não existe a *res nullius*, embora ainda se discuta quais são os possuidores dos *territórios de Mandato*, que são uma modalidade da colonização actual. Portugal encontrou-se então sem fôrças morais e materiais que o amparassem. Perdera a fé colonizadora através da luta ingente e secular. Dissipara as riquezas alcançadas, em mosteiros, em presentes e em embaixadas caras e sumptuosas à Cúria romana. Os homens do govêrno cuidando das clientelas políticas e das intrigas palacianas, não tinham tempo para tratar das Colónias, que ignoravam. Estas estavam longe para fazerem ouvir os seus clamores.

De resto o que era preciso era agradar e conquistar simpatias na Metrópole, onde os govêrnos tinham que obter os votos, que lhes asseguriariam a sempre e cada vez mais apetecida manutenção nos cargos, onde se podiam distribuir benesses por parentes e amigos e receber famas e honrarias.

Assim se deixou perder grande parte da África sob a

(1) — Diogo do Couto — *Soldado Prático*.

pressão, ameaças e prepotências de outros países.

A concorrência entre as Nações tornou-se cada vez mais activa.

A colonização fatal e instintiva, filha da aventura, cedeu o passo à colonização raciocinada e metódica. A actividade criadora do homem irradia implacável e ardente, *eterna fenix* ressurgindo das próprias cinzas.

O homem então inventou os motivos; as razões de ordem económica suplantaram os sentimentos e ultrapassaram o proselitismo. Nas absconditas profundezas da alma humana ecôa hoje mais do que nunca, como para os heróis do Niebelungen, a canção do Ouro maldito.

A colonização progride sempre e com ela surge a era *imperialista* representativa das hegemonias, americana, asiática e africana.

O problema da colonização não está, porém, esclarecido ou claramente definido para muitos.

Diz-se: a colonização é apenas uma conquista política, moral e económica dos países menos civilizados pelos mais civilizados. Para alguns ela é simplesmente um facto social, como a guerra, por exemplo, e que nada tem com a ciência.

Só se precisa valorizar as colónias para delas colher as riquezas em proveito das metrópoles. Alcançados pela força, os territórios além-mar, para certas pessoas, apenas serão campo para lutas ruidosas entre clangores de batalha. Outros julgarão ser uma inadmissível prepotência. Ainda certos pretenderão apenas, à custa do domínio político dos Estados, conquistar maior número de almas para Deus.

Haverá também aquêles que pensam que colonizar é um nobre encargo civilizador.

Uns designam os territórios Além-Mar por Províncias, reminiscência da assimilação, outros por Colónias, designação própria de territórios longínquos, diferenciados por habitantes etnologicamente distintos.

Há quem pretenda que o país se designe e constitua em império único por ser mais consentâneo com a idéa unitária; há quem discorde da idéa imperial fundado em que toda ela encobre uma dominação, recorda a *sujeição*, contrária ao pretendido nivelamento e iguãldade entre as diferentes partes da Nacionalidade una. Há quem designe o Império Colonial, qual bloco em face da Metrópole, cabeça do Império, solidarizado a esta numa unidade económica e política.

De tudo há exemplo. Quanto aos métodos a seguir perante o indígena divergem as opiniões de igual modo.

Ante as populações indígenas várias fôram as políticas adoptadas por outros povos. Assim na Tasmania usou-se o extermínio; na África do Sul a compartimentação em reservas, (*segregação*), como se se tratasse de animais ferozes; por quasi toda a parte usou-se a escravatura para obtenção da mão de obra. A *assimilação* consistia em modificar o ideal social da raça submetida, impondo-lhe o nosso próprio ideal, pedindo-lhe

para abandonar as suas instituições, para modificar os seus costumes e transformar a sua mentalidade.

Supôs-se, e na melhor das intenções, que se podia impôr a tais populações a nossa lei, porque se pensava que se fazia a felicidade dos outros impondo-lhes o nosso conceito de felicidade. E, no entanto, tratando-as à europeã faziam-nas sofrer terrivelmente. Esta teoria de *assimilação* não desappareceu ainda.

Perante a impossibilidade de aplicação da lei inglesa na India, pensou-se ali, em constituir uma legislação especial anglo-indiana.

Mas nem ela tinha tradições nem era compreendida. Diante do insucesso das experiências pensou-se na codificação dos costumes políticos, jurídicos e sociais, isto é o respeito absoluto pelos costumes indígenas.

Mas sua adopção simples e pura é contrária à idéa civilizadora da colonização, permitindo que os indígenas ficassem amarrados às suas práticas e fraca moral. O que parece já não ser discutível é que todos os povos falam uma língua própria e têm conceitos relativos ao sobrenatural. Só a etnologia pôde abrir os arquivos da humanidade.

Estas simples considerações mostram-nos a importância do assunto que constitui o governo do indígena, sobre o qual assenta toda a obra colonial.

Nascimento Nova

RESTAURAÇÃO DE ANGOLA



ão é possível negar o factor geográfico, aqui e ali, na existência

desta ou daquela nacionalidade. Nem se compreende a história, sem a geografia. A mesma história surge diante do pensador, mostrando-lhe o rumo dos acontecimentos no panorama universal, em que tudo se entrelaça. É que existe solidariedade no tempo, a qual avulta, mais e muito mais que a solidariedade no espaço.

E se esta, como vós o sabeis, chama-se coexistência, aquela, seqüência ou continuidade.

Acontece nos dias que vamos vivendo, como que se perdeu o fio que nos liga ao passado. Ao que se observa ao menos pela superfície, como que se não sofre a influência das criaturas que vieram antes de nós. Ao passado o passado... Ao passado ou ao que não existe, que esse passado também já inexistente... Insulam-se os povos... Direi melhor: pretendem insular-se os vários grupos étnicos de que se compõe a população do planeta. E ao impulso de tão estranho pensamento, lá vai o absurdo perturbando a marcha da Humanidade. Porque o ser dos seres é a Humanidade, que vem de milénios, e não morre como qualquer indivíduo. Quero acrescentar: onde se agitem indivíduos e nações, aí a Humanidade revela ou indica a estrada a essas nações e a esses indivíduos. Nem outra coisa lembra o conhecido aforismo do genial Augusto Comte: « L'homme s'agit et l'Humanité le mène ».

No entanto, a só geografia já estava mostrando a grandeza da obra de Portugal.

Era porém apenas uma coordenada... E a história vinha completar o sistema dessas coordenadas. Tanto assim, que na península ibérica, ia já levantando a cabeça para caminhar na direcção dos seus destinos o vigoroso povo que, na outra banda do oceano, lá está « onde a terra se acaba e o mar começa ».

Chegára ao seu termo a idade-média. Mas o problema principiava de ser formulado.

Oração do Sr. General Moreira Guimarães, Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 15 de Agosto de 1935

E impunha-se a grande navegação.

Em o século XIV é todo um novo período que se vai iniciar. Ainda que resistente, ruína por terra o sistema primitivo ou a primitiva organização social. E a outra organização

dura simplesmente nove séculos. Depois, é a desordem o que se vem sistematizando.

E em meio dessa desordem, não se desgarra da missão histórica, de sua elevada incumbência, a brava e boa gente lusitana: cumpre o seu dever, Portugal. E se desaparecera sob tormentas das mais impressionantes, já aí lhe estava perpetuando a epopeia o imortal cantor dos *Lusíadas*. « O poema » — quem o escreve chama-se Latino Coelho — « é a história de Portugal gravada em lâminas de bronze para assombro das nações ». E escreve ainda mais: « O poeta é a própria nacionalidade encarnada num só homem, respirando um só espírito, e soltando por uma só boca as expansões de sua glória ».

E bastaria o arrancar mundos novos ao mundo antigo. Mas foi além. Portugal toma da espada e defende toda a Europa. Aprecia o belo, o imponente, o empolgante do gesto. Narra-o Ramalho Ortigão. Aqui se acha o formoso trecho do grande escritor. « Quando a invasão comandada por Mahomet II penetrava na Hungria e ameaçava a Europa inteira, das costas de Portugal, do alto promontório de Sagres, um homem, de carnadura grossa e de largos membros, um solitário, um sábio, um embebido no estudo dos astros e das correntes marítimas, cercado de livros, de cartas geográficas, de quadrantes e de astrolábios — o generoso Henrique — levanta-se, desembainha a sua larga espada e manda intimar Mahomet para que se lhe renda. Mahomet respondeu ao cartel português com um desdem temerário. De repente, porém, êle que se propunha invadir a Europa, sente a própria Ásia invadida pelo extremo oposto dos seus domínios desgüarnecidos. Vasco da Gama chegava por mar ao Oriente, os nossos expedicionários calcavam triunfantemente a terra

mahometana. A espada desembainhada no Cabo de S. Vicente lampejava, imprevista e temerosa, brandida por Afonso de Albuquerque, nas costas do Mar Roxo e nas margens do Nilo. Os romeiros de Meca fugiam atónitos e espavoridos. Mahomet então recuou, e, fazendo refluir à pressa o seu exército para o interior do seu território, abandonou a conquista da Europa ».

Eis aí como Portugal era Portugal. E a verdade é que jamais o deixara de ser... Que importa o quadro daquêlê « triste parêntese na história militar do país »?... O período que se abriu com a morte de El Rei D. Sebastião, assinala sessenta anos de luto para a alma da pátria, não há dúvida nenhuma. No campo de batalha, em Alcáçer-Quibir, como que se parte aquela espada que defendeu tôda a Europa... E sofre Portugal. E sofre o Brasil. E sofre Angola. Decorre o domínio da corôa espanhola sôbre a nação potuguesa, de 1500 a 1640. E já quarenta e quatro anos do lamentável desastre ao choque das armas em Alcáçer-

DEFESA NACIONAL

Como é fácil de depreender pelo seu próprio título, *Defesa Nacional* propõe-se o nobre objectivo de criar, ou melhor, de conservar aceso e latente na opinião pública o fogo sagrado da simpatia e do carinho pelas classes armadas, — àquelas que, para lá do dever de manter a ordem interna, sem opressões nem coacções ambiciosas, está reservado o sacrificio de defender a Pátria e a sua integridade, em caso de agressão ou tentativa de esbulho de alguma parcela do nosso património ultramarino.

Longe de nós qualquer sombra de aplauso ao *armamentismo* e bem assim à "maratona" em que por obra dessa nefasta e calamitosa política se acham empenhadas muitas e desvairadas nações, por completo esquecidas — tal a alucinação! — de que isso constitue um luxo a que nem as mais ricas e poderosas podem dar-se. Mas, de aí a negarmos o nosso louvor àquêles que pugnam pela consecução de um mínimo de forças compatível com os recursos e a extensão do território a defender, vai grande distância. E, eis aqui, o caso de Portugal e a razão por que afoita e vibrantemente aplaudimos os nobres objectivos da *Defesa Nacional*, revista que já vai no 15.º número e que não só por palavras, mas, também, e muito, por obras, revela a capacidade e o dinamismo eficiente dos seus orientadores.

A SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO aproveita o ensejo para felicitar a novel revista pelo brilhantismo da "Primeira Semana Militar" realizada sob seus auspícios, ao mesmo tempo que lhe deseja as prosperidades que merece pelo patriotismo dos seus fins, categoria dos seus colaboradores e excelência de sua apresentação gráfica.

Quibir, começa o Brasil de lutar contra a Holanda, pelejando, gloriôsamente, de 1624 a 1654. Mas era o Brasil e Portugal combatendo, ambos, o bom combate, em meio do qual como que se fundem os elementos mais dispares — ouçamos a expressão de Capistrano de Abreu — « reinões como Francisco Barreto, ilhéos como Vieira, masombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes », empenhando-se, todos, pela causa da liberdade.

Foram trinta annos que rolaram de 1624 a 1654 por sôbre a terra de Vera Cruz. E ainda não havia cessado a tempestade, e já se levanta Portugal, entrando, em 1640, na posse de si mesmo. Ressurge na administração. Triunfa na economia. E logra inaugurar uma época de organização da defesa do Brasil, afirmando-se, aqui como lá fóra, todo o fulgor do génio português. Então, retoma Portugal o rumo de suas tradições esplêndidas. Tôda a vocação colonizadora impele a nação lusitana para a imorredoura obra de cultura e civilização.

É realmente Portugal, de novo Portugal.

E, contudo, jamais deixou de ser êle mesmo, perseverante, audaz, inteligente. Devassa os mares e os continentes. Atravessa o Atlântico. Percorre o Pacífico. Não pára diante do Oceano Indico. E quando já se lhe afigura o líquido elemento conhecido de todo em todo, então se toma de outros ímpetos e lá vai por essa terra e por aquela terra, na África, na Ásia, na América...

Ah, certamente, o génio que foi Camões, génio em cujo organismo vibraram as melhores emoções de marinheiros e soldados que « se vão da lei da morte libertando », génio que tanto se repassara do culto da honra e da fidelidade tão dos antigos costumes, disse tôda a verdade:

« E se mais mundo houvera, lá chegara ».

Contudo, pela contingência humana, Portugal como que se cansa ou se afadiga. Então, os espíritos mais robustos conclamam contra o que se lhes afigurara a expressão da decadência de um povo. E de um dêles é êste conceito lançado no excelente prefácio ao poema em que se « inicia a arte nos seus novos destinos, cantando um povo que entrára na história pela revolução da ciência, pela luta pacífica do homem com a natureza ». Aqui está o referido conceito: « Os *Lusitadas* são a pedra monumental sob que jaz a glória da pátria, e é nessa pedra que

terão de ir afiar as suas espadas de combate todos os portugueses que se armarem para resistir a essa invasão terrível com que lutamos e que se chama — a decadência ».

Eis aí.

E o certo é que a glória de Portugal não se extingue verdadeiramente. Não jaz de baixo de tamanha pedra monumental. Nem a vida colectiva se acha limitada como a vida individual. Possui esta restrições ignoradas por aquela. O indivíduo não se renova, eternamente. E em sua mesma ascensão, tem que parar. Pára e cái, mineralizando-se-lhe os tecidos. Depois, não vale mais que pó, ainda que o nome refulja nas páginas da história. Porque, afinal, tudo se reduz a pó. É força reconhecer entretanto que nem todos os nomes logram a immortalidade ou a refulgência nos fastos da civilização. Indiscutivelmente, oferece aspectos diferentes a vida de um povo, a vida de uma pátria, a vida de uma colectividade nacional. Renova-se a colectividade nacional, renova-se a pátria, renova-se o povo... E assim se renova pelos tempos em fóra. Todavia, o movimento ascensional não se traduz geometricamente, por uma linha recta. Há doenças da colectividade. Há tumúltos... Há revoluções... Há tempestades que se podem prever, embora nem sempre ser possam evitadas... Como que indepêdem dos homens... Porque não há povo, não há existência colectiva, sem uns tantos postulados. São êstes os fundamentos em que se elevam as construções sociais que se contemplam na terra. Sucede que êsses fundamentos, desprovidos de solidez, êsses postulados precários, padecem, como tudo o mais, a acção do tempo. Abalam-se, arruinam-se. E logo impressiona a instabilidade dessas construções, algumas das quais de secular duração. Que fazer? O problema está no alicerce dessas grandes construções. E à custa da habilidade do estadista, do seu valor, do seu amor cívico e planetário, há de ser encontrada a renovação que se busca ou de que necessita o Estado para com a ordem salvar dos escómbros a nação.

Êsse o espectáculo que aí está nessa e naquela pátria, em que os velhos postulados, os antigos fundamentos, já se mostram sem nenhuma resistência, exigindo, não raro perturbadoramente, a intervenção do Estado. E ora do Estado, ora do Povo, ora simultâneamente do Povo e do Estado.

O que não sofre dúvida é que, com a interferência benéfica, se dá o inacreditável ou o que parecia impossível. Aliás, já o dissera Arago: « Fóra da matemática, não se deve jamais pronunciar a palavra impossível ».

E foi o que aconteceu da outra banda do Atlântico.

Houve uma solução de continuidade. No entanto, aos esplendores de ontem juntam-se novos esplendores. Todavia, não é nenhum milagre. O passado explica o presente. Portugal dos nossos dias, Portugal na Europa convulsionada ou sob a ameaça das mais terribes tormentas, haveria de ocupar o lugar reservado pela geografia e pela história, fazendo vir à memória o glorioso Portugal « daquêles reis que foram dilatando a fé, o império... ». O mesmo é o espírito nacional a querer, na linguagem de Nórton de Matos, « a unidade e a solidariedade do Portugal total » ou do Portugal maior. É a pátria crescendo, amplificando-se, atingindo os seus destinos. É a pátria una, sempre a inspirar os maiores affectos através de cada recanto. É a pátria que se não divide, que se não fragmenta, que se não reduz a pedaços. No entanto, pátria, sem nenhum egoísmo perturbador, pátria cooperando com as outras pátrias na finalidade grandiosa da civilização, pátria dominada por sincero nacionalismo, o a que aludira o notável Presidente do Conselho da terra lusitana, declarando, o preclaro estadista e professor dos mais ilustrados dr. Oliveira Salazar, que jamais alimentara « a preocupação da originalidade », embora tudo fizesse para fugir à « imitação sistemática do que mau se via pelo estrangeiro » e buscar com os meios próprios do país « a solução dos problemas portugueses ».

Pois bem. Lá está distanciado 287 anos, quando Portugal havia apenas 8 anos deixado o domínio espanhol e aqui no meu Brasil se lutava herôicamente contra os invasores holandeses, lá está nas costas ocidentais de África, em Angola, sofrendo a corôa portuguesa, traiçoeiro e atrevido golpe nos seus direitos. Contemplai o espectáculo do angustioso momento de há 287 anos. Batia-se Portugal pelo Brasil em fóra, e havia de oferecer todo o seu esforço, longe, muito longe, contra a petulância dos mandatários do Conselho dos Dezanove, Conselho que tanto influíra, celebrizando-se, na superintendência da Companhia das Indias Ocidentais, Com-



(DESENHO DE CORREIA DIAS)

panhia que recorda a das Indias Orientais. Então, como feliz expressão de duas almas — uma, já de todo em todo constituída, a outra, ainda em formação: a primeira, a alma de Portugal, a segunda, a alma do Brasil — duas almas que se únem nos choques e contra-choques das guerras holandesas, como feliz expressão dessas duas almas, é de ver o vulto singular de Salvador Correia de Sá e Benevides preparando pessoal, organizando esquadra, por fim dirigindo a marcha de 15 navios daqui da Guanabara até ao pôrto de Luanda.

E notai: dêsses 15 navios, 5 foram enviados pelo Conde de Vila Pouca de Aguiar: vieram da Baía. E 4 conseguíra-os Salvador Correia de Sá e Benevides, com os recursos de sua bolsa. O herói é um benemérito e um bem-feitor. Para a empresa déra com efeito a vida. E também o que valendo menos que a vida, podia não ser dado, senão entre que, remetido, depositado nas mãos dos seus herdeiros. Dera tudo — haveres que eram seus, e a mesma existência, que era já da pátria.

Acresce que é administrador e comandante. Sabe não só estruturar as colunas que teriam de combater, senão também conduzir à vitória os comandados.

Certamente não vos quero lembrar tôda a história, nem ao menos os episódios principais assim do século XVI como do século XVII, ou tão só os acontecimentos em que toma o vulto de um gigante o glorioso português nascido nesta encantadora cidade, a qual se chamará um dia — a bela Guanabara, corrigindo-se o erro de geografia que ainda perdura na denominação — cidade do Rio de Janeiro. Nada disso quero lembrar... Não comporta o momento mais do que o culto da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA, culto de amor cívico em que se abraçam três continente — o da Europa, o da África, o da América — o da Europa consubstanciado em Portugal, o da África em Angola, o da América, enfim, nos Estados Unidos do Brasil.

Da baía Guanabara partem, aos 12 de Maio de 1648, as naus comandadas por Salvador Correia de Sá e Benevides. Oceano em fóra vão elas bafejadas pelas esperanças de Portugal e do Brasil, tanto a terra de Santa Cruz vi-nha, já, desde 1503, com êsse nome — Brasil.

Consómem-se cêrca de três meses nessa perigosa travessia. Afinal, aos 12 de Julho, estão, essas naus, diante de Quicombo. Mas tão sòmente aos 15 de Agosto desembarca,

em Luanda, o notável general — general e almirante, que o tinha sido, já, ao tempo de Filipe IV da Espanha, não só Vice-Almirante das costas do mar do sul senão ainda comandante em chefe do exército castelhano. Desembarca, em dispositivos de combate, assim guiando os seus comandados ao triunfo.

Não se pense, porém que, no pôrto de Luanda, sem uma palavra imposta pela ética militar, surgira, inopinadamente, brandindo suas armas para destruir o adversário. Manda parlamentar. Escuta, por esse meio, as explicações do comandante holandês. E porque as explicações nada explicavam, declara que terá de lançar mão da força para defender os direitos de Portugal.

Avisa. Adverte. Depois com energia põe em movimento as suas tropas. Marcham, impetuosas, resolutas, destemerosas. E logo ao primeiro assalto rolam no chão — mortos 163 homens e feridos 160 — ao todo 323 dos 900 brasileiros que lutaram com bravura inexcelsível. Recua o inimigo, desbaratado. Cessava-lhe todo o calor da esperança de vencer. Mas a ordem era de *avançar, fosse como fosse*. E avançavam os valorosos soldados de tão valoroso comandante. Avançavam, derribando obstáculos, destruindo as maiores e as menores dificuldades, aniquilando para alcançarem a solução do grande problema em que se empenhara Salvador Correia de Sá e Benevides. Como que exclamavam: *que importa o morrer, se com a morte se está pelejando pela honra de Portugal!* Vê, porém Salvador Correia de Sá e Benevides uma bandeira branca tremulando nas posições holandesas. É soldado, não selvagem. Está cheio de humanidade. Então subjuga os ímpetos do instinto destruidor. Faz cessar o combate, com o qual immortalizando-se, também immortalizara os seus comandados.

Aos 21 de Agosto é assinada a capitulação. E os 1100 europeus, em que havia holandeses e franceses e alemães, tomam-se de surpresa diante dos 537 dos 900 brasileiros que desembarcaram em Angola, deixando fóra de combate — 323 mortos e 160 feridos. Eram compatriotas na África. De facto era o Brasil e Portugal, combatendo o bom combate. E ao mesmo tempo, no território brasileiro, o bom combate se desenrolava... Ainda aos 18 de Agosto, três dias mais tarde do memorável feito militar que ora aqui se comemora pela iniciativa merecedora de aplausos desta útil SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, o coronel holan-

dês Brinck vibra golpe atrevido contra o meu pequenino-grande Estado, o meu querido Sergipe, ferindo-lhe a Estância. Gente brava aquela do século XVII, aquela do Brasil e de Portugal!

E quem hoje vai à África tanto que aporte nas terras de Angola e contemple a cidade de Luanda logo terá de ver belo monumento de pedra e bronze erguido em homenagem à memória do herói carioca, herói autêntico, herói que tanto enaltece duas nações que falam a mesma « rubra e cantante lingua portuguesa ».

Basta. Para que mais... Glórias e as maiores glórias, conquistou-as Salvador Correia de Sá e Benevides. Lutou pela pátria e para a pátria. Lutou, abnegadamente. E lutou, e venceu. Fez-se benemérito e benfeitor. Podia, sob o clarão de todos os triunfos, viver feliz — ouvindo a voz que da pátria lhe estava a dizer: *Basta. Já estás no meu coração agraciado*. E viveu de certo feliz. Compriu o seu dever. Havia, porém, de lhe aureolar a fronte uma outra glória, a que tanto fala aos corações bem formados, a glória do sofrimento, a glória do martírio, a glória das injustiças. E que beleza revela o varão ilustre sob as dôres cruciantes da ingratidão dos homens! É um herói que os brasileiros, como os portugueses não devem esquecer. É um herói tão cheio de virtudes, com atributos morais tão impressionantes, que a mesma é a postura de um santo.

Vou terminar.

Da restauração de Angola são decorridos quasi três séculos.

E são eles — o século XVII em que, mediante a influência de dois homens, excepcionais — Bacon e Descartes, occorre direcção melhor para o pensamento, renovando-se a filosofia, século XVII em que se dá a defesa do território brasileiro; o século XVIII, o da Enciclopédia, aquêle em que aparecem Voltaire e Rousseau tão lembrados nos dias de hoje quanto são esquecidos Condorcet, Danton e Diderot; o século XIX em que se levanta, com o génio de Augusto Comte, a maior construção filosófica, política e social, de todos os séculos. E já está o século XX inquieto, atormentado, infeliz. E o problema social — a despeito da altura em que se vive tão grandes momentos — é antes cogitação dos filósofos do que constante preocupação dos políticos. Com êstes ou sob a influência do Estado, não se vai além de alianças po-

C O N G - H E I

(A ARTE)

POR VENCESLAU DE MORAIS

Da surpreendente intuição japonesa pelas harmonias do cromatismo, pelo enternecimento da côr, fala eloqüentemente todo o produto artístico. Se queremos convencer-nos desse dom primoroso de selecção, nas revelações mais vulgares, e por isso mais sugestivas talvez, lancemos por exemplo as vistas sôbre os tecidos, as belas sedas japonesas, de consumo geral do país. Não iremos por agora admirá-las já cortadas e vestidas, cingindo o talhe das *musumés*; queremos ser imparciais, frios julgadores do facto; e quem sabe se não nos viriam depois dizer (há tantos caluniadores por êste mundo!) que o nosso enlevo brotava, pecaminosamente influenciado pela gentileza deliciosa das travessas... Mas além, por êsses longos arruamentos das cidades, em Osaka de preferência, é fácil, mesmo em companhia do clérigo mais correcto, estudar castamente o assunto. Em exposição permanente à frente das lojinhas baixas, pendem como que em lon-

líticas. E por êsses processos mais ou menos empíricos, succede que, para se resolver um conflito, não se hesita diante da possibilidade de outro conflito ameaçando-se a integridade colonial de uma pátria ou, a mesma integridade dessa pátria — uma vez que as colónias portuguesas e Portugal, tudo é Portugal. Mas o que se pretende, aquilo de que se preocuparam os jornais da Europa, nada mais representaria se acaso fôra possível, do que a renovação do período da conquista a ferro e fogo. Não. E a Legação de Portugal em Paris logo repeliu, com energia, a ameaça, merecendo a digna atitude lusitana as maiores simpatias de todo o Brasil.

Não nos iludâmos: o problema é antes moral que político. E acresce que, sem moral nem existe política.

Disse-o, aos 27 de Abril, na Câmara Municipal de Lisbôa, por estas palavras transparentes, incisivas, iniludíveis — « a crise moral, mais do que a económica, está desgraçando o mundo » — disse-o assim exacto quanto eloquente, o professor ilustrado e o estadista de tantos gabos universais, Dr. Oliveira Salazar.

Venceslau de Moraes

gos cortinados as inúmeras peças de tecidos, as sedas dos *kimonos*, os setins das cinturas, os crepês que se colam às carnes. Que côres predominam? Não têm côres, parece-me, êstes tecidos, ou talvez sejam elas indefiníveis. A harmonia é tal, nêsses mil tons diluídos e consorciados por subtís gradações, que emana dêles antes uma impressão afectiva do sentir do que um claro qualquer que choque a retina. Sedas azúes, sedas roxas, sedas amarelas, sedas douradas, sedas carmezins, não há; há sedas meigas, há sedas tristes, há sedas caprichosas, há sedas hilariantes, há sedas frementes... A gente vai passando, e dir-se-fa que não são os olhos que vêem, mas a alma que sente. Na paleta niponica não há verde, há mil verdes; não há azul, há mil azúes; as côres não se classificam, surgem da intuição pura da natureza. Nêsses deliciosos tecidos, que ao simples contacto nos acarinhos como mãos de mulher, despejou o artista obscuro várias diluições de mil côres sem nome, em teorias de bambús entrelaçados, de flores quiméricas, de aves em vôo, de insectos fugidios, que sugeram no espírito impressões alucinantes de uma existência sonhada.

“Esta glorificação da côr, deixem-me assim expressar, irradia deslumbrante de tôda a arte niponica”.

NOTA:

Sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Tokushima e com o apoio dos ministros da Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros do Japão, realizaram-se no pretérito dia 1.º de Julho as festas comemorativas do 7.º aniversário da morte do singular escritor e fino esteta Venceslau de Moraes, — êsse maravilhoso cinzelador do idioma luso, que através da sua delicada sensibilidade artística tão belas coisas nos contou do país estranho das cerejeiras floridas e das *gheishas* mimosas, e que para além de várias outras obras de incontestável merecimento, à literatura portuguesa legou dois livros eternos: *Dai-Nippon* e *Bon-Odori em Tokushima*.

Dir-se-ia que tais livros não os escrevera o autor com vulgar pena de aço; mas, antes, com outro instrumento, gracioso e subtil, semelhante, talvez àquêles que permitem aos japoneses o máximo de requintes e primores na sua tão celebrada arte da miniatura e na aplicação daquelas côres vivas e luzentes de que parecem guardar e conservar religiosamente a magia e o segredo nos invioláveis arcanos das suas tradições peregrinas e milenárias...

A SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO recordando a memória de Venceslau de Moraes, transcreve para regalo dos leitores dêste *Boletim* uma das mais formosas páginas da obra tão admirável do bizarro anacoreta de Tokushima. E assim julga servir os seus propósitos de lusitanidade.



PANORAMA

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

A exemplo do que fizera em 1934 o Estado de Pernambuco, o laborioso povo capichaba comemorou no dia 23 de Maio do corrente ano, o quarto centenário da fundação da capitania do Espírito Santo, por Vasco Fernandes Coutinho, a quem D. João III doára terras que principiavam na ponta de Itabapoana e acabavam ao sul do rio Mucury.

Não foi feliz o fidalgo e bravo donatário, pois, em consequência de graves discórdias entre os colonos que o acompanharam, viu-se obrigado a renunciar à capitania e faleceu depois em tal estado de pobreza que nem dinheiro deixou para lhe comprarem uma mortalha.

Mas os seus esforços e sacrifícios iniciais não foram inúteis: frutificaram de modo exuberante; e quatrocentos anos mais tarde os espírito-santenses, pela voz dos seus filhos mais ilustres nos domínios da Inteligência e do Saber, foram gratos à sua memória, recordando sua vida e arrojo.

A propósito de tão brilhante como honrosa efeméride, o Sr. Dr. Mário Aristides Freire, espírito dos mais lúcidos e cultura das mais apuradas da intelectualidade capichaba, escreveu para o *Diário da Manhã*, de Vitória, em 23/5/35, um belo trabalho de fundo histórico, que não podemos com grande máguia transcrever integralmente, mas do qual, *data venia*, respigamos alguns dos seus substanciosos períodos.

“O progresso do Estado do Espírito Santo nos quatro séculos decorridos desde o início do seu povoamento, comemorado hoje festivamente, demonstra a riqueza e notável fertilidade de seu solo, bem como a grande tenacidade dos que aqui têm vivido e trabalhado.

“Há precisamente quatrocentos anos, os primeiros colonos portugueses saltavam, maravilhados, em um rústico recanto, à entrada da encantadora baía de Vitória.

“Pela Carta Régia de 1 de Junho de 1534, Vasco Fernandes Coutinho fôra contemplado com 50 léguas de terra, na costa, do sul das que haviam sido concedidas a Pedro de Campos Tourinho. Bravo fidalgo, já

citado nas crônicas militares das conquistas da Ásia, o Donatário vendera tudo quanto possuía em Portugal, empolgado pelo desejo de tornar logo realidade o seu grande sonho patriótico: trazer a fé e a crença católica, o que valia dizer naquêlo tempo — trazer a civilização, a um largo trecho do Novo Mundo.

“Daria expansão assim, ao espírito aventureiro de mais um bando heróico de Portugueses; mostraria de que ainda eram capazes os denodados lusitanos, descendentes próximos daquêles desprendidos e temerários navegadores do famoso périplo africano, audazes descobridores de terras *por mares nunca dantes navegados*.

“A História poderá maldizer o regíme, os processos administrativos, que, depois determinaram o enfraquecimento dêsse povo, provocado, talvez, pelo fausto fácil, proporcionado pela exploração da rica e fertilíssima colônia. Nós celebramos hoje a epopéa daquêles que desprezaram comodidades palacianas ou trocaram altas honrarias e posições herdadas ou conquistadas, direitos adquiridos a tenças e propinas — por uma pequena e modesta caravela, para a obra humanitária da Civilização.

“Assim fez Vasco Fernandes Coutinho.

“Podemos, por isso, repetir com Alberto Torres que — *a ascendência portuguesa é uma honra para o Brasil*.

“Quando o nosso respeito, a nossa veneração, busca hoje um momento daquela época, para cultuar nêlo a memória de tão nobres heróis, não há como deixar de curvarmo-nos diante do berço distante de tantos navegadores arrojados e repetir com o Poeta, a saúdação inspirada a Portugal.

*Pátria! filha do sol das primaveras,
rica dona de messes e pomares,
recorda ao mundo ingrato as priscas eras
em que lhe ensinaste a erguer altares!
Mostra-lhe os esqueletos das galeras
que foram descobrir mundos e mares!*

“Homens de outros hemisférios, nascidos em zonas bem diversas, contemplam a pujança da natureza agreste que os cerca, pontilhada das figuras desconfiadas e arredias dos naturais da região, e todos antevêm logo os árduos trabalhos que os esperam naquela terra inculta, com um clima desfavorável e dominada por elementos temíveis.

“Varnhagem, confrontando a obra aspérrima dos colonizadores no Brasil, com o que, salvo pequenas exceções, ocorreu nas margens do Prata, em Nova

Granada, México e América do Norte, observa como — *podemos ter uma idéa, do muito que a este respeito sofreriam os colonos, tanto senhores como escravos africanos, lembrando-nos de como vários dos próprios grandes donatários, tão bem aquinhoados, preferiram abrir mão da empresa de cultivar e beneficiar os seus grandes senhores ou verdadeiros estados, dando-se por felizes de haverem podido voltar com vida, ao próprio lar.*

“Esse último consólo não o teve, porém, Vasco Fernandes Coutinho, que tudo, de si, déra por seu Rei e por seu Sonho: não podendo voltar ao Reino; sem ter mais um lar próprio ao qual se pudesse recolher, deixa-se morrer nos braços da Caridade, na própria Capitania que fundára.

“Os filhos dedicados desta antiga capitania haviam herdado, porém, a coragem, o destemor de seu primeiro Donatário. E foi, por último, neste apertado trecho do território brasileiro, que os espírito-santenses, recordando a tenacidade de Vasco Fernandes Coutinho, moveram-se, agitaram-se nesses dois últimos séculos, trabalhando irmanados com quantos nos vieram dedicadamente secundar, como a nova coorte dos operosos e inteligentes imigrantes, atraídos ou trazidos para esta nova Chanaan fecunda e sempre promissora.

“Brasileiro que ainda conheceu, em nossa terra, o carinho, a meiguice daquelas antigas sombras familiares, celebradas ou poetizadas hoje na figura, na concepção artística da MÃE PRETA, concentro-me docemente emocionado e, num instante de grande veneração e respeito, evoco esse outro inolvidável factor de nossa grandeza: — o Escravo!

“Irmanados com os primeiros e, até à República, secundados por este, pudemos, a princípio, cobrir as nossas fertilíssimas baixadas de canaviais e engenhos; logramos subir, depois, os nossos morros e montes, com a semente enriquecedora desse café, que é o nosso orgulho.

“Em certo momento, adoptámos mesmo um arrojado plano administrativo para introduzir e explorar inúmeras indústrias em nosso solo, aproveitando as possantes cachoeiras que temos.

“Vamos agora espalhando, em algumas de nossas planícies, a nova promessa do cacau, e cobrindo alguns dos nossos vales, com a verdura, também propícia, dos modernos laranjais.

“Temos, afinal, a ventura de, entre os mais prósperos irmãos federados nesta expressiva figura política que é a dos Estados Unidos do Brasil, mostrar assim, como um dos menores em expressão territorial, constituído de baixadas que desafiam a resistência do homem ou de vales apertados sob a hostilidade de tantas montanhas, só pelo esforço dos que o amam, dos que aqui viveram, dos que aqui labutam sonhando com uma grande Pátria ainda melhor — pôde, com o produto exclusivo de seu solo fecundo, conter e alimentar, dentro da pequenez de sua expressão geográfica, a grandeza do terceiro pórtio exportador do Brasil: — Vitória!”

Beneficência Portuguesa

Quando se ouve, na rua ou em qualquer outra parte, entre amigos ou desconhecidos, falar em *Beneficência*, sabe-se logo, sem mais preâmbulos ou explicações, que está em causa a benemérita e quasi secular

instituição lusitana da rua Santo Amaro. Á voz desse vocábulo érgue-se, radiosa e fecunda de realizações e benesses, tóda uma obra extraordinária de imponentes esforços, abnegações e sacrifícios sem conta, levada, efectivada e continuada por diante pelos portugueses que o *struggle for life* trouxe até ao coração amoroso e acolhedor desta formosa metrópole guanabarina.

Caminhando em acelerado para a conclusão do primeiro século de existência, — preenchido todo elle por uma sementeira larga e diuturna de benemerência, ora servindo de amparo, ora mitigando sofrimentos e curando males — a Directoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, activamente secundada por numerosos amigos da veneranda instituição, entre os quais sem desdouro para ninguém é de tóda a justiça salientar o nome do nosso distinto consócio, Sr. Dr. Sabino Teodoro, movimenta-se, desdobra-se, multiplica-se em diligências e esforços, que os factos estão coroando dos êxitos mais expressivos, para que a brilhante efeméride seja celebrada com a pompa e a grandeza de suas tradições.

Escusado seria dizer que nos referimos a algo mais, do que às solenidades protocolares em tais conjunturas, cheias de retórica mas vastias de objectivos práticos. As tradições da *Beneficência* exigem, reclamam qualquer coisa de importante, que marque a conclusão triunfal de um ciclo e rasgue a perspectiva esperançosa e deslumbradora de uma nova quadra. Esse o objectivo da “Campanha do Lustró”, destinada ao angariamento dos fundos indispensáveis à consolidação do património social e à realização de um sonho antigo: fundar em Lisboa uma filial da *Beneficência*, para atender e amparar os associados que residem em Portugal. E uma obra dessas, para ser digna das instalações modelares, que se levantam nesta capital, desde o soberbo hospital de mulheres, até o sanatório em Jacarepaguá, para os invalidos e affectados dos pulmões, custam, como se sabe, muito dinheiro; mas que não há-de faltar, como nunca faltou, sempre que o *forte querer* imperou sobre o ânimo dos portugueses.

O Primeiro de Janeiro

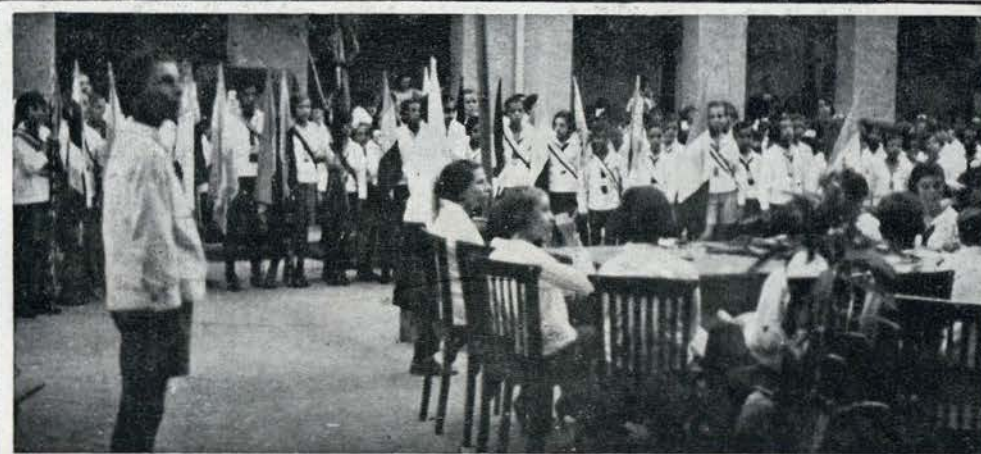
Nem ao mais displicente observador da vida portuguesa escapa o singular pouco caso, ou melhor, o patético descaso com que a maioria dos nossos jornais, grandes e pequenos, se refere ao Ultramar e aos seus problemas, — como se tais assuntos tivessem ligação com lugarejos distantes, vagos territórios onde bocejassem com indolência e preguiça gentes sem préstimo, e não, como acontece, com terras vastas e opulentas, nossas por tantos e tão sagrados títulos, reais e efectivos, cujos progressos e futuro se confundem com o nome de Portugal, o bem-estar, a felicidade e a segurança de suas gentes.

Um grande jornal, todavia, acaba de abrir elogiável precedente. Referimo-nos a “O Primeiro de Janeiro”, esse diário em cuja existência já longa de 67 anos não se apontam nódoas nem atitudes que deslustrem as suas altas virtudes e nobres tradições liberais de honradez, compostura e devotamento à *coisa publica*, — o popular “Janeiro”, *tout court*, familiar a todo o laborioso povo da região setentrional de Portugal — que,

(Continua na página 179)

INTERCÂMBIO

ESCOLAR

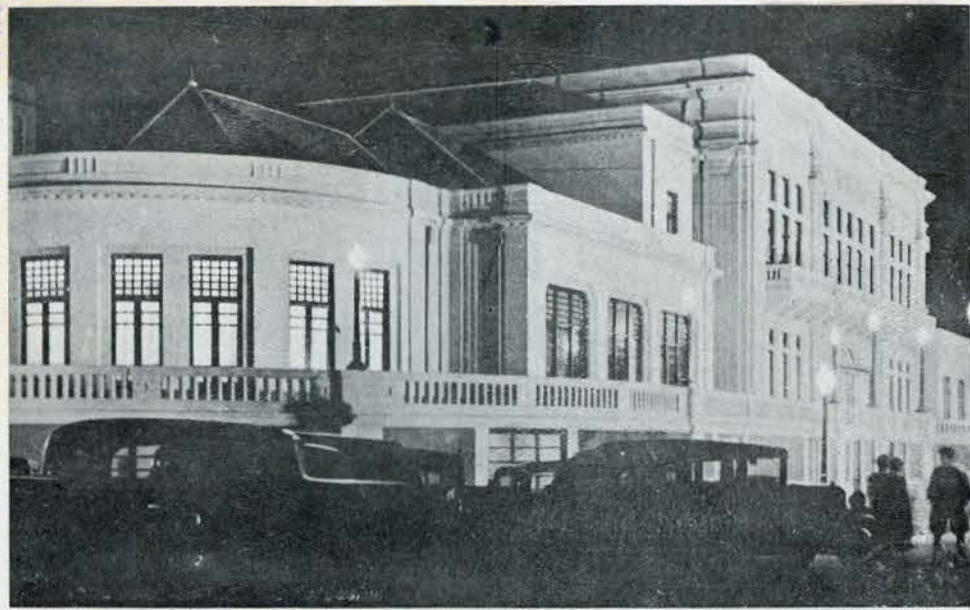


ESCOLA ESTADOS UNIDOS

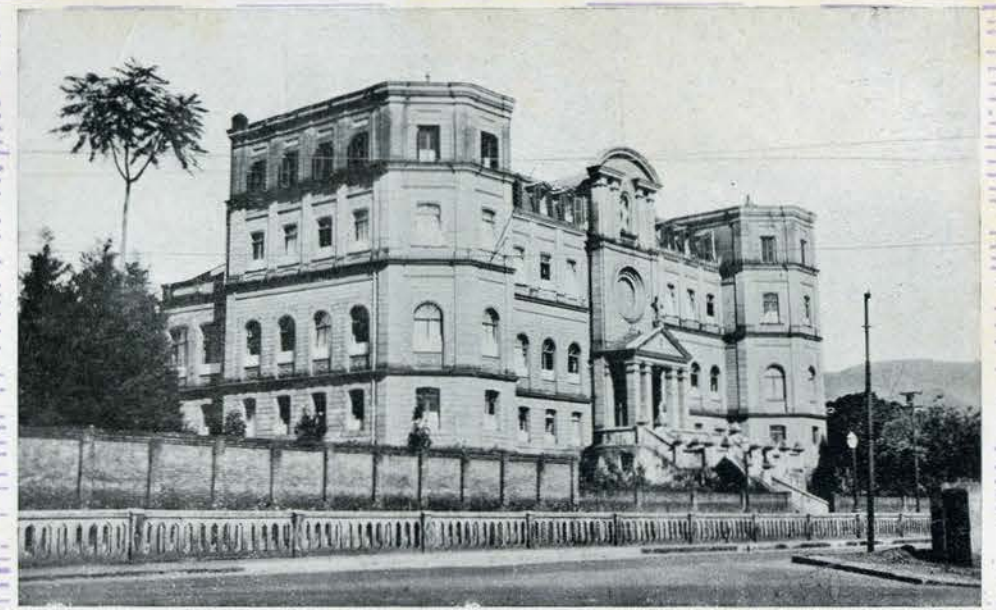
AO ALTO: A PROFESSORA STA. AMÉLIA PEREIRA AO PROFERIR A SUA ORAÇÃO ALUSIVA Á INSTALAÇÃO DO "CLUB PAN-AMERICANO PRESIDENTE MONROE".

AO CENTRO: A SR.^a DOUTORA FERNANDA DE BASTOS CASIMIRO, ILUSTRE PRESIDENTE DA ASSEMBLÉA GERAL DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, OFERECENDO OS PREMIOS CONFERIDOS PELA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA.

EM BAIXO: OS ALUNOS QUE PRESIDIRAM Á FESTIVIDADE E QUE CONSTITUEM A DIRECTORIA DO "CLUB PAN-AMERICANO PRESIDENTE MONROE".



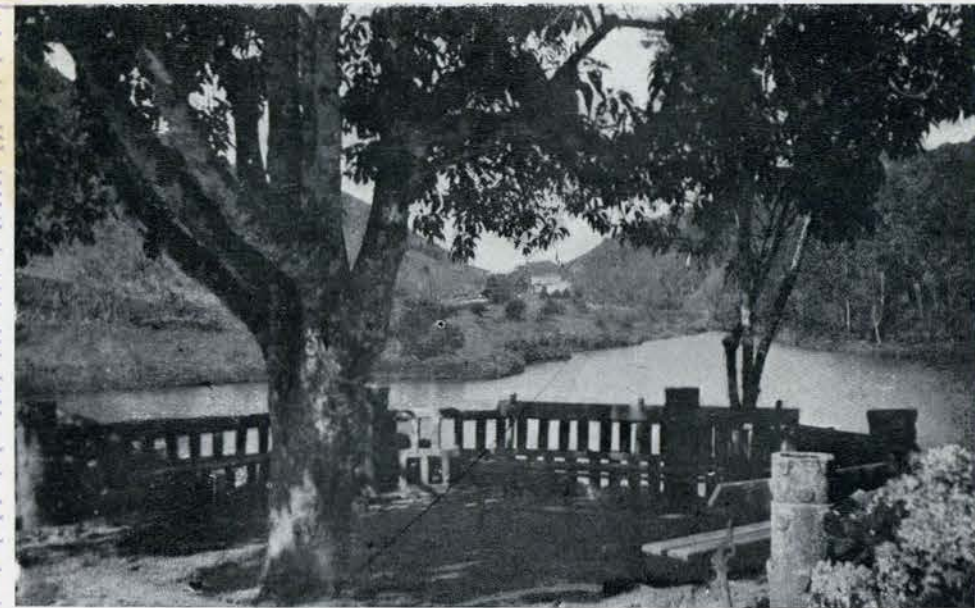
PORTUGAL



BRASIL



**Póvoa de Varzim
Viana do Castelo
Ponte do Lima**



**Belo Horizonte
Petropolis
J a h ú**



**Monumental Casino
Parque Santa Luzia
Vista parcial**



**Colégio S. Coração Jesus
Quitandinha
Rua Major Prado**



DOIS ASPECTOS FOTOGRÁFICOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DO RIO DE JANEIRO

A VIDA INDÍGENA EM ANGOLA

SEGUNDA PARTE

CAPITULO I

USOS E COSTUMES QUE REGEM AS RELAÇÕES CIVIS ENTRE OS INDÍGENAS E ENTRE ÊSTES E A COMUNIDADE DE GENTÍLICA

PELO TENENTE IVO BENJAMIM CERQUEIRA

ANTIGO DIRECTOR DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS DE ANGOLA

(ESPECIAL)

Direitos e Obrigações — Capacidade Civil Incapacidade — Seu Suprimento



noção de direito e de obrigação entre os indígenas, duma maneira geral, parece subordinar-se a um critério de estreita relatividade e da mais completa interdependência a dentro do agregado familiar.

Considerado individualmente, o homem é uma personalidade vaga, sem correspondência no nosso direito; êle na verdade, não adquire direitos nem contrái obrigações, sem envolver a comunidade familiar a que pertence e, conseqüentemente, estendendo-se as responsabilidades a todo o agregado.

Por outro lado, nunca se considera o individuo o ofendido na fruição dos seus direitos, mas sim o agregado a que pertence; porque, em última análise, os seus direitos e obrigações são os da comunidade em que nasceu, pelo facto dêsse nascimento.

Outrora, se um homem matava outro, tinha de pagar à família dêste uma importância que a *habilitasse a adquirir, pelo alambamento, uma ou mais mulheres para qualquer dos seus membros*, a fim de a compensar da perda que sofrêra. Se o assassinado não tinha família ou se era um estrangeiro, o crime não era perseguido: *não havia ofendidos*. Parece, portanto, que até o próprio direito originário da existência não é reconhecido ao *individuo*, mas *atribuído à família*, no sentido da manutenção da sua integridade.

Por outro lado, o assassinato, tinha-se, para o efeito daquela indemnização e respon-

sabilidade, como cometido pela *comunidade familiar do assassino*, arcando esta com a responsabilidade do pagamento, mesmo que o reconhecimento do crime e do seu autor só viesse a dar-se muitos anos mais tarde e depois da morte dêste.

São freqüentes os casos de certas famílias virem pedir indemnizações a outras, por crimes praticados por qualquer antepassado; porque, no conceito indígena "*Ponzo kafuê, milonga kabolê (Prov.)*" — "O crime não morre, a ofensa não apodrece (não se esquece). (Cordeiro da Mata — Dic.^o Kimbundo-Português).

* * *

Não há, no fundo, *questões de propriedade ou de direitos puramente individuais*. A capacidade jurídica e civil reside, em princípio, no *agregado familiar*, mas implica, sem dúvida, numa íntima interdependência e conjugação dos seus membros, o reconhecimento mútuo e a observância de direitos e de obrigações a cada um dos componentes, segundo a *diferenciação orgânica* e em relação àquêlê todo.

O individuo, pelo nascimento, é pertença da família: *uma coisa*. Só mais tarde, depois de *iniciado* e capaz de exercer as funções atribuídas ao seu sexo e condição, é alguém (muda até de nome); tem adquirido então *personalidade*, ficando, no entanto, integrado na comunidade familiar, sob uma estreita dependência dela. Assim, todos os seus actos envolverão a responsabilidade do todo familiar e os direitos

que venha a adquirir, consideram-se tomados por êsse todo.

O caso do casamento é, a nosso vêr e sob êste ponto de vista, concludente: os direitos e obrigações que um indivíduo adquire e contrái, não dizem respeito unicamente ou se limitam a si, nem cessam por sua morte, porquanto os seus parentes consangüíneos podem tomar a viúva, sem dependência de novo

QUARENTA ANOS DE ÁFRICA

POR MONS. LUÍS ALFREDO KEILING

PREFEITO APOSTÓLICO DO CUBANGO
E VIGÁRIO GERAL DO HUAMBO

Antes de mais nada, quero penitenciar-me da falta que contra mim mesmo cometi, relegando e protelando durante muitos meses a leitura dêste precioso livro que os abnegados missionários do Espírito Santo se dignaram oferecer ao humfimo plúmítico que subscreve estas linhas de sincera admiração e veemente embora descolorido aplauso à obra de alta lusitanidade e fecundo apostolado cristão, levada a cabo através de sacrifícios ingentes e penosas canseiras nas terras largas e futuras de Angola, por êsses esforçados paladinos de Cristo.

Ocupações absorventes e leituras inadiáveis fizeram com que o livro de Mons. Keiling, formoso e tão cheio de recordações preciosas, rolasse, até hoje, sobre a minha mesa de trabalho. Mas, em compensação, logo que o pude ler, fi-lo de um só trago,—de uma assentada da primeira à última página, num crescendo de simpatia e emocionado respeito pela extraordinária vocação apostólica dêsses incansáveis irmãos em Cristo, que nos sertões da África, calcurriando sendas nunca perlustradas ou de há muito esquecidas, consumiram, como alguns ainda consomem, existências completas e não raras vezes salvas milagrosamente, alheios às vaidades dêste *vale de lágrimas* e de todo voltados para a imensa seara das almas...

Tudo quanto — e muito é — de grande e de útil as beneméritas Missões do Espírito Santo realizaram quer espiritual, quer materialmente, se deve mais à influência pessoal dos seus membros, à sua maneira de tratar com os potentados indígenas no tempo em que os havia insubmissos à autoridade portuguesa, (facto que, felizmente, não mais acontece), do que propriamente aos recursos financeiros, que sempre foram escassos e que seriam manifestamente insuficientes sem o auxílio do governo republicano.

Em *Quarenta anos de África* há páginas de inaudita e serena coragem, como aquelas em que Mons. Keiling, quasi com receio de chamar a atenção dos leitores para a sua pessoa, descreve a viagem que fizera ao Cuanháma, desamparado e só, por entre gentes revoltas e desvairadas, com o fim de libertar dois brancos aprisionados pelo Mandume, os quais, desgraçadamente, às mãos dêsse *déspota temido dos pretos num raio de 20 dias*, que fôra o terror dos brancos e o pesadêlo do govêrno, acabaram seus dias.

contrato. Por outro lado, à família do falecido continua incumbindo a obrigação de proteger e alimentar a viúva. Se, porém, esta preferir casar-se com um indivíduo estranho, a importância proveniente do respectivo *alambamento* é cobrada a favor da família do falecido marido. Só então cessam, "*post mortem*", os efeitos daquêle contrato. Ainda, se a família da mulher, por quaisquer circunstâncias, se não dispuser a ceder o *alambamento*, deverá entregar uma irmã ou prima co-irmã da viúva. Os efeitos do contrato continuam pois *obrigando as duas famílias*.

Capacidade e incapacidade, devem, portanto, entender-se a dentro dêste campo de interdependência e subordinação mútua, no agregado familiar.

A *incapacidade*, assim entendida, pode observar-se em razão das pessoas ou, transitóriamente, em razão de situações criadas por insolvência de dívidas ou não cumprimento de obrigações contratuais.

A *incapacidade* em razão das pessoas, pode ser: — a) *por menoridade*; — b) por demência ou inaptidão física que prive o indivíduo do uso das suas faculdades e o iniba do exercício das suas funções.

É menor o *impúbere*, o *não iniciado*, e, portanto, ainda inábil e incapaz de exercer as funções e as actividades e officios que lhe sejam próprios, no sentido de equilíbrio e conservação da integridade familiar.

Não há idade marcada para a maioridade; no entanto, regula, presentemente, entre os dezasseis e os dezoito anos que é a idade em que o indígena está sujeito ao recenseamento para a cobrança do impôsto.

O suprimimento do menor ou do incapaz por demência ou incapacidade física, compete ao *tio materno mais velho*, em quem reside o *poder paternal*. Na sua falta, é suprido por um seu parente consangüíneo, assumindo a tutela, na falta dêste, o *sécúlo* ou chefe da aldeia.

O membro da família que em razão de insolvência de dívidas ou falta de cumprimento de obrigações contratuais, fôr entregue por ela a outrem para que resgate a dívida ou compromisso, ou o indivíduo que, por idénticas razões, aceita essa condição servil, considera-se desde êsse momento como deixando de fazer parte da sua família, perdendo assim a sua *capacidade relativa* de que só dentro dela

beneficiava, collocando-se sob a mais completa dependência e tutela do credor.

Outrora, um tal individuo era o escravo, pois que sôbre elle exercia o credor attributos de propriedade.

Com a supressão da escravatura, essa condição servil tomou um carácter menos repugnante, limitando-se hoje o credor a recolher o produto do trabalho do *devedor*, até integral pagamento da dívida.

Por outro lado, isto mesmo tende a desaparecer porque os encargos dessa *tutela* são tantos e tão cômoda a situação do devedor — mercê da acção das autoridades que não permitem que sôbre este se exerçam violências — que já raramente se recorre a tal forma de liquidação de dívidas.

A tutela familiar supre o *poder do tio materno*, nos mesmos têrmos em que entre nós se exerce o suprimento do poder paternal, guardadas, evidentemente, as condições especiais dum estado primitivo de civilização.

Nos casos de incapacidade resultante da condição servil em que o devedor se coloca para com o credor, este supre aquêle em todos os seus actos, competindo-lhe mantê-lo, dar-lhe mulher e até pagar-lhe o impôsto. Em caso de crime ou dano por elle praticado é também responsável o credor como seu amo e senhor.

Evidentemente que tal situação é, hoje, de uma apeteçível comodidade para o devedor insolvente, porque este trata de exigir o máximo, acobertando-se com a sua incapacidade e dependência em que se encontra, ao mesmo tempo que produz o mínimo para ir retardando a liquidação do débito: — “*Tu pôdes dispôr de mim, és o meu senhor... deves dar-me, pois, o que eu necessito: mulher, comida, impôsto, etc., etc*”.

O mais interessante é que não havendo, na maior parte das vezes, possibilidade de o credor obter a importância do *alambamento* de qualquer mulher, para a dar ao seu devedôr, se vê na necessidade de o casar com uma de sua família, o que cria, não raro, situações deveras melindrosas entre o pseudo *senhor* e o “soit disant” escravo.

Aquisição de Direitos — A Propriedade — Ocupação de Móveis e Imóveis — Pesca e Caça — Produtos Naturais e Materias Vegetais — Perdidos ou Abandonados — Prescrição

1.º — A propriedade dos terrenos adquire-se pela sua occupação e exploração, mas dura tão sômente enquanto esta durar:

Tratando-se de plantações de carácter permanente, a propriedade torna-se duradoura e transmissível (palmares, cafezais, etc.)

O terreno é considerado “*res nullius*”; no entanto, as várias famílias ou *clains* acordam, entre si, nas áreas a attribuir às culturas de cada uma.

O sistema agrário e processo de cultura coadunam-se, de resto, a esta maneira de ser. O terreno uma vez abandonado poderá ser occupado por outrem, mas só quando o capim e vegetação espontânea tiverem apagado os vestígios da anterior occupação.

2.º — A qualquer individuo é lícito apoderar-se de animal ou coisa que nunca tiveram dono ou dados como perdidos ou abandonados. Se o dono apparecer e quizer reaver o objecto perdido, deverá pagá-lo ao achador.

3.º — A caça de animais bravios é permitida, mediante observância dos usos e costumes regionais que regem o assunto e que variam de tribo para tribo. No entanto, observa-se de uma maneira geral o seguinte:

a) — Não é permitido o exercício da caça nos capins reservados às caçadas dos chefes gentílicos.

b) — O individuo que tenha abatido qualquer peça de caça, deverá pagar ao chefe gentílico uma taxa em género. Outrora, em algumas tribus, por exemplo, se o animal morto fôsse um elefante o chefe *recebia o dente que ficava do lado da terra*, porque o Chefe é o senhor da terra (Mulumbi).

c) — Se o animal fôr abatido em terrenos cultivados ou se nêles viér a cair morto, cabe uma parte ao dono da plantação.

d) — O caçador adquire o direito ao animal que por suas artes tiver levantado e ferido, ainda mesmo que outrem o venha a abater. Se só o tiver levantado deverá perseguir-lo até o ferir.

e) — É vedada a caça de certos animais por preconceitos de ordem supersticiosa, que se prendem ao reconhecimento da sua utilidade, incorrendo o seu transgressor em pesadas multas porque, *com a sua falta, pode atrair o mal ao agregado a que pertence*.

f) — É reservada ao Chefe a caça de certos animais.

Quanto à pesca, observam-se, “*mutatis mutandis*”, os mesmos preceitos, sendo também proibida, nas águas reservadas para as pescarias do Chefe.

Finalmente, por mútuo acôrdo entre os séculos são, attribuídos, a cada povoação, os

terrenos e matas onde é livre o exercício da caça e também os locais das "molólas" (lagóas) e rios onde os indivíduos de cada uma podem pescar.

*

A exploração dos produtos naturais é livre, cabendo apenas ao Chefe uma parte como tributo. Também para a exploração destes produtos são atribuídas áreas a cada aldeia, não podendo os indivíduos duma, explorar os terrenos atribuídos a outra. Isto, é geralmente respeitado, como base da harmonia e bem viver das famílias entre si, sendo a transgressão punida com o confisco do produto e com o pagamento duma multa que reverte para o Chefe, perante quem a acção foi movida.

A exploração dos produtos naturais, existentes em terrenos ocupados, é reservada aos ocupantes.

No direito consuetudinário indígena não existe a prescrição *positiva* ou *negativa*, nem

Glossinas e Tripanosomas da Guiné Portuguesa

PELO DR. LUÍS A. FONTOURA DE SEQUEIRA

Comissionado pela Escola de Medicina Tropical de Lisboa, de que é professor auxiliar, o Sr. Dr. Luís Artur Fontoura de Sequeira esteve alguns meses na Província de Guiné, estudando e observando *in-loco* o problema da tripanosomíase, vulgarmente conhecida pelo nome de *doença do sono*, e a maneira eficaz de combater essa tremenda e fatal calamidade, que na Guiné, embora em estado endémico, se apresenta com grande benignidade e sem o carácter epidémico e devastador com que aparece em muitas outras regiões africanas.

Dessa operosa permanência entre *fulas*, *papeis* e mais gentes várias, apresentou o ilustre professor sucinto mas claro e preciso relatório, em que não se diz de mais nem de menos, tão só o necessário e indispensável para as autoridades competentes tomarem as providências capazes de acabar com um mal que por circunstâncias especiais não faz naquela terra portuguesa grandes estragos, mas que bem pode degenerar em calamidade, tanto para género humano como para a pecuária, se não forem tomadas medidas preventivas e rigorosas, capazes de impedirem a passagem do estado endémico em que se acha para o estado epidémico. E para tanto deverão começar pela extinção total da maldita *tsé-tsé*, que se acolhe, de preferência, nas bolanhas, — florestas situadas nas partes mais baixas do terreno e que são constituídas essencialmente por árvores e arbustos de folhagem persistente.

Todos os nossos votos se concentram, destarte, para que o estudo e as palavras do Sr. Dr. Fontoura de Sequeira provoquem a decisão enérgica de acabar definitivamente, de uma vez para sempre, com a terrível tripanosomíase.

a méra posse. Praticamente, a todo o tempo é tempo de reivindicar direitos e de reentrar na sua fruição.

Um indivíduo pode ser por outrem esbulhado ou de qualquer forma ofendido nos seus direitos: não promoverá desde logo a acção; nada dirá, mesmo, na maioria dos casos. No entanto, chamará tóda a família, sobrinhos, filhos, netos, etc; e lhes dará conta da *ofensa* e das circunstâncias detalhadas que a envolvem. Fica assim o assunto registado na memória da comunidade familiar. Pode acontecer que o ofendido venha a falecer sem ter julgado oportuno tratar do caso? Não importa: "Ponzo kafuê..." ("A ofensa não morre...")

Os seus sobrinhos ficaram devidamente inteirados e podem, em qualquer altura, promover a restituição ou o pagamento de indemnizações que serão tanto maiores, quanto maior fôr o lapso de tempo durante o qual a questão *dormiu*. Naturalmente, o autor da ofensa terá também falecido, mas isso pouco importa, porque os seus sobrinhos ou netos, ou mesmo os bisnetos, podem ser demandados.

Uma das questões mais típicas sob este aspecto de vista e quiçá mais vulgares, é a que se relaciona com o *depósito* de animais, contrato muito freqüente entre as tribus que se dedicam à criação de gados. Acontece bastas vezes que quem aceitou o encargo de guardar certo número de cabeças, pôde, dolosamente, sonegar uma vitela ("nêma") por exemplo. O lesado, dando pela tratantada, fará notar as suas dúvidas, mas, como quem não está muito seguro das suas razões. Por sua vez o depositário insiste, mantendo-se na sua e tudo parece ficar por ali. No entanto, o depositante irá, desde logo e por sua conta, instruir o processo, inquirindo deste e daquêlé o mais disfarçadamente que pôde; e, uma vez reunida a família, lhe dará conta circunstanciada de tudo. Não faz mal, trata-se apenas de capital a render.

Passados anos, os seus sobrinhos ou netos, quando julguem oportuno, porão a questão neste pé: — "Há tanto tempo o vosso tio F... entregou-nos a menos uma "nêma" (vitela). Sabem disto Cierano e Beltrano de tal ou tal povo. Essa "nêma" cresceu, teve crias, que, por sua vez, outras crias deviam ter tido: paguem-nos agora vocês quinze ou vinte bois pelo menos e... *uma nêma do tamanho da outra*. Isto é, o capital e juros...

Contratos — Casamento — Separação — Compra, Venda, Troca — Depósito — Penhor e Caução — Prestação de Serviços — Empréstimos

Como vimos, o casamento indígena tem sido erradamente considerado *uma compra* e a mulher o objecto dessa compra, cujo preço é o *alambamento*. Praticamente, porém, póde a quantia do *alambamento* considerar-se como uma garantia do contrato conjugal celebrado entre as duas comunidades familiares, em relação a dois dos seus membros. A prestação dessa *garantia* legítima o casamento e a ela se prendem cêrca de 80 % das questões entre os indígenas, que muitas vezes sobem ao julgamento das autoridades administrativas.

Divergem bastante as leis que regem o costume do *alambamento* de tribo para tribo, e, ainda, a dentro de cada tribo. Necessário será, portanto, que cada autoridade procure conhecer os usos próprios dos povos sob a sua jurisdição, servindo-se de bons assessores. No entanto, observam-se, de uma maneira geral, os seguintes princípios:

a) — O pagamento do *alambamento*, em qualquer altura de uma união ilícita, legítima essa união.

b) — O *alambamento* considera-se pago pela *comunidade familiar*, ainda que haja sido obtido pelo próprio indivíduo.

c) — Por isso, o irmão ou sobrinho (filho de uma irmã uterina) dum indivíduo, podem tomar as viúvas dêste em casamento, sem novo *alambamento*.

d) — Em qualquer altura se pode anular ou interromper o casamento, quando se verificar que não ter sido integralmente paga a quantia do *alambamento*.

e) — Se a viúva não aceitar casar-se com um dos herdeiros do seu falecido marido, não o poderá fazer fóra da comunidade familiar dêste, a menos que lhe *restitua o alambamento*.

f) — O nascimento de uma fêmea, de união ilícita, legítima essa união, se a importância proveniente do casamento desta fôr paga:

1.º — À família da mãe, tratando-se de primeiras nupcias;

2.º — À família do seu primeiro marido nos outros casos.

g) — A quantia recebida pelo *alambamento*, é atribuída ao casamento do irmão mais velho da mulher dada em casamento.

Os herdeiros dêste indivíduo herdaram também êsse direito.

Os litígios que surgem, tendo por base a questão do *alambamento*, são geralmente de mui difícil julgamento para as autoridades administrativas. Os efeitos do contrato matrimonial firmado pelo “*alambamento*”, observam-se, como dissemos, mesmo depois da morte dos cônjuges, obrigando ainda as duas famílias. As questões revestem, por isso, tão diversas modalidades e aspectos, que será impossível uma codificação séria. Todavia, os princípios atrás expostos orientarão o critério das autoridades, ajudando-as a compreender os mais vulgares pleitos (“*Makas*”) que podem ser sujeitos a seu julgamento.

Deverá, porém, ser exigida às autoridades regionais a elaboração de uma resenha dos usos dos povos da sua jurisdição, a qual se irá aperfeiçoando, à medida que novos casos venham a ser resolvidos com audição dos assessores.

*

O *divórcio* ou separação dos cônjuges, aliás muito vulgar entre os indígenas, implica também, quasi sempre, uma intrincada questão de restituição do *alambamento*.

As causas determinantes do divórcio regulam as condições e termos em que essa restituição é feita. A existência de filhos pode suprir, em certos casos, essa restituição.

As causas mais importantes, do divórcio, são:

a) — O *matrimónio estéril*;

b) — A *falta de aptidão física ou lesão orgânica por parte de um dos cônjuges para as funções sexuais*;

c) — A *má conduta da mulher* (adultério, furto doméstico, etc.);

d) — *Mau convívio, maus tratos, falta de alimentos, etc.*

a) — O *matrimónio estéril* — Se a esterilidade fôr devida ao homem, não há restituição do *alambamento* (vide págs. 106); se fôr devida à mulher, a família deverá restituí-lo ou entregará em casamento uma sua parente consanguínea;

a) — *Falta de aptidão física ou lesão, etc.* — Da mesma maneira como no caso anterior, se a inaptidão fôr devida ao *homem*, não tem a família dêste direito à restituição do *alambamento*.

c) — A *má conduta da mulher* — Desde que comprovada, implica sempre a restituição do *alambamento*.

d) — *Mau convívio, falta de alimentação, etc.* — Se fôr atribuída a culpabilidade ao *homem*, não tem êste direito à restituição.

Tôdas estas questões se resolvem em *conselho de família*, mas não raro são levadas ao tribunal do Chefe, de onde transitam bastas vezes para a autoridade administrativa. Geralmente, é a parte que decaíu quem apela para esta instância, na esperança de que o conhecimento superficial que, em regra, esta toma das questões, a venha a beneficiar.

Os *contratos de compra, venda e troca* são correntes, não revestindo, essencialmente, qualquer feição digna de nota.

O *depósito, penhor e caução*, observam-se também com modalidades diversas, variando de tribo para tribo, mas não diferindo, essencialmente, dos termos em que, entre nós, se efectuam contratos da mesma natureza.

Quanto ao *depósito de animais*, muito freqüente, como dissemos, são dignos de nota os seguintes princípios:

a) — O depositário do gado tem direito a uma cria *macho* do segundo ventre de cada fêmea em depósito;

b) — Da fêmea já nascida durante o depósito, cabe uma cria, fêmea, ao depositário;

c) — De animal que venha a morrer, pertence a pele ao depositante. A carne deve-lhe também ser entregue ou paga com qualquer objecto de valor equivalente.

Pode acontecer que o depósito de animais tenha por objecto a cobrição de fêmeas. Nêstes casos, o dono do macho tem sempre direito à primeira *cria fêmea*.

Se uma fêmea morrer durante o depósito, a cria que tiver tido, pagará a mãe. Pode nêste caso o depositário dispôr da pele e da carne.

*

Na compra e venda de gado observam-se também algumas particularidades interessantes:

a) — Animal que venha a morrer poucos dias depois da entrega ao comprador, deve ser substituído, ou restituído o preço, se tiverem sido enviados ao vendedor a carne e a pele;

b) — De fêmea *coberta*, que se venda, a cria, se fôr fêmea, pertence ao vendedor.

O *empréstimo* com ou sem *caução e usura* é menos vulgar, mas implica sempre o abôndum prêmio a favor de quem empresta.

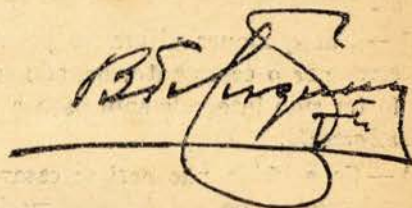
Entre os membros duma mesma aldeia o empréstimo é testemunhado pelas famílias

dos contratantes, devendo comparecer à sessão as crianças de ambos. É bom que o acto fique na *memória dos pequenos*...

Tratando-se de objecto, êste prêmio consiste, geralmente, numa porção do produto para cuja obtenção o objecto emprestado é necessário.

Tratando-se de dinheiro — o que é raro —, o prêmio consiste, em regra, numa porção, a mais, da quantidade do género que, na data da liquidação, seria necessária para a obtenção da *quantia emprestada*. Nêste ponto, é preciso notar que o indígena, no fundo, efectua sempre uma *compra*: se necessita dinheiro (e só dêle carece para pagamento do impôsto), vai à loja comprá-lo, como qualquer outro artigo, com os mantimentos e géneros da sua produção. Desta forma se compreende a razão de ser da liquidação dos empréstimos, ou mesmo dos débitos de qualquer natureza, da maneira que indicamos e que, praticamente, resulta mais equitativa, porquanto nela se entra em conta, automaticamente, com a cotação dos géneros e poder de compra do dinheiro à *data da liquidação*.

O *contrato de prestação de serviços* é também freqüente. Duma maneira geral, o patrão remunera o seu servidor, alimentando-o e obrigando-se a pagar-lhe o impôsto ou impostos que tiver em dívida, ou ainda, a liquidar-lhe qualquer débito doutra natureza. Poucas são as questões que surgem, entre os indígenas, por falta do cumprimento das obrigações resultantes dêstes contratos.



CAPAS

TEMOS Á VENDA CAPAS PARA A SEGUNDA SÉRIE

ACEITAMOS ENCOMENDAS PARA A TERCEIRA SÉRIE, QUE FINALIZA COM O PRÓXIMO NÚMERO

PREÇO 10\$000

PELO CORREIO: { PARA O BRASIL..... 11\$000
PARA O ESTRANGEIRO 12\$000

(Continuação da página 168)

sem se dar por satisfeito com o facto de ser dos jornais portugueses onde as Colónias encontram sempre um servidor lial e sincero e onde, com frequência e saber, colonialistas da estirpe de Nórton de Matos, Nuno Simões, Gastão Sousa Dias e outros, pontificam acêrea dos problemas e interêsses ultramarinos, foi mais longe no seu empenho e criou uma secção especializada — Quinzena Colónial — que vai ter o carácter de sùmula, criteriosamente seleccionada, das aspirações e actividades de tôdas as fôrças vivas e criadoras, espirituais e económicas do Ultramar, colocando-as em presença da Nação.

¡Que o salutar procedimento de "O Primeiro de Janeiro" sirva de estímulo e exemplo, assim a modos de sangue novo e forte a transfundir nas veias da maioria dos seus colegas, deve ser o voto de todos os portugueses de boa vontade!

Dr. Fidelino de Figueiredo

O nosso ilustre colaborador, Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo, — expressão alta e vigorosa da inteligência e da cultura lusitanas, sobejamente admirada e aplaudida nos cêntros universitários do Velho e do Novo Mundo —, ofereceu à Câmara Municipal de Lisboa, grande parte da sua biblioteca, isto é, nada menos de 10 mil livros.

Essa generosa doação — que em qualquer eventualidade sempre seria credora de aplausos — é tanto mais elogiável quanto é certo não possuir o eminente catedrático outra fortuna que não seja a do seu grande saber.

A propósito, o "Diário de Lisboa" teceu o seguinte commentário:

« A oferta de 10.000 volumes que o ilustre escritor Fidelino de Figueiredo fez à Câmara Municipal possui um significado que importa salientar. As grandes dádivas em benefício do público não são frequentes, entre nós.

Fidelino de Figueiredo, com a sua pobreza honrada, reuniu um tesouro que estava no direito de empregar como melhor entendesse. Depois de haver escrito uma obra que consagrou ao bom nome do país — obra que os estrangeiros conhecem e admiram — entendeu completar, por um gesto de príncipe, o seu labôr de historiador, crítico, ensaísta e erudito.

— « Outros virão, depois de mim, com a paixão do saber e com poucos recursos para a satisfazerem... ».

Êste pensamento deve ter imperado no seu ânimo generoso e benéfico. Fidelino de Figueiredo não procedeu assim, por cansaço, velhice ou desilusão. E' um homem ainda novo, cheio de vigor, espírito brilhante e escritor que tem ainda muito que dizer ».

SARMENTO DE BEIRES

A bordo do S/S "Santos Maru", procedente dos portos do Extrêmo Oriente e da África do Sul, chegou no dia 28 de Setembro a esta cidade, onde fixará residência em busca de melhoras para a sua saúde tão combalida, o conhecido aviador, o herói do *Pátria* e

do *Árgus*, Sr. Tenente Coronel João Manuel Sarmento de Beires, em companhia de S. Exma. Esposa e filho, o menino Oscar.

O Rio de Janeiro recebeu o ilustre viajante com aquêl affectuoso carinho com que sempre se recebem e abraçam os velhos amigos. E a imprensa brasileira, de coração magnânimo e dadivoso, abriu as suas colunas amigas para exprimir mais uma vez a Sarmento de Beires a simpatia generosa e acolhedora do admirável povo da cidade maravilhosa.

Ao acaso, transcrevemos do corajoso vespertino *A Nota*:

"O coronel Sarmento de Beires foi o nosso hóspede glorioso de alguns dias. Aqui festejamos com júbilo transbordante a sua vitória aérea que o sagrou um dos heróis da aviação mundial. Recordando essa acolhida fraterna, com que o distinguimos, volta, hoje, novamente, já sem o abono da representação oficial nem bens de fortuna à hospitalidade da nossa terra. Abrámo-la sem reservas mesquinhas ao grande aviador, que por todos os seus títulos continua a merecer o nosso acolhimento e a nossa amizade."

A SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO cumprimenta e saúda o brávo aviador com os melhores protestos de solidariedade pan-lusitana.

António Correia de Freitas

O antigo director de *O Lobito*, a cujas faculdades de jornalista estudioso e brilhante tivemos o ensejo de homenagear não há muito tempo nas páginas dêste BOLETIM, acaba de assumir o cargo de director de *A Província de Angola*, o criterioso diário que o saudável Adolfo Pina fundou e elevou a alturas ainda não atingidas por qualquer outro órgão da imprensa colonial. Conhecedores da capacidade de trabalho e da esclarecida inteligência de António Correia de Freitas, estamos certos de que o grande jornal angolano, sob a orientação firme e digna do seu novo director, continuará a perlustar a senda vitoriosa e ascensional das suas tradições.

COLABORADORES

Entre os novos colaboradores que enriquecem, honram e dignificam o presente número dêste BOLETIM com as primícias de brilhantes e judiciosos trabalhos, temos que referir o nome de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Ossirinco, D. João Evangelista de Lima Vidal. Semelhante referência, que não envolve, de nenhum modo, desprimor ou quebra de consideração para com os demais colaboradores, serve, apenas, e principalmente, para testemunhar a Sua Excelência Reverendíssima o nosso sincero reconhecimento pela grande honra que se dignou conferir-nos, e bem assim para provar que a nossa obra, modesta embora mas sincera em propósitos e útil em realizações, vai conquistando hora a hora, dia a dia, novas, valiosas e altíssimas adesões. E é por mercê delas que, *malgré tout*, cada vez nos capacitamos mais de que não estamos lavrando no mar...

NOTICÁRIO

PALESTRAS PAN-LUSITANAS

Mercê da honrosa como espontânea gentileza da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, — cujos propósitos de elevação cultural são a constante de todos os seus programas numa existência já longa de alguns anos — prosseguimos com as nossas *Palestras Pan-Lusitanas*, escritas, em sua maioria, por alguns dos mais distintos colonialistas portugueses, tais como os Srs. Gastão Sousa Dias, Teófilo Duarte, Manuel António Ferreira, Vicente Henrique de Varela Soares, etc.

De quinze em quinze dias, das 21 às 21 horas e 15 minutos, — o “QUARTO DE HORA DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO” — continuamos a nossa obra de propaganda desinteressada, espontânea e sincera do Ultramar Português, junto dos nossos compatriotas residentes nesta grande República e dos brasileiros, em cujos meios culturais temos encontrado as mais honrosa simpatias e as mais alentadoras boas-vontades, em flagrante contraste... Mas, aqui, começa uma nova história da *Nau Catarineta*, que, como a primeira, também tem muito que contar...

Continuamos, igualmente, todos os domingos, às 12 horas, com as palestras que vinhamos realizando durante os programas de “Notícia Portuguesa”, difundidos através da Rádio Sociedade Cajuty. Nêles têm tomado parte os nossos consócios Antero Faria, Bernardino Casimiro, Alamiro Andrade, António Amorim e Dores Gonçalves, quer lendo exortações escritas a nosso pedido, quer trabalhos de suas autorias.

INTERCAMBIO ESCOLAR

Em 24 de Agosto findo, na “Escola Estados Unidos” desta cidade, realizou-se a instalação do “Clube Pan-Americano Presidente Monroe”; festa encantadora pela simplicidade, mas grandiosa pelo significado. Os fins dêste Clube são o estreitamento das relações entre os futuros homens e mulheres não apenas do Continente Americano mas de todo o Planeta.

Ambiente de vibração e entusiasmo juvenis, aquêle em que estavam presentes alguns milhares de crianças e pessoas de suas famílias, e em que se notavam a Exma Sra. D. Maria de Amorim Amado, digníssima directora da “Escola Estados Unidos” que foi de uma gentileza captivante para todos os convidados, a Exma. Sra. D. Alba Canizares Nascimento, superintendente da Secção PAZ pela ESCOLA, dos srs. Dr. Barbosa Rodrigues; Baptista Pereira, superintendente das Escolas Experimentais; Dra. Arteobela Frederico, Professores Astrogildo, José Uchôa e José Parodi, representando, respectivamente, o Director do Departamento da Educação do Distrito Federal, das Escolas do Amazonas e do Ensino Primário de Buenos Aires (República Argentina); delegados dos Superintendentes dos Departamentos de Educação e Física e Musica

dos Clubes Pan-Americanos, já instalados nas diversas Escolas do Distrito Federal.

Nessa festa compartilhou a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, representada por toda a sua directoria. Por solicitação e indicação do nosso presidente, a Exma Sra. Dra. Fernanda de Bastos Casimiro, procedeu à entrega dos livros e das medalhas, que a SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, por intermédio do seu Departamento do Intercâmbio Escolar, nos enviou para alunos daquela escola, Maria Luísa Rodrigues e Rodolfo Bonelli, por ocasião do concurso realizado em Lisboa, para premiar os melhores trabalhos apresentados no intercâmbio escolar, que por esta forma e com a nossa actuação dia a dia se desenvolve e aumenta no BRASIL.

Além do discurso da nossa representante, ouviram-se depois outros oradores, merecendo especial relevo a oração da senhorita Amélia Pereira, professora da Escola, a quem estão affectos os serviços do intercâmbio. Foi um discurso brilhantíssimo, que enlevou os presentes, tanto pela forma e inspiração como ainda pelo calor e entusiasmo com que foi pronunciado, o que, lhe valeu muitos aplausos e cumprimentos.

Houve, também, uma parada de crianças, conformando o mapa do continente americano com a situação geográfica de cada um dos seus países. O seu aspecto, animado pelas respectivas bandeiras nacionais, era de facto surpreendente e imaginoso. Como os vários números orfeônicos, foi muito apreciado tal conjunto.

Enfim, uma festa adorável e enternecedora que registamos com a maior alegria, e como singelo agradecimento aqui consignamos a nossa gratidão, à Exma. Sra. D. Maria de Amorim Amado, às professoras Amélia Pereira, Adelaide Silva e companheiras, cujos nomes não nos ocorrem, aos alunos da Escola Estados Unidos, aos dirigentes do “Clube Presidente Monroe” e em especial à sua simpática introdutora diplomática, a aluna senhorita Marina Paulini, pelas gentilezas com que foi cumulada a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

CARTILHA COLONIAL

Transmitimos a todos os amigos da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO a boa nova de que publicaremos brevemente a *Cartilha Colonial*, da autoria de Augusto Casimiro, poeta de alta inspiração e largos merecimentos, escritor e colonialista insigne, cujo entusiasmo pela causa da grandiosa missão de Portugal no ultramar não é do menor dos muitos e nobres títulos que o recomendamos e elevam na admiração de todos os seus compatriotas.

Da *Sociedade União Portuguesa*, de Santos, e da *Casa de Portugal*, desta cidade, já recebemos a encomenda de elevado número de exemplares. Os nossos agradecimentos.



**TOMA-SE UMA VEZ
E REPETE-SE TODA A VIDA**

PROCURADORIA CIVIL E FISCAL

A. Chaves de Almeida

ADVOGADO

Praça D. João Camara, 11 - 2.º

LISBOA

CARTONAGENS FINAS

PARA
QUALQUER INDUSTRIA
só
Alves Freixo & Cia.
Rua do Lavradio, 101
Telefone: 22-0893
RIO DE JANEIRO

**GRÁFICA
RIO ARTE
LIMITADA**

RUA DO
LAVRADIO
N.º 74

TIPOGRAFIA
PAPELARIA
LITOGRAFIA
ALTO RELEVO
ENCADERNAÇÃO
PAUTAÇÃO

TELEFONE
NUMERO
22-5218

Gravador Pastor
R. PEDRO 1º 47 TELEF. 2-7095
RIO DE JANEIRO

**CLICHÉS
EM ZINCO E CORRE
TRICHROMIAS
DOUBLES
CRAVURAS E ZINCO
GRAFIAS ETC.**

PARTE DOS CLICHÉS QUE ILUSTRAM ÊSTE BOLETIM

Foram confeccionados no

ATELIER DE GRAVURAS

DE

SILVA & BARRETO

Av. Gomes Freire, 43—Fone 22-6894

RIO DE JANEIRO

CARTONAGEM
LUSO-AMERICANA L.^{DA}

CAIXAS E CARTUCHOS DE PAPELÃO

FABRICA DE VENTAROLAS

LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA

ENVELOPES EM GERAL

RUA DOS INVÁLIDOS, 137—TEL. 22-3815

RIO DE JANEIRO